



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

GUIA DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ – MG

Relatório temático didático do acervo normativo do Município

2.802 normas catalogadas, de 1950 a junho de 2026

Sumário

1. Para que serve este guia
2. Como as normas se organizam: a hierarquia
3. Como ler os capítulos temáticos
4. Organização administrativa (52 normas)
5. Orçamento e finanças públicas (548 normas)
6. Tributário e fiscal (124 normas)
7. Pessoal e regime de servidores (305 normas)
8. Previdência e IPSEMDI (74 normas)
9. Patrimônio público e bens (464 normas)
10. Urbanismo, obras e posturas (165 normas)
11. Meio ambiente e saneamento (23 normas)
12. Saúde (38 normas)
13. Educação (67 normas)
14. Assistência social e direitos (37 normas)
15. Cultura, esporte e lazer (59 normas)
16. Desenvolvimento econômico (12 normas)
17. Conselhos e fundos municipais (41 normas)
18. Convênios, parcerias e subvenções (154 normas)
19. Denominações e honrarias (150 normas)
20. Datas comemorativas e feriados (12 normas)
21. Alterações, revogações e remissões (230 normas)
22. Atos diversos e administração geral (247 normas)
23. Onde encontrar o acervo completo

1. Para que serve este guia

Este relatório foi elaborado pelo Departamento de Controle Interno, sob a responsabilidade da Controladora Interna Municipal, Déborah Jemima Moreira, com o objetivo de que qualquer pessoa, servidor, vereador, estudante ou cidadão, consiga ter uma visão ampla e organizada de toda a legislação de Dores do Indaia sem precisar conhecer linguagem jurídica. O acervo do Município reúne 2.802 normas editadas ao longo de setenta e seis anos, e um conjunto desse tamanho só se torna útil quando organizado:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

por isso, as normas foram distribuídas em dezenove temas, e cada tema ganhou um capítulo próprio, com uma explicação simples sobre o que ele trata, os números do acervo e uma seleção das normas mais representativas.

Este guia mostra o mapa; o inventário completo está na planilha que o acompanha, na qual todas as 2.802 normas podem ser filtradas por tipo, ano e tema, cada uma com acesso direto ao seu texto integral. Quem preferir consultar diretamente os portais oficiais encontra o banco de normas da Câmara Municipal no sistema SAPL e o acervo consolidado da Prefeitura no portal LeisMunicipais.

2. Como as normas se organizam: a hierarquia

As normas jurídicas não têm todas a mesma força. Elas se organizam em degraus, como uma pirâmide: cada norma retira sua validade do degrau de cima e não pode contrariá-lo. Compreender essa hierarquia é a chave para ler qualquer legislação municipal, porque ela responde à pergunta mais importante do direito local: quando duas normas tratam do mesmo assunto, qual delas prevalece.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORCAS DO INDAIA

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Débora Jemima Moreira

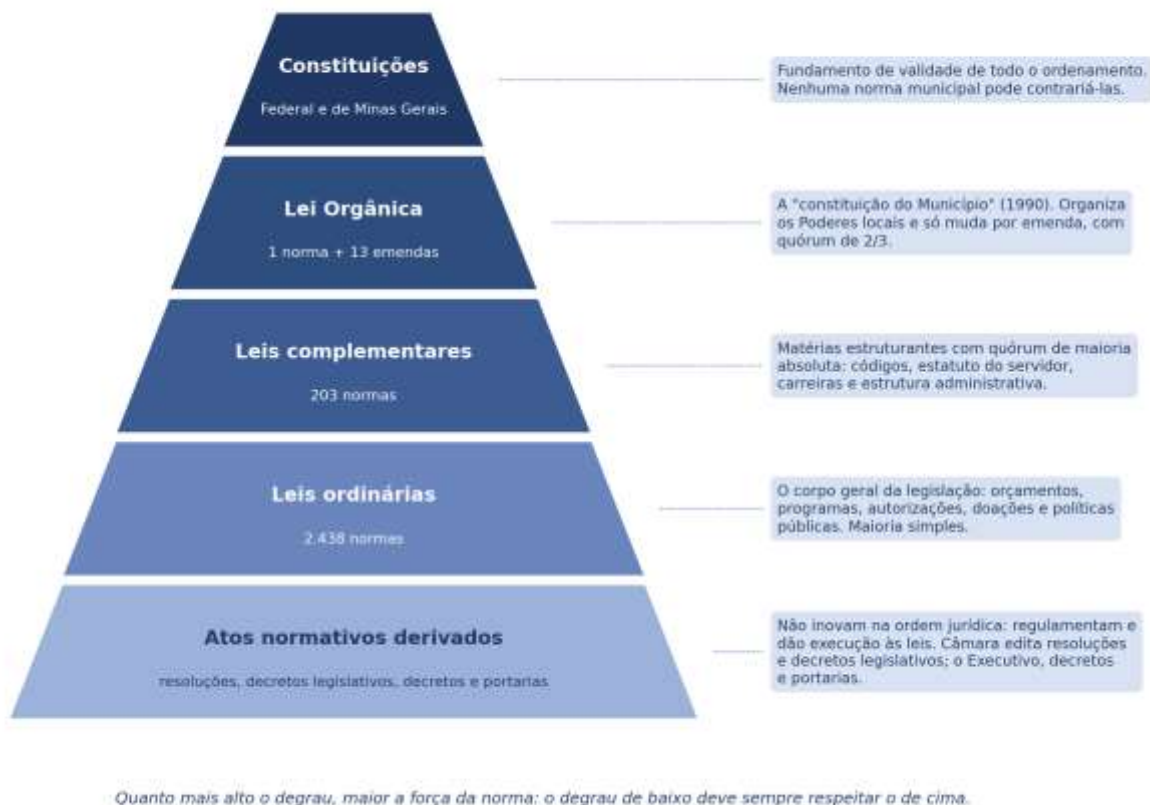


Figura 1. Pirâmide hierárquica da legislação de Dorcas do Indaia, com a função de cada degrau.

No topo, fora do acervo municipal mas comandando todo ele, estão a Constituição da República e a Constituição do Estado de Minas Gerais. O primeiro degrau propriamente municipal é a Lei Orgânica, promulgada em 1990, que funciona como a constituição do Município: organiza a Prefeitura e a Câmara, define competências e direitos, e só pode ser alterada por emenda aprovada por dois terços dos vereadores, em dois turnos de votação. O acervo registra treze emendas a ela.

No segundo degrau estão as 203 leis complementares, reservadas às matérias mais estruturantes, que exigem maioria absoluta da Câmara para serem aprovadas: é o lar dos códigos, do estatuto do servidor, da estrutura administrativa e dos planos de carreira. No terceiro degrau, as 2.438 leis ordinárias formam o corpo geral da legislação, aprovadas por maioria simples: orçamentos, programas, autorizações e políticas públicas do dia a dia. Na base da pirâmide ficam os atos normativos derivados, que não criam direito novo, apenas organizam e dão execução ao que as leis já estabeleceram: as 122 resoluções e os 27 decretos legislativos da Câmara, que disciplinam assuntos internos do Legislativo, e os



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

decretos e portarias do Executivo, que regulamentam as leis e organizam os serviços, disponíveis no acervo consolidado do portal LeisMunicipais.

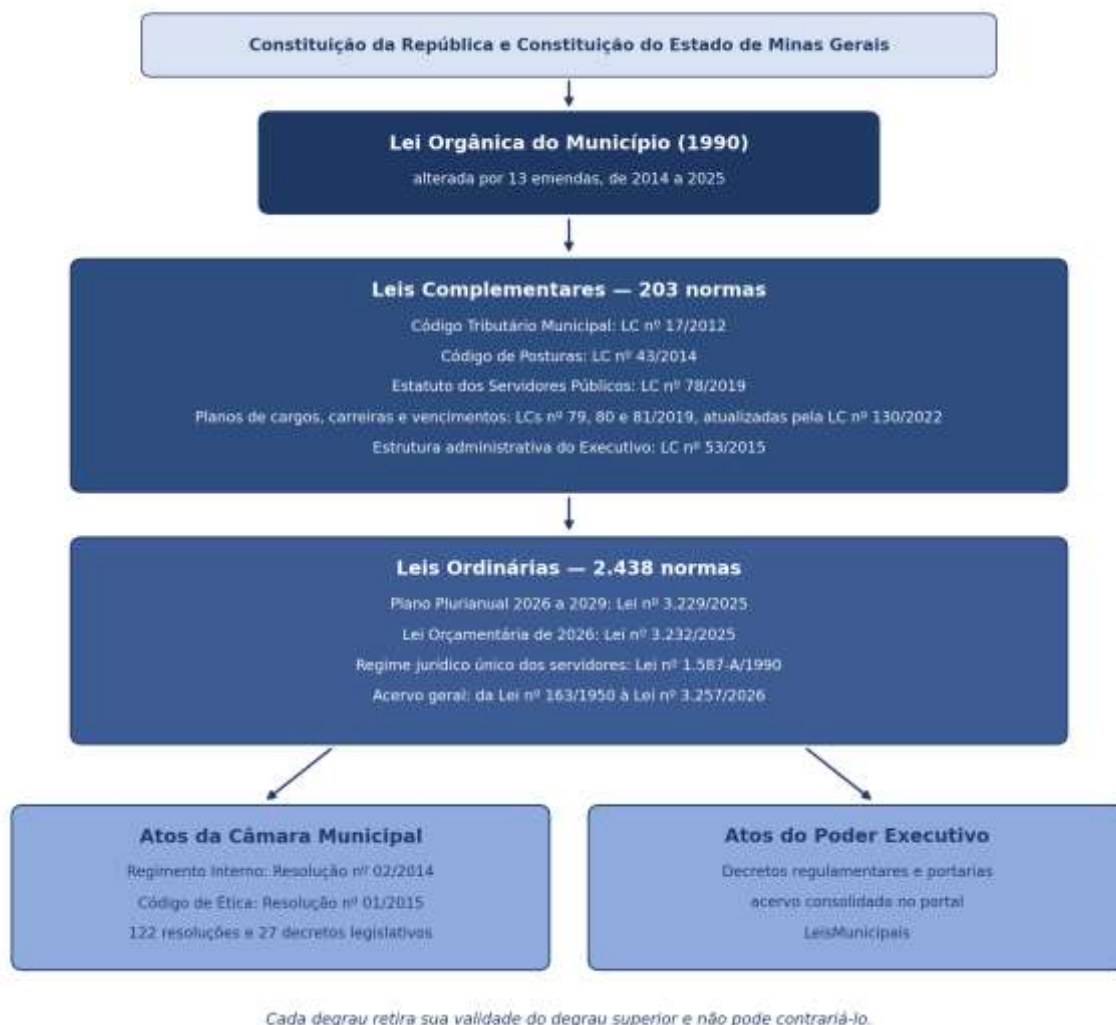


Figura 2. A hierarquia aplicada: os principais diplomas de Dores do Indaia em cada degrau.

3. Como ler os capítulos temáticos

Cada capítulo a seguir corresponde a um dos dezenove temas em que o acervo foi dividido. A abertura do capítulo explica em linguagem simples o que o tema abrange; em seguida vêm os números do acervo naquele tema e a relação completa das normas do tema, identificadas por tipo, número e ano, com a respectiva ementa. A relação de normas de cada capítulo é integral: todas as 2.802 normas do acervo estão listadas, agrupadas por tipo e em ordem cronológica. A classificação foi feita a partir das ementas e tem caráter indicativo, de modo que uma mesma lei pode dialogar com mais de um tema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

4. Organização administrativa

São as normas que desenham a máquina pública: dizem quais Secretarias e órgãos existem, o que cada um faz, como funcionam a Câmara e a Prefeitura por dentro. É por aqui que se descobre quem é responsável por cada serviço que o Município presta.

O tema reúne 52 normas, editadas entre 1979 e 2026. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Leis complementares (2)

Lei Complementar nº 48/2014. Dispõe sobre a organização e a estrutura da administração pública do Poder Executivo Municipal.

Lei Complementar nº 53/2015. Dispõe sobre a organização e a estrutura da administração pública do Poder Executivo Municipal e revoga a Lei Complementar 48/2014.

Leis ordinárias (14)

Lei Ordinária nº 1289/1979. Autoriza o executivo a pagar ao cartório do 2º ofício da comarca de acordo como o acórdão do Tribunal de justiça e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1448/1984. Aprova hino oficial de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1658/1991. Autoriza assinatura de convênio com a Companhia de distritos industriais - CDI - MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1696/1992. Contém autorização para o prefeito municipal transferir, por escritura pública, ao CDI-MG, os terrenos onde será implantado o distrito Industrial no município com área de 95.235,37 m², já adquirido para esta finalidade.

Lei Ordinária nº 1848/1997. Cria e estabelece a estrutura administrativa do Conselho Municipal de Alimentação Escolar do Município de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1912/1998. Institui nova bandeira municipal e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 2128/2005. Contém revogação da Lei Municipal nº 2043/02 que institui a atual Bandeira do Município e revoga a Lei nº 1912/98 que havia criado a anterior Bandeira Municipal, declara a reprecinação desta última Lei, estabelecendo a Bandeira Oficial do município de Dorés do Indaiá, e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 2130/2005. Dispõe sobre a necessidade dos órgãos públicos do Município de Dorés do Indaiá, MG, instituir a prática do controles internos que menciona, atendendo a Instrução nº 008/2003, e determina a criação da Comissão de Controle Interno.

Lei Ordinária nº 2313/2009. Dispõe sobre a nova estrutura administrativa da prefeitura de Dorés do Indaiá e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2467/2012. Dispõe sobre a criação do Arquivo Geral (ou Central) do Município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2484/2013. Dispõe sobre a organização e a estrutura da administração pública do Poder Executivo Municipal.

Lei Ordinária nº 2635/2015. Dispõe sobre a obrigatoriedade de execução do hino municipal nas festividades públicas, nas escolas do Município e na Câmara Municipal de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2878/2019. Autoriza a aderir a acordo de cooperação técnica e assinar termo de adesão firmados com a Junta de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Minas Gerais - SEBRAE-MG e a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3216/2025. Cria ouvidoria-geral do município e dá outras providências.

Resoluções (36)

Resolução nº 1/2000. Os artigos 12 e 78 do Regimento Interno passam a ter nova redação.

Resolução nº 3/2000. Revoga a emenda 02 ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá/MG, aprovada e promulgada na Reunião Extraordinária do dia 21/11/2000.

Resolução nº 4/2001. Institui o Sistema de Controle Interno da Administração da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Resolução nº 5/2001. Altera disposição do Regimento Interno.

Resolução nº 2/2002. Código de Ética da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá/MG.

Resolução nº 1/2004. Altera o artigo 50 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, acrescentando-lhe o inciso IV, e dá nova redação ao Parágrafo 1º do Art. 55 do mesmo estatuto.

Resolução nº 2/2004. Altera a disposição do Regimento Interno.

Resolução nº 3/2004. Altera disposição do Regimento Interno.

Resolução nº 3/2005. Transfere a sede do Poder Legislativo do Município de Dorés do Indaiá/MG para o prédio situado à Rua Distrito Federal - nº 444, bairro Osvaldo de Araújo, que passa a denominar-se Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, partir do dia 05 de setembro de 2005.

Resolução nº 4/2005. Altera a disposição do Regimento Interno.

Resolução nº 2/2006. Dispõe sobre a criação do Código de Ética Parlamentar da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá da Corregedoria da Câmara de Vereadores de Dorés do Indaiá e da constituição da Comissão de Ética.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Resolução nº 5/2007. Altera o Regimento Interno da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá e regulamenta a concessão de votos de louvor, congratulações, pesar e repúdio.

Resolução nº 2/2009. Altera disposições da Resolução nº 02 de 16/01/2001 que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, MG, seus I e II e dá outras providências.

Resolução nº 3/2010. Nomeia Comissão Parlamentar de Inquérito - C.P.I e dá outras providências.

Resolução nº 4/2010. Altera disposição do Regimento Interno.

Resolução nº 12/2012. Altera disposição do Regimento Interno.

Resolução nº 2/2012. Nomeia Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI nº 01/2012, Instaurada com fundamento no requerimento datado de 16/03/2012.

Resolução nº 3/2012. Nomeia Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI nº 01/2012, instaurada com fundamento no requerimento datado de 16/03/2012.

Resolução nº 4/2012. Nomeia Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI nº 01/2012, instaurada com fundamento no requerimento datado de 16/03/2012.

Resolução nº 6/2012. Nomeia Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI nº 2012, instaurada com fundamento no requerimento datado de 16/03/2012.

Resolução nº 7/2012. Nomeia Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI nº 01/2012, instaurada com fundamento no requerimento datado de 16/03/2012.

Resolução nº 9/2012. Institui o uso da Tribuna do Povo e dá outras providências.

Resolução nº 3/2013. Altera a disposição do Regimento Interno.

Resolução nº 4/2013. Nomeia Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI nº 01/2013, instaurada com fundamento no requerimento datado 23/09/2013.

Resolução nº 5/2013. Nomeia Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI nº. 02/2013, instaurada com fundamento no requerimento datado de 15/10/2013.

Resolução nº 6/2013. Cria Comissão Especial para revisão do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Resolução nº 2/2014. Contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá.

Resolução nº 1/2015. Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá.

Resolução nº 3/2015. Nomeia Comissão Parlamentar de inquérito - CPI nº 01/2015, instaurada com fundamento no requerimento datado de 28/04/2015.

Resolução nº 3/2020. "Altera a Resolução nº 02, de 24 de junho de 2014, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá -MG."



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Débora Jemima Moreira

Resolução nº 1/2023. Regulamenta no âmbito da Câmara Municipal de Dolores do Indaiá/MG, a Lei nº 14.133, de 1ª de abril de 2021, que "Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências".

Resolução nº 2/2023. Altera a Resolução nº 02, de 24 de junho de 2014, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Dolores do Indaiá — MG, e dá outras providências.

Resolução nº 4/2024. Dispõe sobre o julgamento do recurso administrativo interposto pelo vereador José Ailton de Sousa relativo ao arquivamento do Requerimento nº 22/2024, que solicitava a abertura de Comissão parlamentar de Inquérito, e dá outras providências.

Resolução nº 4/2025. Dispõe sobre a criação a estrutura e o funcionamento da ouvidoria da Câmara Municipal de Dolores do Indaiá/MG.

Resolução nº 2/2026. Dispõe e inclui dispositivos na Resolução nº 2 de 24 de junho de 2014, que trata do regimento interno da Câmara Municipal de Dolores do Indaiá/MG, regulamentado o §1º do art. 55 da Constituição Federal de 1988, e dá outras providências.

Resolução nº 4/2026. Dispõe sobre a estrutura organizacional administrativa da Câmara Municipal de Dolores do Indaiá, institui o organograma funcional e dá outras providências.

5. Orçamento e finanças públicas

Todo dinheiro público de Dolores do Indaiá só pode ser arrecadado e gasto com autorização em lei. Este eixo reúne os orçamentos anuais, o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e as centenas de leis que autorizam créditos adicionais, empréstimos e pagamentos. É o eixo mais numeroso do acervo, com quase um quinto de todas as normas do Município.

O tema reúne 548 normas, editadas entre 1950 e 2026. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Leis complementares (2)

Lei Complementar nº 23/2013. Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A.

Lei Complementar nº 117/2021. Dispõe sobre a transferência da concessão e pagamento dos benefícios temporários ao ente federativo e dá outras providências.

Leis ordinárias (520)

Lei Ordinária nº 169/1950. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 182/1951. Concede Auxílio e abre crédito Especial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 184/1951. Abre crédito especial para aquisição de uma moto-niveladora.

Lei Ordinária nº 185/1951. Autoriza a instalação nesta cidade de um Posto de Higiene e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 186/1951. Autoriza a Prefeitura Municipal a contrair um empréstimo e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 187/1951. Autoriza a compra de uma moto-niveladora e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 188/1951. Anula crédito especial.

Lei Ordinária nº 191/1951. Anula crédito especial.

Lei Ordinária nº 194/1951. Anula dotações orçamentárias.

Lei Ordinária nº 196/1951. Abre créditos suplementares.

Lei Ordinária nº 197/1951. Abre crédito suplementar.

Lei Ordinária nº 200/1951. Cria o cargo de auxiliar do tratorista e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 212/1951. Anula dotação orçamentárias.

Lei Ordinária nº 214/1951. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 215/1951. Abre crédito suplementares.

Lei Ordinária nº 218/1951. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 219/1951. Abre Crédito Especial.

Lei Ordinária nº 220/1951. Abre créditos suplementares.

Lei Ordinária nº 248/1951. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 249/1951. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 250/1951. Abre créditos suplementares.

Lei Ordinária nº 251/1951. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 252/1951. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 253/1951. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 254/1952. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 259/1952. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 260/1952. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 261/1952. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 264/1952. Abre crédito especial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 265/1952. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 268/1952. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 269/1952. Autoriza o calçamento da Vila Comendador Viana e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 270/1952. Concede auxílio e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 272/1952. Concede auxílio e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 274/1952. Concede auxílio e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 275/1952. Concede donativo e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 277/1952. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 279/1952. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 281/1952. Concede auxílio e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 283/1952. Abre crédito suplementares.

Lei Ordinária nº 285/1952. Contém autorização e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 332/1953. Autoriza despesas e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 334/1953. Autoriza construção e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 335/1953. Abre crédito especial para pagamento de postes com linha telegráfica, construída entre esta cidade e Comendador Viana.

Lei Ordinária nº 336/1953. Autoriza abertura de créditos suplementares.

Lei Ordinária nº 337/1953. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 339/1953. Autoriza a construção e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 340/1953. Autoriza construção de Escolas Rurais das localidades: Pedreira, Clodomiro de Oliveira e Capim de Cheiro e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 341/1953. Autoriza a compra de um transformador e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 342/1953. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 346/1953. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 347/1953. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 350/1953. Autoriza a prefeitura a contrair um empréstimo.

Lei Ordinária nº 365/1953. Autoriza contrair empréstimo, garantindo-se a operação com destinação de rendas municipais.

Lei Ordinária nº 367/1953. Autoriza a compra de árvores para arborização e abre crédito especial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 370/1953. Abre crédito especial para construção de boeiro da rua Dr. Zacarias.

Lei Ordinária nº 371/1953. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 372/1953. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 373/1953. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 376/1953. Abre crédito suplementares.

Lei Ordinária nº 377/1954. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 378/1954. Abre crédito Especial.

Lei Ordinária nº 382/1954. Autoriza abertura de rua e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 389/1954. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 390/1954. Abre crédito especial para a compra de instrumentos musicais.

Lei Ordinária nº 391/1954. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 392/1954. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 393/1954. Abre crédito suplementares.

Lei Ordinária nº 394/1954. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 395/1954. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 398/1954. Concede auxílio financeiro e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 399/1954. Concede auxílio e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 400/1954. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 401/1954. Abre crédito suplementar.

Lei Ordinária nº 405/1954. Abre crédito suplementares.

Lei Ordinária nº 406/1954. Autoriza a compra de uma usina termo-elétrica e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 407/1954. Autoriza pagamento

Lei Ordinária nº 412/1955. Autoriza a aquisição de máquinas, abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 956/1968. Autoriza pagamento de honorários de advogados e abre créditos especial.

Lei Ordinária nº 957/1968. Pede crédito especial.

Lei Ordinária nº 958/1968. Pede crédito especial.

Lei Ordinária nº 960/1968. Abre crédito especial necessário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 964/1968. Concede aumento de vencimentos e abre crédito especial necessário.

Lei Ordinária nº 965/1968. Pede crédito especial.

Lei Ordinária nº 966/1968. Pede crédito especial.

Lei Ordinária nº 967/1968. Concede subvenção e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 968/1968. Abre crédito especial necessário.

Lei Ordinária nº 969/1968. Abre crédito especial necessário.

Lei Ordinária nº 972/1968. Abre crédito especial necessário.

Lei Ordinária nº 973/1968. Abre crédito especial necessário.

Lei Ordinária nº 975/1968. Abre crédito especial necessário.

Lei Ordinária nº 977/1968. Abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 980/1968. Orça a receita e despesa para o exercício de 1969.

Lei Ordinária nº 981/1968. Concede 13ª salário e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 982/1968. Concede abono de natal e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 1003/1969. Concede abono de natal e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 984/1969. Abre crédito especial necessário.

Lei Ordinária nº 989/1969. Contém autorização para abertura de Crédito Especial.

Lei Ordinária nº 996/1969. Aprova a aplicação de capital do município de Dorés do Indaiá, para o período de 1970 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1010/1970. Aprova a aplicação do capital do município de Dorés do Indaiá, para o exercício de 1971 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1011/1970. Concede abono de natal e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 1019/1971. Contém crédito especial para a "Fundação Lar Franciscano".

Lei Ordinária nº 1021/1971. Contém crédito especial para o "Movimento Brasileiro de Alfabetização".

Lei Ordinária nº 1022/1971. Autoriza abertura de crédito especial e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1023/1971. Contém crédito especial para a Campanha de Alimentação Escolar.

Lei Ordinária nº 1025/1971. Autoriza despesas e dá outras providências a Câmara Municipal de Dorés do Indaiá de Indaiá-MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAÍÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1028/1971. Autoriza abertura de crédito especial e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1029/1971. Pede crédito especial.

Lei Ordinária nº 1030/1971. Autoriza contrair empréstimo no Banco do Brasil S.A. e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1036/1971. Pede crédito especial.

Lei Ordinária nº 1039/1971. Contém crédito especial e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1041/1971. Concede abono de natal e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 1046/1971. Aprova aplicação de Capital do Município de Dorés do Indaíá, para o exercícios de 1972 e 1973 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1048/1971. Autoriza abertura de crédito especial

Lei Ordinária nº 1066/1972. Concede abono de natal e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 1081/1973. Abre crédito Especial.

Lei Ordinária nº 1082/1973. Modifica lei municipal, institui a tarifa de Iluminação Pública e o Fundo Especial de Iluminação Pública, estabelece a forma de ordenação contábil da referida tarifa e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 1099/1973. Contém autorização para contrair empréstimo.

Lei Ordinária nº 1104/1974. Contém autorização para contrair empréstimo.

Lei Ordinária nº 1109/1974. Contém crédito Especial.

Lei Ordinária nº 1110/1974. Autoriza abertura de crédito especial.

Lei Ordinária nº 1111/1974. Contém crédito especial.

Lei Ordinária nº 1119/1974. Contém autorização para contrair empréstimo.

Lei Ordinária nº 1122/1974. Autoriza despesas e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1125/1974. Concede abono de natal e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 1127/1974. Aprova o plano plurianual de investimento de capital do município e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 1130/1974. Orça a receita e a despesa para o exercício de 1975.

Lei Ordinária nº 1148/1975. Abre crédito especial, no valor de CR\$ 26.400,00.

Lei Ordinária nº 1149/1975. Contém autorização para construir empréstimo.

Lei Ordinária nº 1150/1975. Autoriza permuta de veículo abertura de crédito adicionais, modificação da receita e contém outras disposições.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1152/1975. Aprova o Plano Plurianual de Investimentos de Capital do Município e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 1154/1975. Orça a receita e a despesa para o exercício de 1976.

Lei Ordinária nº 1156/1975. Concede abono de natal e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 1169/1976. Contém autorização para contratar médico veterinário e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 1187/1976. Concede abono de natal e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 1188/1976. Contém abertura de crédito especial.

Lei Ordinária nº 1190/1977. Aprova o plano plurianual de investimentos de capital do município e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 1220/1977. Autoriza fazer pagamento à Centrais Elétricas de Minas Gerais - CEMIG - e abre crédito especial.

Lei Ordinária nº 1257/1978. Aprova o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1979/1981.

Lei Ordinária nº 1258/1978. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 1979.

Lei Ordinária nº 1303/1980. Autoriza o Executivo Municipal a fazer despesas com a campanha na prevenção da paralisia infantil.

Lei Ordinária nº 1308/1980. Contém crédito especial.

Lei Ordinária nº 1327/1980. Aprova o orçamento plurianual de investimentos para o triênio de 1981/1983.

Lei Ordinária nº 1349/1981. Contém autorização para pagamento de conta de apuração do processo nº 2.095.

Lei Ordinária nº 1357/1981. Aprova o orçamento plurianual de Investimentos para o triênio 1982/1984.

Lei Ordinária nº 1359/1981. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 1982.

Lei Ordinária nº 1365/1982. Contém autorização para pagamento de casa residencial para o MM. Juiz de Direito da Comarca.

Lei Ordinária nº 1371/1982. Contém autorização para abertura de créditos adicionais.

Lei Ordinária nº 1376/1982. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 1983.

Lei Ordinária nº 1379/1982. Aprova o orçamento plurianual de investimentos para o triênio de 1983/1985.

Lei Ordinária nº 1411/1983. Autoriza o executivo municipal a contratar operação de crédito.

Lei Ordinária nº 1417/1983. Autoriza pagamento à EMATER-MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1421/1983. Autoriza abrir crédito suplementar.

Lei Ordinária nº 1423/1983. Aprova o orçamento plurianual de Investimento para o triênio 1984/1986.

Lei Ordinária nº 1425/1983. Estima a receita e fixa a despesa par o exercício de 1984.

Lei Ordinária nº 1426/1983. Contém autorização de despesa.

Lei Ordinária nº 1442/1984. Autoriza o Poder Executivo o celebrar convênio com o Conselho Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais - Coetel/MG e prefeituras municipais e abre crédito especial e contém outras outras deliberações.

Lei Ordinária nº 1473/1985. Aprova o orçamento plurianual de investimentos para o triênio de 1986/1988.

Lei Ordinária nº 1474/1985. Estima receita e fixa despesa para o exercício financeiro de 1986.

Lei Ordinária nº 1476/1985. Autoriza despesas do orçamento corrente, bem como do orçamento de Capital e Aquisição de Equipamentos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1489/1986. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1.987.

Lei Ordinária nº 1490/1986. Autoriza despesas do orçamento do corrente, bem como do orçamento de capital e aquisição de equipamentos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1491/1986. Aprova o orçamento plurianual de investimento para o triênio de 1.987/1.989.

Lei Ordinária nº 1506/1987. Autoriza o executivo abrir crédito para iluminação.

Lei Ordinária nº 1509/1987. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1988.

Lei Ordinária nº 1510/1987. Autoriza despesa do orçamento corrente, bem com do orçamento de capital e aquisição de equipamentos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1512/1987. Aprova o orçamento plurianual de investimentos para o triênio de 1988/1990.

Lei Ordinária nº 1535/1988. Autoriza despesas do orçamento corrente bem como do orçamento de capital e aquisição de equipamentos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1536/1988. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1989.

Lei Ordinária nº 1537/1988. Aprova o orçamento plurianual de investimentos para o triênio de 1989/1991.

Lei Ordinária nº 1572/1989. Autoriza despesas do orçamento corrente bem como orçamento de capital, aquisição de equipamentos e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1573/1989. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 1990.

Lei Ordinária nº 1574/1989. Aprova o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1990/1992.

Lei Ordinária nº 1591/1990. Dispõe sobre aquisição de motoniveladora, autoriza operação de crédito e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1592/1990. Autoriza pagamento de diferença para reforma de veículo da polícia civil.

Lei Ordinária nº 1605/1990. Autoriza despesa para exame de sangue aos presidiários.

Lei Ordinária nº 1607/1990. Estabelece diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1608/1990. Institui as unidades administrativas e orçamentos do município e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1609/1990. Contém autorização para abertura de créditos adicionais para despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária no exercício de 1.990.

Lei Ordinária nº 1610/1990. Autoriza despesas na cadeia pública.

Lei Ordinária nº 1611/1990. Estima receita e fixa despesa para o exercício de 1991.

Lei Ordinária nº 1612/1990. Autoriza despesa de orçamento corrente, bem como do orçamento, de capital, aquisição de equipamentos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1613/1990. Aprova o orçamento plurianual de investimentos para o triênio de 1991 a 1993.

Lei Ordinária nº 1648/1991. Dispõe sobre diretrizes orçamentárias para o ano de 1992, de conformidade com o art. 148 e seguintes da Lei Orgânica Municipal.

Lei Ordinária nº 1651/1991. Autoriza despesas com festividades comemorativa aos 106ª aniversário de Cidade.

Lei Ordinária nº 1652/1991. Autoriza despesa de hospedagem para o Sr. Dr. Delegado de polícia da Comarca.

Lei Ordinária nº 1661/1991. Autoriza despesa de hospedagem para o Sr. Delegado de Polícia da Comarca.

Lei Ordinária nº 1665/1992. Contém autorização para abertura de crédito especial e discriminação da receita e da despesa relativas.

Lei Ordinária nº 1666/1992. Autoriza abertura de crédito especial no exercício de 1992 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1687/1992. Autoriza abertura de Crédito Especial e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉ DO INDAÍÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1688/1992. Autoriza despesas com almoço por ocasião da promoção "Broto Regional".

Lei Ordinária nº 1689/1992. Autoriza despesas de pintura da Igreja Brasileira.

Lei Ordinária nº 1703/1992. Dispõe sobre abertura de crédito suplementar e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1705/1992. Estabelece diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1706/1992. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 1993.

Lei Ordinária nº 1707/1992. Aprova o plano plurianual do município para o triênio 1993/1995.

Lei Ordinária nº 1723/1993. Estabelece diretrizes gerais elaboração do orçamento do município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1730/1993. Cria o Fundo Contábil para aposentadoria do servidores públicos do Município de Dorés do Indaíá - FUNDOSERVE.

Lei Ordinária nº 1734/1993. Estima a receita e fixa a despesa para município de 1994.

Lei Ordinária nº 1735/1993. Autoriza do orçamento corrente, bem como de capital, aquisição de equipamento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1736/1993. Aprova o plano plurianual do Município para quadriênio 1994 a 1997.

Lei Ordinária nº 1754/1994. Institui o Programa Municipal de Orientação e Despesa do Consumidor e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1761/1994. Estabelece diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1765/1994. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 1995.

Lei Ordinária nº 1766/1994. Autoriza despesas do orçamento corrente, bem com de capital, aquisição de equipamentos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1767/1994. Aprova o plano plurianual do município para o Triênio.

Lei Ordinária nº 1781/1995. Estabelece diretrizes gerais para elaboração do orçamento do município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1795/1995. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 1996.

Lei Ordinária nº 1796/1995. Autoriza despesas do orçamento corrente, bem com de capital de aquisição de equipamentos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1797/1995. Aprova o plano plurianual do Município para o triênio de 1996/1998.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1811/1996. Autoriza o Poder Executivo a realizar despesas com o CISAF.

Lei Ordinária nº 1820/1996. Estabelece diretrizes gerais para elaboração do orçamento do município para 1997 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1827/1996. Estima receita e fixa para o exercício de 1997.

Lei Ordinária nº 1828/1996. Autoriza despesa do orçamento corrente, bem como de capital, aquisição de equipamentos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1829/1996. Aprova o plano plurianual do município para o triênio 1.997/1.999.

Lei Ordinária nº 1856/1997. Contém autorização para despesas com a Campanha Anti-Drogas

Lei Ordinária nº 1857/1997. Estabelece diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município para o ano de 1998 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1862/1997. Abre crédito especial e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1893/1997. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 1998.

Lei Ordinária nº 1894/1997. Autoriza despesas do orçamento corrente, bem como de capital, aquisição de equipamentos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1895/1997. Aprova o plano plurianual do município par o triênio 1998/2000.

Lei Ordinária nº 1906/1998. Autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento vigente e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1910/1998. Estabelece diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do município para exercício de 1999 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1922/1998. Autoriza abertura de crédito especial.

Lei Ordinária nº 1934/1998. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 1999.

Lei Ordinária nº 1935/1998. Autoriza despesas do orçamento corrente, bem como de capital, aquisição de equipamentos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1936/1998. Aprova o plano plurianual do município para o triênio 1.999/2.001.

Lei Ordinária nº 1947/1999. Estabelece diretrizes gerais para elaboração do orçamento do município para o exercício de 2.000 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1961/1999. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2000.

Lei Ordinária nº 1962/1999. Autoriza despesas do orçamento corrente, bem com de capital, aquisição de equipamentos e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1969/1999. Autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento vigente e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1978/2000. Estabelece diretrizes gerais para elaboração do orçamento do município para o exercício de 2.001 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1983/2000. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2000.

Lei Ordinária nº 1984/2000. Autoriza abertura de crédito especial.

Lei Ordinária nº 1987/2000. Estima receita e fixa a despesa para exercício de 2001.

Lei Ordinária nº 1988/2000. Autoriza despesas do orçamento corrente bem como de capital, aquisição de equipamentos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1996-A/2001. Autoriza abertura de crédito especial.

Lei Ordinária nº 2005/2001. Autoriza abertura de Crédito Especial.

Lei Ordinária nº 2013/2001. Estabelece direitos gerais para a elaboração do orçamento do Município para o exercício de 2002 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2015/2001. Autoriza o Chefe do Executivo a efetuar o complemento de pagamento de um imóvel urbano adquirido pelo INSS em troca de terreno urbano no Município de Dorés do Indaiá, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2028/2001. Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2002.

Lei Ordinária nº 2029/2001. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2002/2001.

Lei Ordinária nº 2038/2002. Altera a Lei 2.029 de novembro de 2001, que dispõe sobre o plano plurianual para o período 2002 a 2005.

Lei Ordinária nº 2039/2002. Autoriza o poder executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no orçamento vigente.

Lei Ordinária nº 2040/2002. Autoriza o poder executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais) no Orçamento Vigente.

Lei Ordinária nº 2042/2002. Estabelece diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do município para o exercício de 2003 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2044/2002. Autoriza o poder executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) no orçamento vigente.

Lei Ordinária nº 2045/2002. Autoriza o poder executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) no Orçamento Vigente.

Lei Ordinária nº 2046/2002. Autoriza o poder executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no Orçamento Vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2049/2002. Autoriza o poder executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) no Orçamento Vigente.

Lei Ordinária nº 2051/2002. Autoriza o poder executivo abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) no Orçamento Vigente.

Lei Ordinária nº 2054/2002. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) no Orçamento Vigente.

Lei Ordinária nº 2056/2002. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil quinhentos reais) no Orçamento Vigente.

Lei Ordinária nº 2057/2002. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no orçamento vigente.

Lei Ordinária nº 2058/2002. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no Orçamento Vigente.

Lei Ordinária nº 2065/2002. Estima a receita e fixa a despesa do município para exercício de 2003.

Lei Ordinária nº 2078/2003. Estabelece diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do Município para o exercício de 2004 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2095/2003. Estima a receita e fixa a despesa do município para exercício de 2004.

Lei Ordinária nº 2108/2004. Cria os cursos profissionalizantes na área de Informática, Contabilidade e Administração Rural e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2116/2004. Estabelece diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do município para o exercício de 2005 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2125/2004. Estima a receita e fixa a despesa do município para exercício de 2005.

Lei Ordinária nº 2134/2005. Dispõe sobre a publicação do balancete mensal da Receita e da Despesa do Município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2135/2005. Contém autorização para o Sr. Prefeito Municipal abrir Crédito Especial ou Suplementar para prover as despesas com a Merenda Escolar no exercício de 2005.

Lei Ordinária nº 2144/2005. Contém autorização ao Prefeito Municipal para abrir crédito complementar ou especial, no valor que menciona, mediante remanejamento de dotação no orçamento do exercício de 2005.

Lei Ordinária nº 2145/2005. Contém autorização para o Chefe do Executivo celebrar convênio com a empresa privada para a implantação de plano de desenvolvimento industrial para o município, autoriza abertura de crédito no orçamento e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2149/2005. Contém autorização para o Chefe do Executivo celebrar convênio com a Empresa para implantação de plano de Desenvolvimento Industrial para o Município, autoriza abertura de crédito no orçamento vigente e contém outras disposições correlatas.

Lei Ordinária nº 2151/2005. Contém autorização para o Chefe do Executivo prestar contribuição financeiro para a Cooperativo das Costureiras Autônomas de Dorés do Indaiá Ltda, autoriza a abertura do crédito mediante remanejamento do valor e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 2154/2005. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município de Dorés do Indaiá, MG, para o Exercício de 2006, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2168/2005. Contém autorização legislativa para abertura de Crédito Especial no orçamento vigente.

Lei Ordinária nº 2171/2005. Dispõe sobre a abertura de Crédito Especial no montante de R\$15.000,00 (quinze mil reais) destinado a Autarquia Municipal - Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Dorés do Indaiá - IPSEMDI

Lei Ordinária nº 2179/2005. Autoriza a abertura de crédito suplementar e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 2180/2005. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2.006/2.009.

Lei Ordinária nº 2181/2005. Estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2006.

Lei Ordinária nº 2186/2006. Autoriza ao Prefeito Municipal abrir créditos adicionais/especiais nos casos que menciona e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 2215/2006. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município de Dorés do Indaiá, MG, para o exercício de 2007, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2218/2006. Faz inclusão de novos elementos de despesas na unidade da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e autoriza a abertura de crédito adicional, suplementar ou especial no atual orçamento fiscal da Prefeito Municipal de Dorés do Indaiá, no exercício de 2006.

Lei Ordinária nº 2233/2007. Dispõe sobre substituição dos anexos I a VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2007.

Lei Ordinária nº 2234/2007. Lei Orçamentária anual exercício 2007 - Estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2007.

Lei Ordinária nº 2241/2007. Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à União, através da Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro a oferecer garantias e dá outras providências correlatas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2264/2007. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município de Dorés do Indaiá, MG, para o exercício de 2008, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2272/2007. Altera a Lei Municipal nº 2.234, de 12 de Janeiro de 2007, que dispõe sobre o Orçamento Anual do município, para inclusão dos recursos que especifica no Orçamento do exercício de 2007, mediante abertura de Crédito Especial decorrente do Superávit de Arrecadação de Receita, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2279/2007. Lei Orçamentária Anual Exercício 2008 - fixa a despesa do município para o exercício de 2008.

Lei Ordinária nº 2284/2007. Altera a Lei Municipal 2.234, de 12 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o Orçamento Anual do município, para inclusão dos recursos que especifica no Orçamento do exercício de 2007, mediante abertura de Crédito Especial decorrente do Superávit de Arrecadação de Receita, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2288/2008. Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através da Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências correlatas.

Lei Ordinária nº 2298/2008. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município de Dorés do Indaiá, MG, para o exercício de 2009, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2299/2008. Altera a Lei Municipal nº 2.279, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre o orçamento Anual do município para inclusão dos recursos que especifica no Orçamento do exercício de 2008, mediante abertura de Crédito Especial decorrente do Superávit de Arrecadação de Receita, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2304/2008. Altera a Lei Municipal nº 2.279, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Orçamento Anual do Município, para inclusão dos recursos que especifica no Orçamento do exercício de 2008, mediante abertura de Crédito Especial decorrente do Superávit de Arrecadação de Receita, e dá outras receitas.

Lei Ordinária nº 2306/2008. Lei Orçamentária Anual exercício 2009 - estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2009.

Lei Ordinária nº 2327/2009. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município de Dorés do Indaiá, MG, para o Exercício de 2010, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2330/2009. Abre crédito especial no orçamento do Poder Legislativa e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2347/2009. Abre crédito adicional suplementar para cobertura de despesas dos programas e ações que especifica.

Lei Ordinária nº 2350/2009. Lei Orçamentária Anual Exercício 2010 - estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2010.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2351/2009. Dispõe sobre o plano plurianual de governo do município de Dorés do Indaia para o período de 2010 a 2013.

Lei Ordinária nº 2357/2010. Autoriza o executivo a celebrar convênio, abrir crédito especial adicional e criar dotações orçamentárias para cobertura de despesas, com vistas à execução dos programas e ações que especifica.

Lei Ordinária nº 2367/2010. Autoriza abertura de crédito especial para reforço orçamentário e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 2374/2010. Cria doação no orçamento do Poder Legislativo de Dorés do Indaia e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2375/2010. Estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2011 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2377/2010. Cria dotação no orçamento do Poder Legislativo de Dorés do Indaia para restituição da taxa de inscrição no concurso público instaurado pelo Edital 01/2010 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2389/2010. Autoriza abertura de crédito especial ao orçamento de 2010.

Lei Ordinária nº 2395/2010. Dispõe sobre a Abertura de Crédito Especial na área de Saúde e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2399/2010. Estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2011.

Lei Ordinária nº 2418/2011. Autoriza abertura de crédito especial ao orçamento de 2011.

Lei Ordinária nº 2431/2011. Autoriza abertura de Crédito Especial no orçamento de 2011.

Lei Ordinária nº 2432/2011. Estabelece diretrizes gerais para a elaboração o orçamento do Município para o exercício de 2012 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2437/2011. Autoriza abertura de crédito suplementar.

Lei Ordinária nº 2438/2011. Contém autorização para o Poder Público Municipal utilizar-se do sistema eletrônico para a movimentação financeira perante o Banco do Brasil S/A.

Lei Ordinária nº 2442/2011. Autoriza abertura de Crédito Suplementar.

Lei Ordinária nº 2443/2011. Autoriza abertura de crédito suplementar.

Lei Ordinária nº 2446/2011. Autoriza abertura de Crédito Suplementar.

Lei Ordinária nº 2447/2011. Abre crédito adicional suplementar para cobertura de despesas dos programas e ações que especifica.

Lei Ordinária nº 2448/2011. Autoriza abertura de Crédito Suplementar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2449/2011. Estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2012.

Lei Ordinária nº 2461/2012. Autoriza aumento do percentual de Suplementação de que trata a Lei Municipal nº 2.449, de 30 de dezembro de 2011.

Lei Ordinária nº 2462/2012. Autoriza o aumento do percentual de suplementação de que trata a Lei Municipal nº 2.449, de dezembro de 2011.

Lei Ordinária nº 2464/2012. Estabelece diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município para o exercício de 2013 e dá outras providências

Lei Ordinária nº 2466/2012. Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2473/2012. Autoriza aumento do percentual de Suplementação de que trata a Lei Municipal nº 2.449 de dezembro de 2011.

Lei Ordinária nº 2476/2012. Autoriza aumento do percentual de suplementação de que trata a Lei Municipal nº 2.449 de 30 de 2011.

Lei Ordinária nº 2479/2012. Estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2013.

Lei Ordinária nº 2485/2013. Altera a Lei nº 2.478, de 20 de dezembro de 2012, que autoriza a concessão de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros para o exercício financeiro de 2013 e a Lei nº 2.479, de 20 de dezembro de 2012, que estima receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2013.

Lei Ordinária nº 2494/2013. Estabelece Diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do Município para o exercício de 2014 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2499/2013. Contém autorização para assunção de despesas contraídas e não declaradas no exercício de 2012 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2500/2013. Autoriza abertura de Crédito Especial no Orçamento de 2013.

Lei Ordinária nº 2514/2013. Autoriza o Executivo efetuar o pagamento de despesas decorrentes de sinistro em veículo de propriedade do Sr. Ronaldo Ribeiro dos Santos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2521/2013. Autoriza o Executivo Municipal a custear despesas com conversão de rede monofásica para trifásica na extensão que menciona.

Lei Ordinária nº 2523/2013. Autoriza o Município a efetuar pagamento parcelado.

Lei Ordinária nº 2525/2013. Autoriza o Executivo Municipal efetuar o pagamento de despesas decorrentes de sinistro em veículo de propriedade do Sr. Deiverson Marcos Fiuza.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2527/2013. Autoriza o Executivo Municipal a custear despesas com implantação de transformador que especifica.

Lei Ordinária nº 2528/2013. Dispõe sobre o plano plurianual para o período de 2014/2017.

Lei Ordinária nº 2533/2013. Estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2014.

Lei Ordinária nº 2540/2014. Autoriza abertura de Crédito Especial no orçamento de 2014, Lei nº 2.533, de 19 de dezembro de 2013.

Lei Ordinária nº 2572/2014. Estabelece diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do município para o exercício de 2015.

Lei Ordinária nº 2573/2014. Autoriza o Município a proceder pagamento à Associação de Combate ao Câncer do Centro Oeste Mineiro.

Lei Ordinária nº 2585/2014. Autoriza abertura de crédito suplementar.

Lei Ordinária nº 2587/2014. Autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento.

Lei Ordinária nº 2588/2014. Autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente.

Lei Ordinária nº 2597/2014. Autoriza o Poder Executivo a pagar despesa que especifica.

Lei Ordinária nº 2602/2014. Cria benefícios eventuais e autoriza o custeio de despesas.

Lei Ordinária nº 2605/2014. Autoriza abertura de crédito suplementar.

Lei Ordinária nº 2606/2014. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2015.

Lei Ordinária nº 2608/2014. Altera os anexos da Lei 2.572 de 20/06/2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015.

Lei Ordinária nº 2636/2015. Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no orçamento do município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2642/2015. Autoriza custeio de despesas que especifica.

Lei Ordinária nº 2644/2015. Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no orçamento do município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2650/2015. Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2652/2015. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2657/2015. Autoriza abertura de crédito suplementar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2670/2015. Altera os anexos da lei 2.652 de 20 de julho de 2015, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015.

Lei Ordinária nº 2674/2015. Autoriza abertura de crédito suplementar.

Lei Ordinária nº 2675/2015. Estima receita e fixa despesa para o exercício de 2016.

Lei Ordinária nº 2677/2015. Contém autorização para assunção de despesas contraídas e não quitadas.

Lei Ordinária nº 2684/2015. Dispõe sobre remanejamento de dotação orçamentária de órgãos e entidades da administração direta e indireta que menciona e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2697/2016. Dispõe sobre a prestação de contas da concessão de diárias aos Agentes Políticos para fins de viagens.

Lei Ordinária nº 2706/2016. Autoriza o Executivo Municipal efetuar o pagamento de despesas decorrentes de sinistro em veículo de terceiros e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2707/2016. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2710/2016. Autoriza o Executivo Municipal efetuar o pagamento de despesas decorrentes de sinistro em veículo de terceiros e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2713/2016. Altera os anexos da lei 2.707 de 17 de junho de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017.

Lei Ordinária nº 2714/2016. Estima receita despesa para o exercício de 2017.

Lei Ordinária nº 2717/2016. Autoriza abertura de crédito suplementar.

Lei Ordinária nº 2728/2017. Contém autorização para assunção despesas e não quitadas.

Lei Ordinária nº 2735/2017. Contém autorização para receber imóvel em pagamento de débitos.

Lei Ordinária nº 2743/2017. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2757/2017. Altera os anexos da Lei 2.743 de 12 de julho de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2018.

Lei Ordinária nº 2760/2017. Contém autorização para assunção de despesas contraídas e não quitadas

Lei Ordinária nº 2761/2017. Dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio de 2018/2021.

Lei Ordinária nº 2762/2017. Estima a receita e fixa despesas para o exercício de 2018.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2765/2017. Autoriza abertura de crédito suplementar.

Lei Ordinária nº 2772/2017. Fixa o valor para pagamento de obrigações de pequeno valor/RPV, decorrentes de decisões judiciais, nos termos do art. 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal.

Lei Ordinária nº 2779/2018. Contém autorização para assunção de despesas contraídas e não quitadas.

Lei Ordinária nº 2801/2018. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2809/2018. Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2820/2018. Estima receita e fixa despesa para o exercício de 2019.

Lei Ordinária nº 2863/2019. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2867/2019. Contém autorização para receber imóvel em pagamento de débitos.

Lei Ordinária nº 2881/2019. Altera os anexos da Lei Municipal nº 2.863 de 08 de agosto de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020.

Lei Ordinária nº 2882/2019. Estima receita e fixa despesa para o exercício de 2020.

Lei Ordinária nº 2886/2019. Altera dispositivo da Lei Municipal nº 2.820/2018 e autoriza abertura de crédito suplementar.

Lei Ordinária nº 2907/2020. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2913/2020. Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2020 da Autarquia Municipal denominada Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2914/2020. Estima receita e fixa despesa para o exercício de 2021

Lei Ordinária nº 2915/2020. Altera dispositivo da Lei Municipal nº 2.882, de 29 de novembro de 2019, que estima receita e fixa despesa para o exercício de 2020.

Lei Ordinária nº 2921/2020. Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no orçamento município de Dorés do Indaiá/MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2930/2021. Autoriza abertura de crédito especial

Lei Ordinária nº 2933/2021. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional de natureza especial destinado ao enfrentamento da pandemia de covid-19 na forma que especifica e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2934/2021. Autoriza o Poder Executivo municipal a abrir crédito adicional de natureza especial destinado ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2940/2021. Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2022, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2941/2021. Autoriza o poder executivo municipal a efetuar o remanejamento, transposição e transferência de dotações orçamentárias, bem com a inclusão e alterações de fontes de recursos na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2942/2021. Autoriza abertura de Crédito Especial.

Lei Ordinária nº 2952/2021. Altera redação do inciso II, do art. 4º, da Lei Municipal nº 2.914/2020, de 16 de outubro, que estima receita e fixa despesa para o exercício de 2021 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2954/2021. Autoriza o Poder Executivo municipal a abrir crédito adicional de natureza especial destinado ao enfrentamento da Pandemia de Covid-19 nos termos da Resolução SES/MG nº 7.447, de 23 de março de 2021, na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2955/2021. Autoriza o poder executivo municipal a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2956/2021. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional da natureza suplementar nos termos da Resolução SES/MG nº 7.565, de 21 de junho de 2021, na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2957/2021. Autoriza o Poder Executivo municipal a abrir crédito adicional de natureza especial destinado à política de estruturação da atenção primária à saúde (Organização da Atenção Primária à Saúde) nos termos da Resolução SES/MG nº 7.554, de 17 de junho de 2021, na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2958/2021. Dispõe sobre o plano plurianual do município de Dorés do Indaiá, estado de Minas Gerais para o quadriênio 2022 a 2025 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2959/2021. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional de natureza suplementar por excesso de arrecadação na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2960/2021. Autoriza o poder executivo municipal a abrir crédito suplementar para a aquisição de equipamentos de informática destinados à alimentação do Sistema de Informática destinados à alimentação do Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB) e o uso de prontuários eletrônicos da estratégica E-sus na atenção primária na forma que especifica e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉ DO INDAIA

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2961/2021. Autoriza o poder executivo municipal a abrir crédito adicional de natureza suplementar na forma que específica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2962/2021. Autoriza a abertura de crédito suplementar no orçamento do exercício financeiro de 2021 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2964/2021. Estima a receita e fixa a despesa do município de Dorés do Indaia - Minas Gerais, para o exercício financeiro de 2.022.

Lei Ordinária nº 2966/2021. Altera redação do art. 28, caput, da Lei Municipal nº 2.907/2020, de 21 de julho de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2969/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$328.003,00 (trezentos e vinte e oito mil e três reais) na forma que específica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2970/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 285.654,00 (duzentos e oitenta e cinco mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais) na forma que específica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2971/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2972/2022. Autoriza o poder executivo municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2973/2022. Autoriza o poder executivo municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2974/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de 248.954,00 (duzentos e quarenta e oito mil novecentos e cinquenta e quatro reais) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2976/2022. Autoriza a abertura de crédito especial para a criação de elemento e natureza de despesa, tendo por fonte a anulação de dotação, na forma que específica, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2977/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2978/2022. Autoriza a o Poder Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$384.605,00 (trezentos e oitenta e quatro mil seiscentos e cinco reais) na forma que especifica e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2979/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 478.864,00 (quatrocentos e setenta e oito mil oitocentos e sessenta e quatro reais) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2980/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$288.579,91 (duzentos e oitenta e oito mil quinhentos e setenta e nove reais e noventa e um centavos) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2981/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$1.586.400,00 (um milhão quinhentos e oitenta e seis mil e quatrocentos reais), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2982/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2983/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2984/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 1.103.682,88 (um milhão cento e três mil seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e oito centavos), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2985/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 721.852,90 (setecentos e vinte e um mil oitocentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2986/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 564.033,58 (quinhentos e sessenta e quatro mil trinta e três reais e cinquenta e oito centavos), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2987/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 317.900,00 (trezentos e dezessete mil e novecentos reais) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2988/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2989/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 328.003,00 (trezentos e vinte e oito mil e três reais) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2991/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 7.749.043,77 (sete milhões setecentos e quarenta e nove mil quarenta e três reais e setenta e sete centavos), na forma que especifica e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2994/2022. Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) por superávit financeiro, na forma que especifica, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2995/2022. Autoriza o Poder Executivo municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2996/2022. Autoriza o Poder Executivo municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2997/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 388.432,64 (trezentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3002/2022. Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto à CEF - Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Finisa - Financiamento à Infraestrutura e ao saneamento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3004/2022. Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 160.000,000 (cento e sessenta mil reais) por superávit financeiro, na forma que especifica, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3005/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor R\$400.000,00(quatrocentos mil reais), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3006/2022. Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) por superávit financeiro, na forma que especifica, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3012/2022. Autoriza a abertura de crédito suplementar e criação de fonte de despesa, tendo por origem o excesso de arrecadação por fonte de recursos, na forma que especifica, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3013/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$25.617,70 (vinte e cinco mil, seiscentos e dezessete reais e setenta centavos) por superávit financeiro na forma que especifica e dá outras providências e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3014/2022. Autoriza o poder Executivo municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$36.527,12 (trinta e seis mil, quinhentos e vinte e sete reais e doze centavos), por superávit financeiro na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3015/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$23.595,26 (vinte e três mil, quinhentos e noventa e



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

cinco reais e vinte e seis centavos), por superávit financeiro na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3016/2022. Autoriza a abertura de crédito suplementar e criação defonte de despesa, tendo por origem o superávit financeiro por fonte de recursos apurado no balanço patrimonial de 2021, na forma que especifica, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3017/2022. Crédito adicional suplementar no valor de R\$9.536,78 (nove mil, quinhentos e trinta e seis reais e setenta e oito centavos), por superávit financeiro na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3018/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) por superávit financeiro na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3019/2022. Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto à CEF - Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Finisa - Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, com garantia da União Federal e revoga "in totum" a lei Municipal 3.002/2022, de 28 de abril de 2022 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3020/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) por tendência de excesso de arrecadação na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3021/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar e fonte de despesa no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3023/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$72.800,00 (setenta e dois mil e oitocentos reais) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3024/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional de natureza suplementar no valor de R\$2.324.928,10 (dois milhões, trezentos e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e oito reais e dez centavos) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3025/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito de natureza suplementar no valor de R\$3.083.162,82 (três milhões, oitenta e três mil, cento e sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3026/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional de natureza suplementar no valor de R\$1.168.760,00 (um milhão, cento e sessenta e oito mil e setecentos e sessenta reais) por superávit financeiro na forma que especifica e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 3027/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) na forma que específica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3028/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) na forma que específica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3032/2022. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2023, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3033/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$273.570,00 (duzentos e setenta e três mil, quinhentos e setenta e setenta reais), na forma que específica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3034/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$279.360,00 (duzentos e setenta e nove mil, trezentos e sessenta reais), por tendência de excesso de arrecadação na forma que específica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3035/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar por superávit financeiro no valor de R\$70.000,00 (setenta mil reais), por superávit financeiro na forma que específica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3036/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais)" por tendência de excesso de arrecadação na forma que específica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3037/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$2.496.750,00 (dois milhões quatrocentos e noventa e seis mil, setecentos e cinquenta reais)" por tendência de excesso de arrecadação na forma que específica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3038/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$235.119,61 (duzentos e trinta e cinco mil cento e dezenove reais e sessenta e um centavos) por superávit financeiro, na forma que específica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3039/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na forma que específica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3044/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais) na forma que específica e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 3045/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no valor de R\$54.645,00 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais) por excesso de arrecadação que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3046/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$25.355,00 (vinte e cinco mil trezentos e cinquenta e cinco reais) por excesso de arrecadação da forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3049/2022. Altera redação do art. 6º, caput, da Lei Municipal nº. 2.964/2021, de 10 de dezembro de 2021, que estima a receita e fixa a despesa do município de Dorés do Indaia - Minas Gerais, para o exercício financeiro de 2022.

Lei Ordinária nº 3051/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.385.856,25 (dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos) por excesso de arrecadação na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3052/2022. Autorização o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.701.802,63 (quatro milhões, setecentos e um mil, oitocentos e dois reais e sessenta e três centavos) por excesso de arrecadação na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3056/2022. Concede incentivo financeiro para custeio de despesas com instalação e funcionamento de unidade de atendimento de empresa que descreve, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3059/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor R\$37.084,30 (trinta e sete mil, oitenta e quatro reais e trinta centavos) por superávit financeiro na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3060/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) por excesso de arrecadação, na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3061/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) por excesso de arrecadação, na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3062/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$825.068,00 (oitocentos e vinte e cinco mil e sessenta e oito reais) por excesso de arrecadação, na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3064/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$146.165,00 (cento e quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e cinco reais) por excesso de arrecadação, na forma, que especifica e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉ DO INDAÍÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 3065/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$70.000,00 (setenta mil reais), por excesso de arrecadação, na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3066/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$1.440.000,00 (um milhão quatrocentos e quarenta mil reais) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3067/2022. Estima a receita e fixa a despesa do município de Dorés do Indaíá - Minas Gerais, para o exercício financeiro de 2.023.

Lei Ordinária nº 3069/2022. Autoriza o poder executivo municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 369.716,03 (trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e dezesseis reais e três centavos) por anulação de dotação orçamentária na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3070/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$80.865,37 (oitenta mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e sete centavos) tendo com origem o superávit financeiro apurado por fontes na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3072/2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$8.895.643,94 (oito milhões oitocentos e noventa e cinco mil seiscentos e quarenta e três reais e noventa e quatro centavos), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3073/2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir suplementar no valor de R\$386.230,92 (trezentos e oitenta e seis mil duzentos e trinta reais e noventa e dois centavos), por superávit financeiro, na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3076/2023. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar e fonte de despesa no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3077/2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor R\$1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3078/2023. Autoriza o poder executivo municipal a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro no valor de 105.413,09 (cento e cinco mil quatrocentos e treze reais e nove centavos) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3079/2023. Autoriza o poder executivo municipal a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro no valor de 162.318,42 (cento e sessenta e dois centavos) na forma que especifica e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 3080/2023. Autoriza o poder executivo municipal a abrir suplementar por superávit financeiro no valor de R\$54.106,14 (cinquenta e quatro mil cento e seis centavos), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3081/2023. Autoriza o poder executivo municipal a abrir suplementar por superávit financeiro no valor de R\$54.106,14 (cinquenta e quatro mil cento e seis reais e quatorze centavos), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3082/2023. Autoriza o poder executivo municipal a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro no valor de R\$162.318,42 (cento e sessenta e dois mil trezentos e dezoito reais e quarenta e dois centavos) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3083/2023. Autoriza o poder executivo municipal a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro no valor de R\$105.413,09 (cento e cinco mil quatrocentos e treze reais e nove centavos), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3084/2023. Autorização o poder executivo municipal a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro no valor de R\$ 210.501,79 (duzentos e dez mil, quinhentos e um reais e setenta e nove centavos), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3085/2023. Autoriza o Poder Executivo municipal a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro no valor de R\$338.718,43 (trezentos e trinta e oito mil setecentos e dezoito reais e quarenta e três centavos), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3086/2023. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro no valor de R\$15.000,00(quinze mil reais), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3087/2023. Autoriza o poder executivo municipal a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro no valor de R\$804.608,25 (oitocentos e quatro mil seiscentos e oito reais e vinte e cinco centavos), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3088/2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro no valor de R\$300.000,00(trezentos mil reais), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3089/2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar por superávit por 316.889,53 (trezentos e dezesseis mil oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e três centavos) , na forma que especifica e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 3090/2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$286.500,00 (duzentos e oitenta e seis mil e quinhentas reais) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3091/2023. Autoriza o poder executivo municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$721.852,90 (setecentos e vinte e um mil oitocentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3094/2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3095/2023. Autoriza o poder executivo municipal a abrir crédito adicional no valor de R\$59.287,25 (cinquenta e nove mil duzentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos) por superávit financeiro na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3096/2023. Autoriza o poder executivo municipal a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro no valor de R\$26.046,10 (vinte e seis mil quarenta e seis reais e dez centavos), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3099/2023. Revoga e altera a redação de dispositivos do anexo XIX da Lei Municipal nº 3.067/2022, de 14 de dezembro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa do município de Dorés do Indaia - Minas Gerais, para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3103/2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro no valor de R\$2.233.355,50 (dois milhões, duzentos e trinta e três mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3106/2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3107/2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro no valor de R\$266.225,40 (duzentos e sessenta e seis mil, duzentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos) na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3112/2023. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício 2024, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3113/2023. Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal (CAIXA), a oferecer garantias e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3115/2023. Revoga, altera redação e repristina dispositivos do art. 6º e do Anexo XIX da Lei Municipal nº 3.067/2022, de 14 de dezembro de 2022, que estima a



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

receita e fixa a despesa do município de Dorés do Indaia - Minas Gerais, para o exercício financeiro de 2.023 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3116/2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no valor de R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3117/2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3118/2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito especial no valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3128/2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar para R\$65.849,68, (sessenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos) por excesso de arrecadação na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3139/2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional por superávit financeiro no valor de R\$260.340,00 (duzentos e sessenta mil e trezentos e quarenta reais), na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3158/2023. Estima a receita e fixa a despesa do município de Dorés do Indaia/MG o exercício financeiro de 2.024.

Lei Ordinária nº 3183/2024. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3184/2024. "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL DE NATUREZA SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 1.091.329,30 (UM MILHÃO, NOVENTA E UM MIL, TREZENTOS E VINTE E NOVE REAIS E TRINTA CENTAVOS) NA FORMA QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Lei Ordinária nº 3192/2024. Estima a receita e fixa a despesa do município de Dorés do Indaia/MG para o exercício financeiro 2025.

Lei Ordinária nº 3196/2025. Autoriza o Poder Executivo a contratar operação crédito junto a instituição financeira.

Lei Ordinária nº 3199/2025. Que altera a redação da Lei Municipal nº 3.183/2024, de 06 de agosto de 2.024, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentárias para o exercício de 2025 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3201/2025. Altera a redação da Lei Municipal nº 3.192 de 13 de dezembro de 2.024, que "estima a receita e fixa a despesa do município de Dorés do Indaia/MG para o exercício financeiro de 2.025".



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDIAÍ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Débora Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 3214/2025. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para exercício de 2026, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3229/2025. Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Dolores do Indaiá, estado de Minas Gerais, para o quadriênio 2026 a 2029, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3232/2025. Estima a receita e fixa a despesa do município de Dolores do Indaiá/MG para o exercício financeiro de 2026.

Lei Ordinária nº 3233/2026. Altera a Lei 3.214/2015, de 11 de julho de 2.025, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2026, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3234/2026. Altera a Lei nº 3.232/2025, de 29 de dezembro de 2.025, que estima a receita e fixa a despesa do município de Dolores do Indaiá/MG para o exercício financeiro de 2026, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3236/2026. Dispõe sobre a interpretação autêntica de dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 e 2025, bem como das Leis Municipais nº3.192/2024, nº 3.158/2023, nº 3.183/2024 e nº 3.192/2024 para fins de abertura de créditos suplementares.

Lei Ordinária nº 3245/2026. Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente.

Lei Ordinária nº 3253/2026. Altera a Emenda Impositiva nº 001 constantes na Lei nº 3.232, de 29 de dezembro de 2.026.

Lei Ordinária nº 3254/2026. Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3256/2026. Altera a Lei Municipal nº 3.133, de 10 de agosto de 2023, para ampliar a autorização para contratação de operação de crédito com instituições financeiras federais e estaduais, e dá outras providências.

Resoluções (18)

Resolução nº 1/2001. Desvincula financeiramente o Poder Legislativo do Poder Executivo do município de Dolores do Indaiá/MG e dá outras providências.

Resolução nº 1/2005. Aprova prestação de Contas do Município de Dolores do Indaiá/MG, referente ao exercício de 2000.

Resolução nº 6/2015. Reprova as contas do exercício financeiro de 2006.

Resolução nº 3/2016. Aprova as contas do município de Dolores do Indaiá, referente ao Exercício Financeiro de 2005.

Resolução nº 4/2016. Aprova as Contas do município de Dolores do Indaiá referente ao exercício de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Resolução nº 1/2017. Aprova as Contas do Município de Dorés do Indaiá, referentes ao exercício de 2014.

Resolução nº 1/2018. Regulamenta forma e critérios para indenização das despesas de viagens da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá.

Resolução nº 2/2018. Aprova as Contas do Município de Dorés do Indaiá referente ao exercício de 2016.

Resolução nº 3/2018. Aprova as contas do município de Dorés do Indaiá, referente aos exercício de 2015.

Resolução nº 1/2020. Aprova as Contas do Município de Dorés do Indaiá, referentes ao exercício de 2017.

Resolução nº 2/2020. Aprova as contas do município de Dorés do Indaiá referentes ao exercício de 2018.

Resolução nº 3/2021. Aprova as Contas do Município de Dorés do Indaiá/MG, referente ao exercício de 2019.

Resolução nº 1/2022. Aprova as Contas do Município de Dorés do Indaiá, referentes ao exercício de 2020.

Resolução nº 6/2023. Regulamenta forma e critérios para custeio das despesas de viagens da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá - MG.

Resolução nº 1/2024. Aprova as Contas do Município de Dorés do Indaiá/MG, referentes ao exercício de 2021.

Resolução nº 2/2024. Institui e disciplina a concessão, o controle e a realização de suprimentos de fundos, institui o regime de adiantamento para despesas de pronto pagamento, e dá outras providências.

Resolução nº 3/2024. Autoriza a concessão e pagamento de férias aos representantes do Poder Legislativo em atendimento ao disposto no art. 7ª, inciso XVII da Constituição.

Resolução nº 3/2026. Aprova as contas do município de Dorés do Indaiá/MG, referentes ao exercício de 2022.

Decretos legislativos e decretos (8)

Decreto nº 1/2023. Autoriza o chefe do Poder Legislativo a devolver parte do duodécimo ao Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

Decreto nº 2/2023. Crédito suplementar e dá outras providências conforme determina o art. 43 da Lei Federal n.º 4.320/64, e conforme o Artigo 4º da Lei Municipal n.º 2.914 de 16 de outubro de 2020.

Decreto nº 3/2023. Autoriza o chefe do Poder Legislativo a devolver parte do duodécimo ao Poder Executivo Municipal e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Decreto nº 1/2024. Autoriza o Chefe do Poder Legislativo a devolver parte do duodécimo ao Poder Executivo Municipal e dá outras providências

Decreto nº 7/2024. Crédito suplementar e dá outras providências conforme determina o art. 43 da Lei Federal n.º 4.320/64, e conforme o Artigo 4º da Lei Municipal n.º 2.914 de 16 de outubro de 2020.

Decreto nº 8/2024. Autoriza o Chefe do Poder Legislativo a devolver parte do duodécimo ao Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

Decreto nº 9/2024. Dispõe sobre Anulação de Saldo Orçamentário.

Decreto nº 5/2025. Dispõe sobre abertura de crédito suplementar.

6. Tributário e fiscal

Aqui estão as regras sobre os tributos municipais, como o IPTU, o ISSQN e as taxas, além das leis que concedem isenções, parcelamentos e incentivos fiscais. O diploma central é o Código Tributário Municipal, que organiza todo o sistema de arrecadação local.

O tema reúne 124 normas, editadas entre 1951 e 2026. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Leis complementares (22)

Lei Complementar nº 2/1998. Institui o novo Código Tributário e Fiscal do Município de Dorés do Indaiá-MG e dá outras disposições.

Lei Complementar nº 5/2005. Contém a instituição do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, no município de Dorés do Indaiá, nas normas regidas pela Lei Complementar nº 116/2003 do Governo Federal.

Lei Complementar nº 17/2012. Institui o Código Tributário Municipal de Dorés do Indaiá e dá outras providências

Lei Complementar nº 21/2013. Concede isenção e anistia sobre débitos tributários, multas e juros, e dá outras providências.

Lei Complementar nº 38/2014. Altera a Lei Complementar nº 017 de junho de 2012 que institui o Código Tributário municipal.

Lei Complementar nº 39/2014. Concede isenção e anistia sobre débitos tributários, multas e juros e dá outras providências.

Lei Complementar nº 40/2014. Acrescentam os incisos XIII, XIV e XV ao art. 211, remunera o parágrafo único e acresce § 2º ao art. 211, da Lei Complementar nº 17 de 06 de junho de 2012, que institui o Código tributário Municipal de Dorés do Indaiá e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Complementar nº 45/2014. Concede isenção e anistia sobre débitos tributários, multas e juros.

Lei Complementar nº 50/2015. Concede isenção e anistia sobre débitos tributários multas e juros.

Lei Complementar nº 52/2015. Concede incentivos fiscais aos proprietários de imóveis tombados no Município.

Lei Complementar nº 55/2015. Concede isenção e anistia sobre débitos tributários multas e juros.

Lei Complementar nº 60/2017. Concede isenção e anistia sobre débitos tributários, multas e juros.

Lei Complementar nº 65/2017. Concede isenção e anistia sobre débitos tributários multas e juros.

Lei Complementar nº 70/2018. Concede isenção e anistia sobre débitos tributários, multas e juros.

Lei Complementar nº 73/2018. Concede isenção e anistia sobre débitos tributários, multas e juros.

Lei Complementar nº 77/2019. Concede isenção e anistia sobre débitos tributários, multas e juros.

Lei Complementar nº 91/2019. Concede isenção e anistia sobre débitos tributários, multas e juros.

Lei Complementar nº 115/2021. Concede isenção ao pagamento de taxas de qualquer natureza aos templos de qualquer culto, bens e serviços de partidos políticos, instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão e fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil e dá outras providências.

Lei Complementar nº 124/2021. Altera redação do inciso II, do art. 96, da Lei Complementar Municipal nº 017/2012, de 06 de junho de 2012, que institui o Código Tributário Municipal de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Complementar nº 131/2022. Dispõe sobre a isenção de taxa de fiscalização para localização e funcionamento de atividade para novas empresas e ramos de atividades a se constituírem no primeiro ano de formalização no município de Dorés do Indaiá-MG, e dá outras providências.

Lei Complementar nº 140/2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a participar do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV - Autoriza a doação de lotes vinculados ao respectivo programa para pessoas físicas de baixa renda que se enquadrem na forma e nas



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

condições estabelecidas pela Lei nº 11.977/2009 - concede isenção dos tributos municipais que específica, e dá outras providências.

Lei Complementar nº 147/2023. Acrescenta o inciso XVI ao art. 211 da Lei Complementar nº 17, de 06 de junho de 2012, que institui o Código Tributário Municipal de Dorés do Indaia e dá outras providências.

Leis ordinárias (101)

Lei Ordinária nº 181/1951. Dispõe sobre favores fiscais.

Lei Ordinária nº 206/1951. Autoriza devolução de imposto.

Lei Ordinária nº 210/1951. Concede favores fiscais.

Lei Ordinária nº 243/1951. Redução de dívida ativa.

Lei Ordinária nº 271/1952. Impõe sobre perdão de Impostos atrasados.

Lei Ordinária nº 273/1952. Concede isenção de impostos municipais.

Lei Ordinária nº 276/1952. Autoriza devolução de Impostos.

Lei Ordinária nº 282/1952. Concede favores fiscais.

Lei Ordinária nº 284/1952. Concede favores fiscais.

Lei Ordinária nº 286/1952. Contém isenção de impostos.

Lei Ordinária nº 348/1953. Concede perdão de multas.

Lei Ordinária nº 413/1955. Dispõe sobre favores fiscais.

Lei Ordinária nº 988/1969. Contém isenção de "Taxa d'água".

Lei Ordinária nº 1024/1971. Contém autorização para cobrar taxas referentes aos serviços de cemitério.

Lei Ordinária nº 1031/1971. Concede isenção de taxa d'água à EE. RR. Irmã Luiza de Marilac.

Lei Ordinária nº 1037/1971. Contém isenção de taxa d'água.

Lei Ordinária nº 1075/1973. Fixa taxa para cobrança de Imposto Territorial Urbana.

Lei Ordinária nº 1078/1973. Cria Taxa de Iluminação Pública.

Lei Ordinária nº 1084/1973. Modifica sistema de cobrança da Taxa de Conservação de Estradas e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 1101/1973. Institui a Taxa de Iluminação Pública e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1102/1973. Institui a Taxa de Iluminação Pública e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1106/1974. Concede isenção de taxa d'água.

Lei Ordinária nº 1129/1974. Atualiza o Código Tributário Municipal.

Lei Ordinária nº 1131/1975. Contém isenção de taxa de água.

Lei Ordinária nº 1196/1977. Fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a receber sem multa, juros, todos os impostos municipais, taxas ou qualquer outro tributo municipal, de contribuinte em atraso com cofres municipais.

Lei Ordinária nº 1305/1980. Isenta a companhia de habitação do Estado de Minas Gerais - COAHB - MG, de tributos municipais incidentes sobre terrenos e construções integrantes de conjunto habitacionais de seu interesse.

Lei Ordinária nº 1386/1982. Contém revogação da Letra C - item II - do art. 3º, da Lei nº 1.129, que atualiza o Código Tributário Municipal.

Lei Ordinária nº 1406/1983. Institui o novo código Tributário do Município de Dorés do Indaia.

Lei Ordinária nº 1462/1985. Contém reajustamento dos valores das multas e outros emolumentos para os infratores junto ao bom convívio comunitário.

Lei Ordinária nº 1486/1986. Contém isenção de imposto.

Lei Ordinária nº 1508/1987. Cria a taxa de serviço urbanos sobre remoção especial de lixo e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1513/1987. Modifica a legislação sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1534/1988. Autoriza a doação de imóvel que menciona à Creche Menino Jesus para construção em conjunto habitacional de acordo com o programa comunitário de habitação popular Pró-habitação, concede isenção tributária e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1541/1989. Institui o imposto de transmissão de bens inter vivos - ITBI.

Lei Ordinária nº 1542/1989. Institui o imposto sobre vendas a varejo de combustível líquidos e gasosos - IVC.

Lei Ordinária nº 1557/1989. Institui a taxa de iluminação pública e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1668/1992. Autoriza a doação do imóvel que menciona à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais para a construção de Conjunto Habitacional, concede isenção tributária e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1700/1992. Autoriza parcelamento de débito junto ao FGTS



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1711/1993. Contém autorização para atualidades de tributação de valores.

Lei Ordinária nº 1769/1994. Concede isenção de multa para pagamento de tributos municipais, nos termos do art. 40, III, da Lei Orgânica do Município.

Lei Ordinária nº 1792/1995. Autoriza o prefeito municipal, em nome do município de Dorés do Indaiá, a firmar convênio com o Estado de Minas Gerais, de estabelecimento de bases de cooperação, administrativo-fiscal, nos termos do artigo 199 do código tributário nacional, e respectivos termos aditivos.

Lei Ordinária nº 1793/1995. Autoriza concessão de isenção de taxas e custeio de sepultamento aos doadores de órgãos para transplantes no município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1801/1995. Concede isenção para pagamento de taxa de aprovação de projetos de construção (Taxa de poder da Polícia) nos casos que especifica.

Lei Ordinária nº 1803/1995. Revoga a Lei Municipal nº 1.557 de 31 de Julho de 1.989, que institui a taxa de iluminação e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1805/1995. Altera o art. 6º da Lei Municipal 1.541, que institui o imposto de transmissão de bens intervivos - ITBI.

Lei Ordinária nº 1806/1995. Revoga a Lei nº 1.542 que institui o imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos - IVC.

Lei Ordinária nº 1826/1996. Contém autorização de tributos e remissão de dívidas.

Lei Ordinária nº 1842/1997. Revoga a Lei Municipal nº 1.805/95, que altera o art. 60 da Lei Municipal 1.541 que institui o imposto de transmissão de bens inter vivos - ITBI.

Lei Ordinária nº 1843/1997. Revoga a Lei Municipal de nº 1.803/95 de 15 de fevereiro de 1.996. Que revoga a Lei Municipal nº 1.557 de 31 de julho de 1989, que institui a Taxa de iluminação pública e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1851/1997. Contém isenção de multas, correção monetário e juros incidentes sobre o imposto Territorial e Predial Urbano IPTU e Imposto sobre serviços de qualquer natureza-ISSQN.

Lei Ordinária nº 1865/1997. Contém concessão de novo prazo contido no art. 2º da Lei nº 1.851 de março de 20 1997, para isenção de multas, correção monetária, juros incidentes sobre o Imposto Predial Territorial Urbano e Imposto sobre serviços de qualquer natureza.

Lei Ordinária nº 1878/1997. Revoga a Lei Municipal nº 1.486, de 10 de outubro de 1986 que dispõe sobre isenções de IPTU nos casos que menciona.

Lei Ordinária nº 1886/1997. Revoga a Lei Municipal nº 1801/95 de 12 de dezembro de 1995 que dispõe sobre isenções de taxas nos casos que menciona.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1902/1997. Cria a unidade de padrão fiscal do município de Dorés do Indaiá - UPFMDI.

Lei Ordinária nº 1918/1998. Concede novo prazo para pagamento de IPTU e de ISSQN relativos aos exercícios anteriores a 1997 com dispensa de correção monetária e multas.

Lei Ordinária nº 1/1999. Concede isenção para pagamento de taxa de aprovação de projetos de construção (taxa de poder da polícia) nos caso que especifica.

Lei Ordinária nº 1942/1999. Contém autorização para o executivo conceder descontos de até 30% no IPTU para pagamento em parcela única e até a data que menciona relativo ao ano de 1999 e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 1964/1999. Fixa novos valores para as taxas cobradas pelo município, no âmbito de sua atribuição, que tenham com fato gerador o exercício regular do poder de polícia.

Lei Ordinária nº 1965/1999. Concede novo prazo para pagamento de IPTU e de ISSQN em atraso com dispensa de correção monetária e multas.

Lei Ordinária nº 1966/1999. Autoriza descontos para pagamento antecipado ao vencimento no Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, no exercício do ano 2.000, e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 2002/2001. Autoriza premiação de bens móveis para o incentivo ao recolhimento à vista do IPTU relativo ao exercício de 2001.

Lei Ordinária nº 2003/2001. Autoriza a premiação de bens móveis para o incentivo ao recolhimento à vista do IPTU relativo ao exercício de 2001.

Lei Ordinária nº 2004/2001. Isenta o contribuinte de multas e juros da dívida inscrita ativa no Município de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2027/2001. Isenta o contribuinte de multas e juros da dívida ativa com o município de Dorés do Indaiá, parcela a dívida ativa e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2034/2002. Cria modelo do livro de fiscalização para o efeito de lançamento de visitas do fiscal de tributos municipais.

Lei Ordinária nº 2036/2002. Isenta o contribuinte de multas e juros da dívida ativa com o município de Dorés do Indaiá, parcela a dívida ativa e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2060/2002. Estabelece a isenção da taxa de inscrição para concursos públicos municipais para candidatos desempregados e deficientes físicos.

Lei Ordinária nº 2071/2003. Isenta o contribuinte de multas e juros da dívida ativa com o município de Dorés do Indaiá, parcela a dívida ativa e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2081/2003. Isenta o contribuinte de multas e juros da dívida ativa com o Município de Dorés do Indaiá, parcela a dívida e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2107/2004. Disciplina a permissão de uso de vias públicas, passeios públicos, prédios públicos, espaço aéreo e subsolo das vias públicas no Município de Dorés do Indaiá, de forma retributiva mediante pagamento de preço público dos referidos bens e espaço e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2127/2005. Contém autorização legislativa ao Chefe do Executivo para cobrança parcelada do IPTU do exercício de 2005 em parcelas; autorização para recebimento da dívida ativa relativa ao IPTU, ISSQN e TAXAS, dos exercícios anteriores a 2005, em parcelas e com dispensa das multas e juros, e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 2174/2005. Contém autorização legislativa para concessão de benefícios fiscais e prorrogação de prazo de pagamentos correlatos a IPTU e ISSQN lançados em dívida ativa e débitos do exercício de 2.005.

Lei Ordinária nº 2206/2006. Contém autorização Legislativa para concessão de benefícios fiscais e prorrogação de prazo de pagamento correlatos a IPTU e ISSQN lançados em dívida ativa e débitos do exercício de 2.006.

Lei Ordinária nº 2231/2006. Contém autorização legislativa para concessão de benefícios fiscais e prorrogação de prazo de pagamento correlatos a IPTU, ISSQN e Alvarás lançados em dívida ativa e débitos do exercício de 2006.

Lei Ordinária nº 2252/2007. Contém autorização Legislativa para concessão de benefícios fiscais e prorrogação de prazo de pagamento correlatos a IPTU e ISSQN e Alvarás lançados em dívida ativa e débitos do exercício de 2.007.

Lei Ordinária nº 2314/2009. Contém autorização Legislativa para concessão de benefícios fiscais e prorrogação de prazo de pagamento correlatos a IPTU e ISSQN lançados em dívida ativa e concede parcelamentos.

Lei Ordinária nº 2329/2009. Contém autorização Legislativa para concessão de benefícios fiscais e prorrogação de prazo de pagamento correlatos a IPTU, ISSQN, Alvarás e demais tributos municipais, lançados em dívida ativa e concede parcelamentos.

Lei Ordinária nº 2345/2009. Dispõe sobre o parcelamento de débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas ao IPSEMDI - Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2349/2009. Contém autorização Legislativa para concessão de benefícios fiscais e prorrogação de prazo de pagamento correlatos a IPTU e ISSQN e Alvarás lançados em dívida ativa e débitos do exercício de 2.009

Lei Ordinária nº 2360/2010. Concede anistia para regularização dos imóveis urbanos edificados e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2362/2010. Dispõe sobre medidas preventivas no caso da existência de focos do mosquito da Dengue no Município de Dorés do Indaiá -MG e regula a aplicação de multas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2400/2010. Concede anistia para regularização dos imóveis urbanos edificados e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2406/2010. Estende à iniciativa privada a prerrogativa de realizar empreendimentos vinculados aos programas habitacionais de interesse social, regulamenta o incentivo fiscal e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2410/2010. Regulamenta a instituição e cobrança do ISSQN incidente sobre as operações de leasing bancário e sobre as operações de cartões de crédito e débito praticadas por estabelecimentos comerciais, Bancos e prestadores de serviços sediados no Município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2508/2013. Autoriza o Executivo Municipal a proceder o parcelamento de débito junto à COPASA-MG.

Lei Ordinária nº 2516/2013. Concede anistia integral da multa e dispensa dos juros aos contribuintes e devedores da Fazenda Municipal.

Lei Ordinária nº 2538/2014. Concede anistia para regularização dos imóveis urbanos edificados.

Lei Ordinária nº 2544/2014. Concede anistia para regularização dos imóveis urbanos edificados.

Lei Ordinária nº 2594/2014. Concede anistia para regularização dos imóveis urbanos edificados.

Lei Ordinária nº 2722/2017. Autoriza o Município de Dorés do Indaiá a efetuar o protesto de Certidão de Dívida Ativa, de título executivo judicial de quantia certa e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2749/2017. Dispõe sobre o reparcèlement e parcelamento de débitos do Município de Dorés do Indaiá com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Lei Ordinária nº 2766/2017. Concede anistia para regularização dos imóveis urbanos edificados

Lei Ordinária nº 2776/2017. Autoriza premiação para incentivo ao pagamento do IPTU do exercício de 2018 e Dívida Ativa e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2805/2018. Concede anistia para regularização dos imóveis urbanos edificados

Lei Ordinária nº 2814/2018. Altera dispositivo da Lei Municipal nº 2.776, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a premiação para incentivo ao pagamento do IPTU do exercício de 2018 e Dívida Ativa e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2833/2019. Autoriza premiação para incentivo ao pagamento do IPTU do exercício de 2019 e Dívida Ativa e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2841/2019. Concede anistia para regularização dos imóveis urbanos edificados.

Lei Ordinária nº 3125/2023. Institui no município o direito de o contribuinte ter acesso a meios e formas de pagamento digital para quitação de débitos de natureza tributária, taxas e contribuições.

Lei Ordinária nº 3215/2025. Institui a gratificação por desempenho de atividade fiscal e arrecadação no âmbito da administração tributária do município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3249/2026. Autoriza o município Dorés do Indaiá a arrecadar tributos municipais e demais receitas públicas por meio de pagamento com cartões de débito e crédito, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3251/2026. Revoga a Lei Municipal nº 2.722, de 03 de fevereiro de 2017, e dispõe sobre a modernização da cobrança administrativa e extrajudicial dos créditos inscritos em dívida ativa do município de Dorés do Indaiá/MG, e dá outras providências.

Resoluções (1)

Resolução nº 1/2013. Cria Comissão Especial de Fiscalização e Apuração de Irregularidade no âmbito do Poder Executivo Municipal de Dorés do Indaiá, Estado de Minas Gerais.

7. Pessoal e regime de servidores

São as normas que regem a vida funcional de quem trabalha para o Município: criação de cargos, planos de carreira, vencimentos, gratificações, concursos e contratações temporárias. O Estatuto dos Servidores e os planos de cargos em lei complementar são as peças estruturantes deste eixo.

O tema reúne 305 normas, editadas entre 1950 e 2026. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Leis complementares (103)

Lei Complementar nº 3/2002. Dispõe sobre o plano de cargos e vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

Lei Complementar nº 4/2002. Institui o Estatuto dos servidores públicos municipais de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Complementar nº 6/2002. Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal de Dorés do Indaiá, na forma prevista do Capítulo III da Constituição Federal, do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Lei 9.394, de



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

dezembro de 1996 (LDB), dos artigos 9ª e 10ª da Lei 9.424, de dezembro de 1996 e das diretrizes do Conselho Nacional de Educação.

Lei Complementar nº 7/2002. Da nova redação ao parágrafo único do art. 26 da Lei Complementar nº 006/2002 que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério municipal.

Lei Complementar nº 8/2002. Cria cargos públicos, altera o quantitativo de vagas do cargo de Técnico de nível médio do Anexo III da Lei Municipal nº 003/2002 que dispõe sobre o plano de cargos e salários dos servidores públicos do Poder Executivo e dá outras providências.

Lei Complementar nº 11/2003. Altera o parágrafo primeiro do artigo 16 da Lei Complementar 006/2002 - Plano de Carreira e Remuneração do Magistério - e dá outras providências.

Lei Complementar nº 12/2003. Altera o plano de carreira e remuneração do magistério municipal e dá outras providências.

Lei Complementar nº 9/2003. Altera o artigo 18 da Lei Complementar - Plano de Carreira e Remuneração do Magistério - e dá outras providências.

Lei Complementar nº 1/2005. Contém autorização Legislativa ao Executivo para a reforma da estrutura administrativa com, criação e incorporação de Secretarias Municipais, cria os cargos de Secretários Municipais para a Gestão 2005-2008, e dá outras disposições.

Lei Complementar nº 2/2005. Contém a criação de um(1) cargo de livre nomeação e exoneração, com a denominação de COORDENADORA GERAL das unidades das Creches "Menino Jesus" e do CEPRON.

Lei Complementar nº 3/2005. Altera o valor do símbolo C I constantes no Anexo IV da Tabela de Vencimentos dos cargos de livre nomeação e demissão da Lei Municipal nº 1.981/2000.

Lei Complementar nº 4/2005. Extingue o Cargo que menciona e declara inexistente as vagas na Lei Cargos e Salários.

Lei Complementar nº 1/2007. Dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos Servidores da Saúde do Município de Dorés do Indaia -MG

Lei Complementar nº 2/2007. Dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Dorés do Indaia - MG.

Lei Complementar nº 3/2007. Dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos servidores da área operacional do município de Dorés do Indaia-MG.

Lei Complementar nº 4/2007. Dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos servidores da área administrativa do Município de Dorés do Indaia-Mg.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Complementar nº 5/2007. Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Dorés do Indaiá, sua autarquia e Câmara Municipal, revoga a Lei Complementar 004, de 1º de junho de 2002 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 6/2007. Dispõe sobre alterações nos anexos que compõem o plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores da área administrativa do município de Dorés do Indaiá-MG aprovado pela Lei Complementar nº 004 de 10 de abril de 2.007.

Lei Complementar nº 1/2008. Altera as Leis Complementares municipais nºs 001/2007; 002/2007; 003/2007, 004/2007 e 005/2007 que dispõem respectivamente sobre o estatuto e planos de carreiras dos servidores públicos no Município de Dorés do Indaiá, sua autarquia Câmara Municipal.

Lei Complementar nº 2/2008. Regulamenta o artigo 65 da Lei Complementar Municipal nº 002/2007 de 10 de abril de 2.007 que dispõe respectivamente sobre a qualificação e a habilitação mínima exigida para permanência no quadro de servidores efetivos, nos cargos de Monitor de Creche ou de auxiliar de Serviços Públicos-Cantineira e Auxiliar de Serviços Públicos-Servente Escolar.

Lei Complementar nº 3/2009. Dispõe sobre alterações nos anexos que compõem o plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores da área de saúde do município de Dorés do Indaiá - aprovado pela Lei Complementar municipal nº 001/2007 de 10 de abril de 2.007.

Lei Complementar nº 4/2009. Dispõe sobre alterações nos anexos que compõem o plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores da área administrativa do município de Dorés do Indaiá-MG aprovado pela Lei Complementar Municipal nº 004/2007 de 10 de abril de 2.007.

Lei Complementar nº 5/2009. Dispõe sobre alterações nos anexos que compõem o plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores da área de saúde do município de Dorés do Indaiá-MG, aprovado pela Lei Complementar Municipal nº 001/2007 de 10 de Abril de 2.007.

Lei Complementar nº 6/2009. Dispõe sobre alterações nos anexos que compõem o plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores da área de educação do Município de Dorés do Indaiá-MG aprovado pela Lei Complementar Municipal nº 002/2007 de 10 de abril de 2.007.

Lei Complementar nº 7/2009. Dispõe sobre alterações nos anexos que compõem o plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores da área administrativa do município de Dorés do Indaiá-MG, aprovado pela Lei Complementar Municipal nº 004/2007 e 10 de abril de 2.007.

Lei Complementar nº 10/2010. Aumenta vagas ao cargo de enfermeiro, cria cargos em comissão de específica e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Complementar nº 11/2010. Cria o cargo de provimento efetivo de assistente social e dá outras providências.

Lei Complementar nº 12/2010. Cria o cargo de provimento efetivo de professor do ensino médio abaixo designado e dá outras providências.

Lei Complementar nº 8/2010. Prorroga a duração da licença à gestante e dá outras providências.

Lei Complementar nº 9/2010. Aumenta vagas aso cargos de provimento efetivo abaixo relacionados e dá outras providências.

Lei Complementar nº 18/2013. Dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos servidores da saúde do Município de Dorés do Indaiá - MG

Lei Complementar nº 19/2013. Dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos servidores da área administrativa do Município de Dorés do Indaiá-MG.

Lei Complementar nº 26/2013. Altera a Lei Complementar nº 03, de 10 de abril de 2007, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos servidores da área operacional do Município de Dorés do Indaiá-MG.

Lei Complementar nº 27/2013. Cria cargo de psicólogo na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Lei Complementar nº 30/2013. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 002 de Abril de 2007, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do Magistério Público Municipal de Dorés do Indaiá - MG.

Lei Complementar nº 34/2013. Dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos servidores da área administrativa do Município de Dorés do Indaiá-MG.

Lei Complementar nº 35/2014. Altera a Lei Complementar nº 006, de 17 de dezembro de 2009, que dispõe sobre alterações nos anexos que compõem o plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores da área de educação do Município de Dorés do Indaiá - MG, aprovado pela Lei Complementar Municipal nº 002/2007 de 10 de abril de 2007 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 42/2014. Repristina o direito a licença-prêmio e altera Lei Complementar nº 005/2007, Estatuto do Servidor Público de Dorés do Indaiá - Mg.

Lei Complementar nº 47/2014. Autoriza e regulamenta a cessão de servidor público municipal.

Lei Complementar nº 49/2014. Dispõe sobre a consolidação e reestruturação dos planos de cargos das carreiras e remuneração dos servidores das áreas administrativas e operacional do Município de Dorés do Indaiá.

Lei Complementar nº 56/2015. Cria cargo de Motorista de Ambulância no Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Complementar nº 58/2015. Dispõe sobre reenquadramento de servidores público efetivos no quadro de cargos e salários da Saúde de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Complementar nº 59/2016. Dispõe sobre reenquadramento de servidores públicos efetivos no quadro de cargos e salários da Educação de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Complementar nº 78/2019. Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Complementar nº 79/2019. Dispõe sobre os planos de cargos das carreiras e remuneração dos servidores das áreas Administrativas, Operacional, Assistência Social e cargos em comissão do município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Complementar nº 80/2019. Dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos servidores da saúde do Município de Dorés do Indaiá-MG.

Lei Complementar nº 81/2019. Dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos servidores da Educação do Município de Dorés do Indaiá-MG.

Lei Complementar nº 82/2019. Altera dispositivos e anexos da Lei Complementar nº 80, de 12 de março de 2019, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores da Saúde do Município de Dorés do Indaiá - MG e dá outras providências.

Lei Complementar nº 83/2019. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 78, de 22 de março de 2019, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Dorés do Indaiá - MG e dá outras providências.

Lei Complementar nº 84/2019. Altera anexos da Lei Complementar nº 81, de 22 de março de 2019, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos serviços da Educação do Município de Dorés do Indaiá-MG e dá outras providências.

Lei Complementar nº 85/2019. Altera dispositivos e anexos da Lei Complementar nº 79, de 22 de março de 2019, que dispõe sobre os planos de cargos das carreiras e remuneração dos servidores das áreas Administrativas, Operacional, Assistência Social e Cargos em comissão do Município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Complementar nº 87/2019. Altera os anexos I, III e IV e parcialmente o Anexo V da Lei Complementar 79, de 22 de março de 2019, que dispõe sobre planos de cargos das carreiras e remuneração dos servidores das áreas administrativas, operacional, assistência social e cargos em comissão do município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Complementar nº 88/2019. Altera o anexo I da Lei Complementar nº 80, de 12 de março de 2019, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores da Saúde do Município de Dorés do Indaiá - MG e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Complementar nº 89/2019. Altera anexos da Lei Complementar nº 81, de 22 de março de 2019, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos servidores da Educação do Município de Dorés do Indaiá-MG.

Lei Complementar nº 90/2019. Altera os anexos da Lei Complementar nº 80 de março de 2019, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores da Saúde do Município de Dorés do Indaiá - MG e dá outras providências.

Lei Complementar nº 93/2019. Acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 78, de 22 de março de 2019, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Dorés do Indaiá - MG e dá outras providências.

Lei Complementar nº 94/2019. Cria e extingue os cargos que especifica e dá outras providências.

Lei Complementar nº 96/2019. Acresce ao Anexo II da Lei Complementar nº 79, de 22 de março de 2019, o cargo de Chefe de Departamento de Gestão e Políticas Externas e dá outras providências.

Lei Complementar nº 98/2019. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 78, de 22 de março de 2019, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Público de Dorés do Indaiá - MG e dá outras providências.

Lei Complementar nº 100/2020. Altera o Art. 60, assim como as atribuições típicas do cargo de Assistente Social - Anexo V, ambos da Lei Complementar nº 79 de 22 de março de 2019, que dispõe sobre os planos de cargo das carreiras e remuneração dos servidores das áreas administrativas, operacional, assistências social e cargos em comissão do Município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Complementar nº 101/2020. Altera o §2º do Art. 27 da Lei Complementar nº 81, de 22 de março de 2019, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos servidores da Educação do Município de Dorés do Indaiá-MG e dá outras providências.

Lei Complementar nº 103/2020. Dispõe sobre a antecipação e concessão de férias aos servidores públicos municipais do Município de Dorés do Indaiá - MG enquanto perdurar situação de emergência em decorrência do coronavírus e dá outras providências.

Lei Complementar nº 104/2020. Altera o anexo II da Lei Complementar nº 79, de 22 de março de 2019, que dispõe sobre os planos de cargos das carreiras e remuneração dos servidores das áreas administrativas, operacional, assistência social e cargos em comissão do Município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Complementar nº 105/2020. Altera os anexos II e V da Lei Complementar nº 80, de 22 de março de 2019, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos servidores da saúde do Município de Dorés do Indaiá-MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Complementar nº 107/2020. Regulamenta o valor das alíquotas dos adicionais de insalubridade e periculosidade pagos aos servidores públicos do Município de Dores do Indaiá - MG e dá outras providências.

Lei Complementar nº 108/2020. Regulamenta o valor das alíquotas dos adicionais de insalubridade e periculosidade pagos aos servidores públicos do Município de Dores do Indaiá - MG e dá outras providências.

Lei Complementar nº 110/2021. Autoriza a recomposição da perda inflacionária dos vencimentos dos servidores públicos da administração direta e indireta do município de Dores do Indaiá - Minas Gerais e dá outras providências.

Lei Complementar nº 113/2021. Altera a redação do §3º do artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº 78/2019, de 22 de março de 2019, que dispõe sobre estatuto dos servidores públicos do município de Dores do Indaiá e dá outras providências.

Lei Complementar nº 114/2021. Autoriza a recomposição da perda inflacionária dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo de Dores do Indaiá/MG.

Lei Complementar nº 119/2021. Estabelece a estrutura orgânica básica do município de Dores do Indaiá, altera os anexos da Lei Complementar nº 79 de 22 de março de 2019, que dispõe sobre os planos de cargos das carreiras e remuneração dos servidores das áreas administrativas, operacional, assistência social e cargos em comissão do município de Dores do Indaiá e alterações posteriores e dá outras providências.

Lei Complementar nº 120/2021. Altera os anexos II e V da Lei Complementar nº 80 de 22 de março de 2019 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre plano de carreira e remuneração dos servidores da saúde do município de Dores do Indaiá-MG.

Lei Complementar nº 121/2021. Altera os anexos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 81, de 22 de março de 2019, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos servidores da educação do município de Dores do Indaiá e alterações posteriores e dá outras providências.

Lei Complementar nº 125/2021. Altera a redação do art. 1º, incisos I, II e III, suprime os incisos IV, V e parágrafo único, e acrescenta os parágrafos 1º a 5º ao art. 1º da Lei Complementar Municipal nº 47/2014, de 10 de dezembro de 2014, que autoriza e regulamenta a cessão de servidor público municipal e dá outras providências.

Lei Complementar nº 126/2022. Autoriza a recomposição da perda inflacionária dos vencimentos dos servidores públicos da administração direta e indireta do município de Dores do Indaiá

Lei Complementar nº 127/2022. Autoriza a recomposição da perda inflacionária dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo de Dores do Indaiá.

Lei Complementar nº 129/2022. Altera redação do 23 caput, e do inciso I do art. 23, da Lei Complementar Municipal nº 81/2019, de 22 de março de 2019, que dispõe sobre o



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

plano de carreira e remuneração dos servidores da Educação do Município de Dorés do Indaiá/MG e dá outras providências.

Lei Complementar nº 133/2022. Regulamenta e fixa o piso salarial dos agentes comunitários de saúde (ACS) e dos agentes de Combate a Endemias (ACE) do município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais, nos termos da Emenda Constitucional nº 120/2022 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 135/2023. Autoriza a recomposição da perda inflacionária dos vencimentos dos servidores públicos da administração direta e indireta do município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais e dá outras providências.

Lei Complementar nº 136/2023. Autoriza a recomposição da perda inflacionária dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo de Dorés do Indaiá - Minas Gerais.

Lei Complementar nº 137/2023. Regulamenta e fixa o piso salarial dos agentes comunitários de saúde (ACS) e dos agentes de combate a endemias (ACE) do município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais, para o exercício de 2023, nos termos da Emenda Constitucional nº 120/2022 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 138/2023. Autoriza o pagamento de complemento salarial aos servidores que recebem remuneração inferior ao salário mínimo nacional.

Lei Complementar nº 139/2023. Regulamenta e fixa o piso salarial dos agentes comunitários de saúde (ACS) e dos agentes de combate a endemias (ACE) do município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais, para o exercício de 2023, nos termos da Emenda Constitucional nº 120/2022 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 143/2023. Autoriza o Poder Executivo a conceder as parcelas complementares repassadas ao Município pela União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde, aos Aprovado servidores públicos municipais ativos, ocupantes dos cargos de Enfermeiro, Presidente Técnico de Enfermagem e auxiliar de Enfermagem, relativas à complementação dos vencimentos dos servidores destinadas a equiparar a remuneração desses servidores ao piso nacional da categoria em atendimento ao disposto na Lei Federal n.º 14.434, de 4 de agosto de 2022 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 150/2024. Autoriza o pagamento de complemento salarial aos servidores que recebem remuneração inferior ao salário mínimo nacional.

Lei Complementar nº 151/2024. Regulamenta e fixa o piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate a Endemias (ACE) do Município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais, para o exercício de 2024, nos termos da Emenda Constitucional nº. 120/2022 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 152/2024. Autoriza a recomposição da perda inflacionária dos vencimentos dos servidores públicos da administração direta e indireta do município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Complementar nº 153/2024. Autoriza a recomposição de perda inflacionária dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo de Dorés do Indaiá - Minas Gerais.

Lei Complementar nº 156/2024. Altera a Redação do §3º do artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº 78, de 22 de março de 2019, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Complementar nº 161/2025. Regulamenta e fixa o piso salarial dos agentes comunitários de Saúde (ACS) e dos agentes de combate à endemias (ACE) do município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais, para o exercício de 2024, no termos da Emenda Constitucional nº 120/2022 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 162/2025. Autoriza o pagamento de complemento salarial aos servidores que recebem remuneração inferior aos salário-mínimo nacional.

Lei Complementar nº 163/2025. Autoriza a recomposição da perda inflacionária dos vencimentos dos servidores públicos da administração direta e indireta do município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais e dá outras providências.

Lei Complementar nº 164/2025. Modifica a redação do parágrafo único do art. 77 da Lei Complementar nº 78, de 22 de março de 2019, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Dorés do Indaiá, para estabelecer limite de desconto em folha do servidor em favor de pessoa jurídica conveniada.

Lei Complementar nº 165/2025. Autoriza a recomposição da perda inflacionária dos vencimentos e gratificações dos servidores do Poder Legislativo de Dorés do Indaiá - Minas Gerais.

Lei Complementar nº 166/2025. Inclui o art. 275-A ao Estatuto dos servidores públicos municipais - Lei Complementar nº 78 de 22 de março de 2019.

Lei Complementar nº 168/2025. "Altera a Lei Complementar nº 80, de 22 de março de 2019, que dispõe sobre plano de carreira dos servidores de saúde do município de Dorés do Indaiá, e alterações posteriores".

Lei Complementar nº 169/2025. "Altera a Lei Complementar nº 79, DE 22 de março de 2019, que dispõe sobre os planos de cargos das carreiras e remuneração dos servidores das áreas administrativas, operacional, assistência social e cargos em comissão do município de dorés do indaiá e dá outras providências, e alterações posteriores."

Lei Complementar nº 170/2025. Altera a Lei Complementar nº 81 de 22 de março de 2019, que dispõe sobre o plano de carreira dos servidores da educação do município de Dorés do Indaiá e alterações posteriores.

Lei Complementar nº 172/2026. Autoriza a recomposição da perda inflacionária dos vencimentos dos servidores públicos da administração direta e indireta do município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Complementar nº 173/2026. Autoriza o pagamento de complemento salarial aos servidores que recebem remuneração inferior ao salário-mínimo nacional.

Lei Complementar nº 174/2026. Regulamenta e fixa o piso salarial dos Agentes comutários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate a Endemias (ACE) do município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais, para o exercício de 2026, nos termos da Emenda Constitucional nº 120/2022 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 175/2026. Altera a Lei Complementar nº 79, de 22 de março de 2019, que dispõe sobre os planos de cargos das carreiras e remuneração dos servidores das áreas administrativas, operacional, assistência social e cargos em comissão do município de Dorés do Indaiá, e dá outras providências.

Lei Complementar nº 176/2026. Altera a Lei Complementar nº 81, de 22 de março de 2019 e alterações posteriores, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos servidores da educação do município de Dorés do Indaiá-MG, e dá outras providências.

Lei Complementar nº 177/2026. Autoriza a recomposição da perda inflacionária e concede aumento real aos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo do Município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais.

Leis ordinárias (176)

Lei Ordinária nº 166/1950. Dispõe sobre aumento de vencimento do Fiscal do Distrito de Quartel Geral.

Lei Ordinária nº 195/1951. Dispõe sobre aumento de vencimentos de extranumerários desta prefeitura.

Lei Ordinária nº 199/1951. Cria o cargo de tratorista.

Lei Ordinária nº 204/1951. Extingue cargos de professoras rurais.

Lei Ordinária nº 207/1951. Autoriza a reversão de funcionário.

Lei Ordinária nº 213/1951. Dispõe sobre o cargo de FISCAL GERAL.

Lei Ordinária nº 222/1951. Cria cargos de professores.

Lei Ordinária nº 278/1952. Institui pressão especial a viúva de funcionário.

Lei Ordinária nº 364/1953. Dispõe sobre aumento de vencimentos de funcionários desta prefeitura.

Lei Ordinária nº 366/1953. Concede demissão de Funcionário.

Lei Ordinária nº 970/1968. Contém criação de cargo.

Lei Ordinária nº 971/1968. Autoriza pagamento ao funcionário Eimar Paulo de Mendonça.

Lei Ordinária nº 1004/1969. Concede 13ª salário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 992/1969. Estabelece o quadro geral de funcionários do município, fixa-lhes os respectivos vencimentos, autoriza realizações de despesas e concessões de subvenções, auxílios e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 997/1969. Contém criação de cargo.

Lei Ordinária nº 1012/1970. Concede 13º Salário.

Lei Ordinária nº 1018/1971. Concede criação do cargo de almoxarifado.

Lei Ordinária nº 1020/1971. Fixa a contribuição da Prefeitura Municipal de Dorés do Indaiá para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1027/1971. Autoriza o município a assumir encargos e realizar despesas.

Lei Ordinária nº 1040/1971. Concede 13ª Salário.

Lei Ordinária nº 1042/1971. Contém criação de cargo.

Lei Ordinária nº 1044/1971. Contém criação de cargo.

Lei Ordinária nº 1083/1973. Contém criação de cargo.

Lei Ordinária nº 1090/1973. Concede Gratificação Eleitoral.

Lei Ordinária nº 1112/1974. Concede gratificação eleitoral.

Lei Ordinária nº 1126/1974. Reestrutura o quadro geral de funcionários do município e reajusta-lhes os respectivos vencimentos e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 1141/1975. Concede gratificação eleitoral.

Lei Ordinária nº 1153/1975. Classifica o quadro de funcionário do município, reajusta-lhes os respectivos vencimentos e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 1155/1975. Contém a criação de cargos.

Lei Ordinária nº 1191/1977. Reestrutura o quadro geral de funcionários do município, reajusta-lhes os respectivos cargos e vencimentos e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1233/1977. Contém o quadro geral de funcionários do município de Dorés do Indaiá, reajusta-lhes os respectivos/ cargos e vencimentos e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1259/1978. O quadro geral de funcionários da municipalidade de Dorés do Indaiá, reajusta-lhes o respectivos cargos e vencimentos e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1283/1979. Dispõe sobre abono de emergência a todos os servidores da municipalidade.

Lei Ordinária nº 1290/1979. Cria gratificação e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAÍÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1304/1980. Dispõe sobre abono de emergência para os servidores estatutários do município.

Lei Ordinária nº 1330/1980. Contém gratificação para as alunas da corporação musical Professor Luís Melgaço.

Lei Ordinária nº 1336/1980. Contém autorização de funcionário municipal.

Lei Ordinária nº 1347/1981. Contém reajuste de vencimentos para servidores municipais.

Lei Ordinária nº 1356/1981. O quadro geral de funcionários do município de Dorés do Indaíá, reajusta-lhe os respectivos os cargos e vencimentos e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1367/1982. Contém reajuste de vencimentos para servidores municipais.

Lei Ordinária nº 1377/1982. O quadro geral de funcionários do município de Dorés, reajusta-lhes os respectivos cargos e vencimentos e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1381/1982. Contém reajuste de vencimentos para servidor municipal.

Lei Ordinária nº 1493/1987. Estabelece o quadro geral de funcionários do Município de Dorés do Indaíá, fixa-lhes os respectivos vencimentos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1518/1988. Estabelece o quadro geral de funcionários do município de Dorés do Indaíá, fixa-lhes os respectivos vencimentos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1538/1988. Estabelece o quadro geral dos funcionários do município de Dorés do Indaíá, fixa-lhes as respectivos vencimentos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1576/1989. Dispõe sobre adicional quinquenário.

Lei Ordinária nº 1582/1990. Autoriza ajuda financeira a ex-servidor Municipal.

Lei Ordinária nº 1583/1990. Estabelece o quadro geral de funcionários do Município de Dorés do Indaíá, fixa-lhes os respectivos vencimentos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1587a/1990. Dispõe sobre a instituição de regime jurídico único do servidor público civil do município de Dorés do Indaíá, MG, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1588/1990. Autoriza reajuste de salários aos servidores da municipalidade.

Lei Ordinária nº 1595/1990. Autoriza reajuste de vencimentos dos servidores municipais.

Lei Ordinária nº 1600/1990. Autoriza reajuste do vencimentos dos servidores municipais.

Lei Ordinária nº 1619/1991. Dispõe sobre contratação por tempo determinado, nos termo do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1621/1991. Institui o Plano de Cargos e de Carreiras dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1644/1991. Contém autorização para incorporação de gratificação ao salário dos servidores efetivos na situações que menciona.

Lei Ordinária nº 1660/1991. Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, seu quadro de pessoal, distribuição de tarefas, independência financeira, e administrativa da Câmara Municipal e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1721/1993. Dispõe sobre salário-família municipal.

Lei Ordinária nº 1802/1995. Contem autorização legislativa para que o chefe do executivo municipal faça a doação dos lotes no bairro dos Funcionários e prolongamento do bairro São José."

Lei Ordinária nº 1830/1996. Contém autorização para que o Chefe do Executivo municipal faça doação de lotes no bairro do funcionários.

Lei Ordinária nº 1831/1996. Contém autorização para que o Chefe do Executivo municipal faça doação de lotes no bairro do funcionários.

Lei Ordinária nº 1832/1996. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça a doação de lotes no bairro dos Funcionários.

Lei Ordinária nº 1834/1996. Contém autorização para que o executivo municipal faça doação de lotes no bairro dos funcionários.

Lei Ordinária nº 1838/1997. Contém autorização para que o Chefe do Executivo municipal faça a doação de lotes no bairro dos Funcionários.

Lei Ordinária nº 1839/1997. Contém autorização para que o Chefe do Executivo Municipal faça a doação de lotes no bairro dos Funcionários.

Lei Ordinária nº 1840/1997. Contém autorização para que o Chefe do Executivo municipal faça doação de lotes no bairro dos Funcionários.

Lei Ordinária nº 1841/1997. Revoga a Lei Municipal nº 1.660 de 18 de dezembro de 1.991, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, seu quadro de pessoal, distribuição de tarefas, independência financeiras e administrativa e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1844/1997. Dispõe sobre o ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do município de Dorés do Indaiá, MG.

Lei Ordinária nº 1846/1997. Contém autorização para estruturação administrativa de criação de secretarias e departamentos e os cargos de auxiliares diretos do Prefeito e dá outras disposições.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1847/1997. Contém o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores públicos municipais do município de Dorés do Indaiá, MG e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 1849/1997. Contém autorização para que o Chefe do Executivo Municipal faça a doação de lotes no bairro dos Funcionários.

Lei Ordinária nº 1854/1997. Contém autorização para pagamento de encargos sociais.

Lei Ordinária nº 1864/1997. Contém autorização para que o Chefe do Executivo Municipal faça doação de lotes do bairro dos Funcionários.

Lei Ordinária nº 1873/1997. Contêm alterações do anexos I que contém a relação de cargos em comissão de livre nomeação e demissão, com alteração quantitativa de cargos e de vencimentos.

Lei Ordinária nº 1899/1997. Estabelece normas de regulamentação do Título VII, capítulo único, relativo as contratações temporárias de excepcional interesse público dos artigos 182 a 186 do regime jurídico único dos servidores públicos do município da Lei nº 1.844, de 26 de fevereiro de 1997 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1901/1997. Autoriza ao prefeito municipal a conceder ajuda financeira a viúva do falecido servidor público municipal Sebastião Rodrigues.

Lei Ordinária nº 1909/1998. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote de bairro dos funcionários.

Lei Ordinária nº 1911/1998. Contém autorização para o executivo municipal conceder aumento de 8,33% nos salários dos servidores municipais efetivos e contratados.

Lei Ordinária nº 1914/1998. Altera o art. 1º(primeiro) da Lei nº 1.899, de 11 de dezembro de 1997, concedendo prorrogação de contratos de servidores.

Lei Ordinária nº 1924/1998. Fixa os subsídios dos vereadores a Câmara Municipal de Dorés do Indaiá/MG, e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 1925/1998. Fixa os subsídios do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e Secretários Municipais do município de Dorés do Indaiá-MG, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1926/1998. Contém autorização para o prefeito municipal conceder aumento de 8,33% nos salários dos professores e pessoal do magistério.

Lei Ordinária nº 1928/1998. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro Funcionários.

Lei Ordinária nº 1938/1998. Contém autorização para o Prefeito Municipal subsidiar pagamento de seguro dos servidores públicos municipais de Dorés do Indaiá, junto a seguradora BEMGE.

Lei Ordinária nº 1945/1999. Contem autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro dos Funcionários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1946/1999. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro dos Funcionários.

Lei Ordinária nº 1949/1999. Concede aumento aos servidores públicos municipais do município de Dorés do Indaia.

Lei Ordinária nº 1952/1999. Contém fixação de normas e autorização para o Executivo prover cargos efetivos, mediante concurso público de provas ou de provas de títulos, altera disposições municipal nº 1.847/97 e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 1959/1999. Regulamenta a contagem de pontos na concessão de Títulos, para fins de Concurso Público.

Lei Ordinária nº 1967/1999. Cria as Secretarias Municipais: de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente e de Comércio, Indústria e Eventos, e os respectivos cargos de Secretário Municipal do Comércio, Indústria e Eventos, de livre nomeação e exoneração e recrutamento amplo.

Lei Ordinária nº 1977/2000. Autoriza a recomposição de perdas salarial aos servidores públicos municipais na forma e condições que menciona.

Lei Ordinária nº 1980/2000. Contém autorização para que o chefe do Executivo faça doação de lote no Bairro dos Funcionários.

Lei Ordinária nº 1996/2001. Contém recomposição dos subsídios do prefeito, vice presidente - vereadores e secretários municipais de Dorés do Indaia-MG, para o mês de dezembro 2000.

Lei Ordinária nº 2001/2001. Desmembra a Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação, Transporte, Viação e Obras Públicas, sendo criado a Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação e Obras Públicas e a Secretaria Municipal de Transporte e Viação, e os respectivos cargos de Secretário Municipal de Urbanismo, Habitação, Viação e Obras Públicas e Secretário Municipal de Transportes e Viação, de livre Nomeação e exoneração com recrutamento amplo.

Lei Ordinária nº 2025/2001. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no Bairro Funcionários.

Lei Ordinária nº 2026/2001. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro Funcionários.

Lei Ordinária nº 2032/2001. Altera denominação de cargos públicos, cria novos cargos, estabelece os vencimentos básicos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2041/2002. Disciplina o pagamento da gratificação natalina aos servidores públicos municipais e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2047/2002. Ratifica vencimentos dos Servidores do Poder Legislativo de Dorés do Indaia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2052/2002. Recompõe os subsídios dos vereadores e do Presidente da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2053/2002. Recompõe os subsídios do Prefeito, Vice-prefeito e secretários municipais do município de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2077/2003. Recompõe os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2093/2003. Regulamenta a forma e prazos para pagamentos dos vencimentos dos servidores públicos do município de Dorés do Indaiá-MG.

Lei Ordinária nº 2117/2004. Contém autorização para que o Chefe Executivo incorpore nos vencimentos dos servidores públicos que especifica, gratificação e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2123/2004. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de terreno urbano no bairro Funcionários e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2126/2004. Dispõe sobre a remuneração do Prefeito Municipal, do Vice-prefeito, dos Secretários Municipais e dos membros da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2131/2005. Contem autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro Funcionários.

Lei Ordinária nº 2143/2005. Concede gratificação monetária à titular do cargo de secretária da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2160/2005. Contém autorização ao Prefeito Municipal para conceder abono salarial à todos os professores da rede pública municipal de ensino.

Lei Ordinária nº 2163/2005. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro Funcionários.

Lei Ordinária nº 2164/2005. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote do bairro Funcionários.

Lei Ordinária nº 2196/2006. Reajusta os vencimentos dos servidores da Câmara.

Lei Ordinária nº 2197/2006. Dispõe sobre reajuste dos vencimentos básicos dos servidores municipais em conformidade com o disposto no artigos 7º, inciso IV e 39, § 3º da Constituição Federal, bem com em observância ao disposto na Lei Complementar Municipal nº 004/2002, em seus artigos 37 caput, e dá outras providências relacionadas ao tema.

Lei Ordinária nº 2209/2006. Autoriza ao Chefe do Executivo Municipal a proceder à doação de imóvel localizado no bairro Funcionários, nesta cidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2210/2006. Contém autorização para o Prefeito Municipal celebrar convênio com a Autarquia Estadual denominada INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA - IMA, visando disponibilizar um servidor para o escritório do IMA, nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2257/2007. Reajusta os vencimentos dos servidores da Câmara.

Lei Ordinária nº 2273/2007. Altera o valor do símbolo C1 constante no Anexo IV da tabela de vencimentos dos cargos de livre nomeação e demissão da Lei Municipal nº 1.981/2.000 e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 2281/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro Funcionários.

Lei Ordinária nº 2290/2008. Altera o valor dos vencimentos dos Servidores do Poder Legislativo de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2291/2008. Fixa os subsídios do prefeito, vice-prefeito e secretários municipais do Município de Dorés do Indaiá, para a legislatura do período de 2009 a 2012 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2320/2009. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro Funcionários.

Lei Ordinária nº 2322/2009. Atualiza e reajusta vencimentos dos servidores do Poder Legislativo de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2326/2009. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro Funcionários.

Lei Ordinária nº 2354/2009. Concede abono aos profissionais do magistério por conta do saldo FUNDEB/ 2009-60%.

Lei Ordinária nº 2355/2010. Fixa os vencimentos a que se refere o Anexo II da resolução nº 01/2.010, que dispõem sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2396/2010. Regulamenta estágio de estudantes nas áreas de informática, direito e enfermagem, fixa valores da bolsa-auxílio, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2402/2010. Institui gratificação para o exercício da função de diretor Técnico da Farmácia de Minas Inerente ao cargo efetivo de Farmacêutico/Bioquímico.

Lei Ordinária nº 2414/2011. Concede reajuste aos vencimentos dos servidores da administração pública direta e indireta do Município de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2415/2011. Atualiza os vencimentos dos servidores do Poder Legislativo de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2419/2011. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro dos Funcionários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2421/2011. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro dos Funcionários.

Lei Ordinária nº 2423/2011. Concede ganho real aos vencimentos dos servidores ocupantes dos cargos de especialista da educação do município de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2430/2011. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro dos Funcionários.

Lei Ordinária nº 2444/2011. Contém autorização para que o Município de Dorés do Indaiá faça doação de lote no bairro dos Funcionários.

Lei Ordinária nº 2445/2011. Contém autorização para que o Município de Dorés do Indaiá faça doação de lote no bairro dos Funcionários.

Lei Ordinária nº 2451/2012. Atualiza os vencimentos dos servidores do Poder Legislativo de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2453/2012. Fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários municipais do Município de Dorés do Indaiá, para a legislatura do período de 2013 a 2016 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2457/2012. Proíbe a propaganda nos contracheques dos servidores públicos municipais.

Lei Ordinária nº 2470/2012. Fixa o subsídio do prefeito, vice-prefeito e secretários municipais de Dorés do Indaiá, Estado de Minas Gerais, a vigorar na Legislatura 2013/2016.

Lei Ordinária nº 2480/2013. Atualiza os vencimentos dos servidores do Poder Legislativo de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2517/2013. Institui gratificação para o exercício da função de psicólogo e assistente social do CRAS.

Lei Ordinária nº 2520/2013. Dispõe sobre viagem a serviço e concessão de diária a servidor dos órgãos da administração pública direta e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2536/2014. Autoriza reajuste para cumprimento do piso salarial profissional para os profissionais do magistério público da educação básica no Município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2537/2014. Atualiza os vencimentos dos servidores do Poder Legislativo de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2539/2014. Autoriza a criação de cargo com contratação temporária para atender o CRAS.

Lei Ordinária nº 2556/2014. Institui gratificação aos membros da Comissão Permanente de Licitação.

Lei Ordinária nº 2558/2014. Dispõe sobre estágio de estudantes na Prefeitura Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2559/2014. Institui gratificação para o exercício da Função de Coordenador do NASF.

Lei Ordinária nº 2623/2015. Atualiza os vencimentos dos servidores do Poder Legislativo de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2627/2015. Concede reajuste ao piso salarial dos profissionais do magistério público municipal da educação básica.

Lei Ordinária nº 2695/2016. Atualiza os vencimentos dos servidores do Poder Legislativo de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2702/2016. Dispõe sobre a capacitação e a orientação dos servidores das creches do Município para prestação de primeiros socorros.

Lei Ordinária nº 2704/2016. Fixa o subsídio dos vereadores do município de Dorés do Indaiá, estado de Minas Gerais, para vigorar na Legislatura 2017/2020.

Lei Ordinária nº 2708/2016. Fixa o subsídio do prefeito, vice-prefeito e secretários municipais de Dorés do Indaiá, Estado de Minas Gerais, a vigorar na legislatura 2017/2020.

Lei Ordinária nº 2746/2017. Atualiza os vencimentos dos servidores do Poder Legislativo de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2782/2018. Atualiza os vencimentos dos servidores do Poder Legislativo de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2845/2019. Atualiza os vencimentos dos servidores do Poder Legislativo de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2875/2019. Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio de cessão de estagiários com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2903/2020. Autoriza o reajuste para cumprimento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do Município de Dorés do Indaiá - MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2911/2020. Fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Dorés do Indaiá/MG para vigorar na Legislativa 2021/2024.

Lei Ordinária nº 2912/2020. Fixa o subsídio do prefeito, vice-prefeito e secretários municipais de Dorés do Indaiá/MG, a vigorar na legislatura 2021/2024.

Lei Ordinária nº 2928/2021. Revoga "in totum" a Lei Municipal nº 2539/2014, de 28 de fevereiro de 2014, que autoriza a criação de cargo com contratação temporária para atender o CRAS, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2965/2021. Dispõe sobre a possibilidade de concessão do abono - FUNDEB aos profissionais da educação básica da rede municipal de ensino, na forma que especifica e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Débora Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2967/2022. Autoriza a recomposição da perda inflacionária dos subsídios do prefeito, vice-prefeito e secretários municipais de Dolores do Indaiá, estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2968/2022. Altera redação do parágrafo único do art. 4º e do Anexo I da Lei Municipal nº 2.520/2013, de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre a viagem a serviço e concessão de diária a servidor dos órgãos da administração pública direta e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2975/2022. Autoriza a recomposição da perda inflacionária dos subsídios dos vereadores do município de Dolores do Indaiá/MG, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3074/2023. Altera redação do Anexo I da Lei Municipal nº 2.520/2013, de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre a viagem a serviço e concessão de diária a servidor dos órgãos da administração pública direta e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3126/2023. Dispõe sobre a nomeação de próprio municipal e da outras providências.

Lei Ordinária nº 3160/2024. Fixa o subsídio dos vereadores do município de Dolores do Indaiá, Estado de Minas Gerais, para vigorar na Legislatura 2.025/2.028.

Lei Ordinária nº 3175/2024. Dispõe sobre a nomeação de próprio municipal e da outras providências.

Lei Ordinária nº 3180/2024. Dispõe sobre a nomeação de próprio municipal e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3182/2024. Dispõe sobre a nomeação de próprio municipal e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3191/2024. Dispõe sobre a nomeação de próprio municipal e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3193/2024. Altera a Lei nº 2.558 de 17 de abril de 2014 que: dispõe sobre estágio de estudantes na Prefeitura Municipal.

Lei Ordinária nº 3203/2025. Autoriza a recomposição da perda inflacionária dos subsídios do prefeito, vice-prefeito e secretários municipais de Dolores do Indaiá, estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3217/2025. Revoga a doação de imóvel urbano ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Dolores do Indaiá/MG, autorizada pela Lei nº 2.678/2015, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3237/2026. Autoriza a recomposição da perda inflacionária dos subsídios dos vereadores do município de Dolores do Indaiá/MG, e dá outras providências.

Resoluções (25)



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Resolução nº 2/2000. Contém atualização dos subsídios do prefeito, vice prefeito, vereadores e secretários municipais de Dorés do Indaiá/MG para o mês de dezembro de 2000.

Resolução nº 2/2001. Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, MG, seu Quadro de Pessoal, dá outras providências.

Resolução nº 1/2002. Reajusta vencimento dos Servidores do Poder Legislativo do Município de Dorés do Indaiá/MG.

Resolução nº 3/2003. Reajusta vencimentos dos Servidores do Poder Legislativo do município de Dorés do Indaiá/MG.

Resolução nº 4/2003. Recompõe os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá.

Resolução nº 5/2006. Exonera servidores lotados em comissão.

Resolução nº 2/2007. Nomeia servidor em cargo de comissão.

Resolução nº 3/2007. Nomeia servidor em cargo de comissão.

Resolução nº 2/2008. Fixa os subsídios dos vereadores, secretário e presidente da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá para a legislação do período de 2009 a 2012 e dá outras providências.

Resolução nº 1/2009. Aprova o período de apuração de frequência dos vereadores e funcionários da Câmara, para fins de elaboração da folha de pagamento e seu pagamento.

Resolução nº 3/2009. Aprova a forma de pagamento de despesas de viagens de vereadores e servidores da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, no interesse do Poder Legislativo.

Resolução nº 1/2010. Institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, Estado de Minas Gerais.

Resolução nº 2/2010. Altera parte da Resolução nº 02/2008 que fixou os subsídios dos vereadores e presidente da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá para a legislatura do período de 2009 a 2012 e dá outras providências.

Resolução nº 7/2010. Altera parte dos anexos I e II da Resolução nº 01/2010 que institui o Plano de Carreira e Vencimento dos Servidores da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, Estado de Minas Gerais.

Resolução nº 1/2012. Fixa os subsídios dos Vereadores, Secretário e Presidente da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá para a legislatura do período de 2013 a 2016 e dá outras providências.

Resolução nº 11/2012. Fixa o subsídio dos vereadores dos município de Dorés do Indaiá, estado de Minas Gerais, para vigorar na Legislatura 2013/2016.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Resolução nº 5/2015. Institui o plano de carreira e vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, Estado de Minas Gerais.

Resolução nº 1/2016. Dispõe sobre atualização monetária dos subsídios dos Vereadores, fixados pela Resolução nº 11, de 07 de agosto de 2012, que "Fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Dorés do Indaiá, Estado de Minas Gerais, para vigorar na Legislatura de 2013/2016.

Resolução nº 2/2016. Altera a redação do anexo I da resolução 05/2015, que "Institui o plano de carreira e vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, Estado de Minas Gerais."

Resolução nº 4/2018. Altera a redação do Anexo I da resolução de nº 05/2015 que institui o plano de carreira e vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, e dá outras providências.

Resolução nº 1/2019. Altera a redação do ANEXO I da resolução de nº 05/2015 que institui o plano de carreira e vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, e dá outras providências.

Resolução nº 1/2021. Dispõe sobre o Estágio Probatório dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá/MG, regulamente o processo de Avaliação e Desempenho de Servidor nomeado em virtude de concurso público no decorrer do estágio probatório institui comissão e dá outras providências.

Resolução nº 3/2023. "Altera a redação dos ANEXOS I, II, III e IV da resolução nº 05/2015, alterada pela Resolução nº 001/2019, que institui o plano de carreira e vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, e dá outras providências".

Resolução nº 7/2023. Institui o plano de carreira e vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, Estado de Minas Gerais.

Resolução nº 1/2025. Altera os anexos I, III, IV da Resolução de 2023 que: institui o plano de carreira e vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Decretos legislativos e decretos (1)

Decreto nº 4/2025. Autoriza o Poder Legislativo a celebrar acordo de cooperação técnica de cessão e custeio de estagiários ao Poder Judiciário e a Polícia Civil da Comarca de Dorés do Indaiá/MG.

8. Previdência e IPSEMDI



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Tratam da aposentadoria e da pensão dos servidores municipais, administradas pelo IPSEMDI, o instituto de previdência próprio de Dorés do Indaiá. Definem contribuições, benefícios e a gestão do regime próprio de previdência social.

O tema reúne 74 normas, editadas entre 1952 e 2025. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Leis complementares (6)

Lei Complementar nº 116/2021. Altera redação dos dispositivos que menciona, ambos da Lei Municipal nº 2.178/2005, de 09 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a reestruturação da autarquia municipal denominada Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Dorés do Indaiá - IPSEMDI e dá outras providências.

Lei Complementar nº 122/2021. Altera redação do inciso I, do art. 75 da Lei Municipal nº 2.178/2005, de 09 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a reestruturação da autarquia municipal denominada Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Dorés do Indaiá - IPSEMDI e dá outras providências.

Lei Complementar nº 128/2022. Altera a redação do art. 93, caput, da Lei Municipal nº 2.178/2005, de 09 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a reestruturação da autarquia municipal denominada Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Dorés do Indaiá - IPSEMDI e dá outras providências.

Lei Complementar nº 132/2022. Institui o Regime de Previdência complementar no âmbito do município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que se trata o art. 40 da Constituição Federal, autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar e dá outras providências.

Lei Complementar nº 134/2022. Institui o pagamento de "Jeton de Presença" aos membros dos órgãos colegiados do IPSEMDI, altera os dispositivos da Lei Municipal nº 2.178/2005 que dispõe sobre a reestruturação da autarquia municipal denominada Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Dorés do Indaiá - IPSEMDI e dá outras providências.

Lei Complementar nº 167/2025. Dispõe sobre o plano de cargos e encargos dos cargos em comissão e funções gratificadas da autarquia municipal denominada Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Dorés do Indaiá - IPSEMDI e dá outras providências.

Leis ordinárias (67)

Lei Ordinária nº 287/1952. Prorroga prazo de seu privilégio e institui pensão.

Lei Ordinária nº 414/1955. Autoriza aposentadoria de funcionários.

Lei Ordinária nº 983/1968. Concede pensão a viúva de cenário e abre crédito respectivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1002/1969. Concede pensão a viúva.

Lei Ordinária nº 1061/1972. Faz doação de terreno ao Instituto Nacional de Previdência Social.

Lei Ordinária nº 1077/1973. Contém aposentadoria de Funcionários.

Lei Ordinária nº 1097/1973. Concede pensão a favor de Agnele Antônio Alves.

Lei Ordinária nº 1107/1974. Concede pensão a favor de Agnelo Antônio Alves.

Lei Ordinária nº 1108/1974. Concede pensão às viúvas.

Lei Ordinária nº 1140/1975. Contém aposentadoria de funcionário.

Lei Ordinária nº 1145/1975. Autoriza pagamento de pensão à viúva de ex-operário da municipalidade.

Lei Ordinária nº 1160/1975. Contém aposentadoria de professora rural.

Lei Ordinária nº 1164/1976. Contém aposentadoria de professores rural.

Lei Ordinária nº 1167/1976. Fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a reajustar em 14,14% os vencimentos dos funcionários desta municipalidade, bem como das viúvas, e, aposentados, a partir de 1º de junho do corrente exercício.

Lei Ordinária nº 1181/1976. Contém aposentadoria de professora rural.

Lei Ordinária nº 1216/1977. Contém aposentadoria de professor rural.

Lei Ordinária nº 1227/1977. Contém aposentadoria de funcionário municipal.

Lei Ordinária nº 1228/1977. Contém aposentadoria de funcionário municipal.

Lei Ordinária nº 1229/1977. Contém aposentadoria de funcionário municipal.

Lei Ordinária nº 1262/1979. Contém aposentadoria de funcionária.

Lei Ordinária nº 1273/1979. Contém aposentadoria de funcionário.

Lei Ordinária nº 1278/1979. Contém aposentadoria de professora rural.

Lei Ordinária nº 1280/1979. Contém aposentadoria de funcionário municipal.

Lei Ordinária nº 1281/1979. Contém aposentadoria de professora rural.

Lei Ordinária nº 1282/1979. Contém aposentadoria de funcionário municipal.

Lei Ordinária nº 1284/1979. Contém aposentadoria de funcionário.

Lei Ordinária nº 1332/1980. Contém aposentadoria de funcionária.

Lei Ordinária nº 1335/1980. Contém aposentadoria de funcionário municipal.

Lei Ordinária nº 1362/1982. Contém aposentadoria de funcionário.

Lei Ordinária nº 1372/1982. Contém aposentadoria de funcionário municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1373/1982. Contém aposentadoria de funcionária municipal.

Lei Ordinária nº 1391/1982. Contém aposentadoria de servidor municipal.

Lei Ordinária nº 1392/1982. Contém aposentadoria de servidor municipal.

Lei Ordinária nº 1433/1984. Contém aposentadoria de funcionária municipal.

Lei Ordinária nº 1434/1984. Contém aposentadoria de funcionária municipal.

Lei Ordinária nº 1440/1984. Contém aposentadoria de funcionária municipal.

Lei Ordinária nº 1454/1985. Autoriza a aplicação no município, da Lei Federal nº 6.864 de 01/12/1.980, referente à contagem recíproca de tempo de serviço para efeito de aposentadoria, em consonância com INPS.

Lei Ordinária nº 1455/1985. Autoriza a aplicação no município da Lei Federal nº 6.864 de 01/12/1980, referente à contagem recíproca de tempo de serviço par efeito de aposentadoria em consonância com INPS.

Lei Ordinária nº 1469/1985. Concede pensão à viúva de operário inativo e abre crédito respectivo.

Lei Ordinária nº 1549/1989. Contém autorização de complementação de aposentadoria do funcionário aposentado Sebastião Rodrigues.

Lei Ordinária nº 1604/1990. Contém aposentadoria de funcionária municipal.

Lei Ordinária nº 1620/1991. Contém autorização para instituição do Fundo Previdenciário Municipal e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1641/1991. Dispõe sobre o Fundo Previdenciário dos Servidores Município de Dorés do Indaiá - FUNDOPREVE.

Lei Ordinária nº 1655/1991. Contém aposentadoria de funcionária municipal.

Lei Ordinária nº 1664/1992. Ratifica e discrimina atos financeiros autorizados pela Lei 1.620, de 31 de Janeiro de 1991 pelo fundo previdenciário dos servidores públicos de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1667/1992. Contém autorização para administração do fundo previdenciário dos servidores públicos de Dorés do Indaiá - FUNDOPREVE a realizar aplicações financeiras e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1702/1992. Contém aposentadoria de funcionária municipal.

Lei Ordinária nº 1714/1993. Contêm autorização para realização de aplicações no mercado financeiro pelo FUNDOPREVE.

Lei Ordinária nº 1729/1993. Extingue o Fundo Previdenciário dos servidores municipais de Dorés do Indaiá - FUNDOPREVE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1731/1993. Autoriza o município de Dorés do Indaiá a firmar convênio com Instituto de Previdência do Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG.

Lei Ordinária nº 1973/2000. Contém reestruturação do FUNDOSERVE, criado pela Lei Municipal nº 1.730/1993, transformando-o em Autarquia com a finalidade de prestar a Previdência e Assistência Social aos Servidores Públicos Municipais de Dorés do Indaiá e seus dependentes, sob a denominação de IPSEMDI e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1981/2000. Contém o Plano de cargos, carreiras e salários dos servidores da autarquia municipal denominada IPSEMDI, e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 2050/2002. Homologa o acordo realizado entre o município de Dorés do Indaiá e o IPSEMDI e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2104/2004. Dispõe sobre condições especiais para aposentadorias de vereadores desta Casa Legislativa.

Lei Ordinária nº 2176/2005. Dispõe sobre o parcelamento do débito previdenciário do poder executivo de Dorés do Indaiá junto ao Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Dorés do Indaiá - IPSEMDI relativo a Lei municipal nº 2.050/2002 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2177/2005. Dispõe sobre o Plano de Amortização do débitos previdenciários do poder executivo do município de Dorés do Indaiá junto ao Instituto de Previdência do servidor municipal de Dorés do Indaiá - IPSEMDI e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2178/2005. Dispõe sobre a reestruturação da autarquia municipal denominada Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Dorés do Indaiá - IPSEMDI e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2235/2007. Contém autorização legislativa para o Prefeito Municipal de Dorés do Indaiá celebrar com o Instituto de Previdência dos Servidores Estadual do Estado de Minas Gerais IPSEMG, termo de cooperação mútua a fim de que seja mantida em funcionamento a Agência ou Posto de Atendimento do IPSEMG em Dorés do Indaiá, bem como a prover as despesas que menciona.

Lei Ordinária nº 2338/2009. Dispõe sobre o plano de amortização dos débitos previdenciários do Poder Executivo do Município de Dorés do Indaiá junto ao Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Dorés do Indaiá - IPSEMDI e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2472/2012. Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.178 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a reestruturação da autarquia municipal denominada Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Dorés do Indaiá - IPSEMDI e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2487/2013. Dispõe sobre o parcelamento dos débitos previdenciários do Poder Executivo do Município de Dorés do Indaiá junto ao Instituto de Previdência do Servidor Municipal do Indaiá - IPSEMDI.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2518/2013. Dispõe sobre o parcelamento dos débitos previdenciários do poder executivo do município de Dorés do Indaiá junto ao Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Dorés do Indaiá-MG - IPSEMDI e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2687/2015. Dispõe sobre o parcelamento de contribuições previdenciárias entre o Poder Público Executivo de Dorés do Indaiá e o Instituto Previdência dos Servidores Municipais de Dorés do Indaiá - IPSEMDI e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2709/2016. Dispõe sobre o parcelamento de contribuições previdenciárias entre o Poder Executivo de Dorés do Indaiá e o Instituto Previdência dos Servidores Municipais de Dorés do Indaiá - IPSEMDI e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2723/2017. Dispõe sobre o parcelamento de contribuições previdenciárias entre o Poder Executivo de Dorés do Indaiá e o Instituto Previdência dos Servidores Municipais de Dorés do Indaiá - IPSEMDI e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2780/2018. Dispõe sobre o parcelamento de contribuições previdenciárias entre o Poder Executivo de Dorés do Indaiá - IPSEMDI e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3171/2024. Autoriza o Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Dorés do Indaiá - IPSEMDI a realizar pagamento de despesas através do regime de adiantamento e dá outras providências.

Resoluções (1)

Resolução nº 3/2001. Contém autorização para desconto em folha de pagamento dos subsídios dos vereadores e funcionários da Câmara Municipal para o plano de saúde do IPSEMDI.

9. Patrimônio público e bens

O Município possui imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, e a lei exige autorização da Câmara para doar, vender, ceder ou adquirir esses bens. Este eixo concentra essas autorizações, incluindo as tradicionais doações de áreas para instalação de empresas e moradias, e é o segundo mais numeroso do acervo.

O tema reúne 464 normas, editadas entre 1950 e 2026. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Leis complementares (2)

Lei Complementar nº 148/2023. Autoriza o Poder Executivo municipal a participar do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV e autoriza a doação de lotes vinculados ao respectivo programa os beneficiários que se enquadrem na forma e nas condições estabelecidas em lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Complementar nº 149/2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a participar do Programa Minha Casa Minha - PMCMV e autoriza a doação de lotes vinculados ao respectivos que se enquadrem na forma e nas condições estabelecidas em Lei.

Leis ordinárias (461)

Lei Ordinária nº 163/1950. Dispõe sobre a aquisição de móveis e utensílios para o serviço de água.

Lei Ordinária nº 180/1951. Autoriza a Prefeitura municipal, mediante empréstimo a ser contraído com a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, a adquirir uma motoniveladora A.D 4 Allis-Chamors.

Lei Ordinária nº 198/1951. Autoriza a compra de material e acessórios para trator desta prefeitura.

Lei Ordinária nº 201/1951. Autoriza a reforma e conserto dos pneus do caminhão desta prefeitura.

Lei Ordinária nº 209/1951. Dispõe sobre doação de terreno.

Lei Ordinária nº 216/1951. Autoriza doação de terreno.

Lei Ordinária nº 223/1951. Dispõe sobre aquisição de móveis e utensílios para a Câmara Municipal.

Lei Ordinária nº 224/1951. Dispõe sobre aquisição de moveis e utensílios para a Tesouraria.

Lei Ordinária nº 225/1951. Dispõe sobre aquisição de moveis e utensílios para a secretaria.

Lei Ordinária nº 234/1951. Dispõe sobre aquisição de móveis.

Lei Ordinária nº 237/1951. Autoriza doação de imóvel.

Lei Ordinária nº 239/1951. Autoriza doação de imóvel.

Lei Ordinária nº 240/1951. Autoriza venda de imóvel.

Lei Ordinária nº 241/1951. Concede venda de imóvel.

Lei Ordinária nº 258/1952. Autoriza reforma no caminhão da Prefeitura

Lei Ordinária nº 263/1952. Autoriza a doação de terreno.

Lei Ordinária nº 333/1953. Autoriza doação de terreno.

Lei Ordinária nº 344/1953. Autoriza a compra de 4 pneus para caminhão e abre crédito.

Lei Ordinária nº 360/1953. Dispõe sobre aquisição de móveis e utensílios para o serviço de escolas rurais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 361/1953. Dispõe sobre aquisição de móveis e utensílios para o serviço de fazenda.

Lei Ordinária nº 362/1953. Dispõe sobre aquisição de móveis e utensílios para a secretaria.

Lei Ordinária nº 363/1953. Dispõe sobre aquisição de móveis e utensílios para a Câmara Municipal.

Lei Ordinária nº 383/1954. Autoriza doação de terreno.

Lei Ordinária nº 384/1954. Autoriza doação de terreno.

Lei Ordinária nº 385/1954. Autoriza doação de terreno.

Lei Ordinária nº 386/1954. Autoriza doação de terreno.

Lei Ordinária nº 388/1954. Autoriza doação de terreno.

Lei Ordinária nº 396/1954. Autoriza doação de terreno.

Lei Ordinária nº 397/1954. Autoriza doação de terreno.

Lei Ordinária nº 410/1955. Autoriza o pagamento de aluguel.

Lei Ordinária nº 963/1968. Pede doação de terreno no Cemitério local.

Lei Ordinária nº 990/1969. Contém doação de terreno nesta cidade.

Lei Ordinária nº 991/1969. Contém doação de terreno.

Lei Ordinária nº 993/1969. Contém autorização para assinar contrato de aluguel.

Lei Ordinária nº 1007/1970. Aprova pagamento de aluguel.

Lei Ordinária nº 1038/1971. Autoriza venda de bens em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1049/1971. Contém crédito para compra de veículo.

Lei Ordinária nº 1050/1971. Autoriza venda de veículo em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1067/1972. Autoriza venda de bens em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1113/1974. Autoriza venda de bens em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1118/1974. Contém doação de terreno.

Lei Ordinária nº 1120/1974. Autoriza pagamento de aluguel.

Lei Ordinária nº 1124/1974. Autoriza pagamento de aluguel.

Lei Ordinária nº 1133/1975. Autoriza a venda de bens em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1137/1975. Autoriza venda de bens em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1147/1975. Autoriza venda de bens em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1163/1976. Autoriza venda de bens em hasta pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1166/1976. Autoriza venda de bens em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1172/1976. Autoriza a venda de bens em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1174/1976. Contém autorização para venda de bens em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1177/1976. Autoriza venda de bens em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1182/1976. Autoriza venda de bens em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1189/1976. Autoriza pagamento de aluguel.

Lei Ordinária nº 1195/1977. Contém autorização para a venda de bens em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1199/1977. Contém autorização para vender bens da municipalidade em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1205/1977. Autoriza aluguel de dependências para o funcionamento e instalação da biblioteca municipal.

Lei Ordinária nº 1211/1977. Autoriza venda de bens da municipalidade em hasta pública e outorgar respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1215/1977. Autoriza doação de terreno ao estado.

Lei Ordinária nº 1218/1977. Contém autorização para vendas em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1219/1977. Contém doação de terreno ao Estado de Minas Gerais.

Lei Ordinária nº 1224/1977. Autoriza vendas de bens da Municipalidade Dorense em hasta pública e outorgar respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1225/1977. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e outorgar respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1226/1977. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e outorgar respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1232/1977. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1236/1977. Autoriza a doação de terreno da municipalidade.

Lei Ordinária nº 1239/1978. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1242/1978. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1243/1978. Autoriza venda de imóvel da municipalidade e outorgar escritura.

Lei Ordinária nº 1244/1978. Autoriza venda de bens da municipalidade em hasta pública e outorga a respectiva escritura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1246/1978. Autoriza a fazer doação de terreno da municipalidade e outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1247/1978. Autoriza fazer doação de terreno da municipalidade e a outorgar respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1248/1978. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e outorga a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1249/1978. Autoriza venda de bens em hasta pública e outorga a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1250/1978. Autoriza venda de bens em hasta pública e outorga respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1253/1978. Autoriza a venda de bens da municipalidade em hasta pública e outorga a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1254/1978. Autoriza venda de bens em hasta pública e outorga a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1255/1978. Autoriza doação de terreno da municipalidade.

Lei Ordinária nº 1256/1978. Autoriza venda de bens em hasta pública e outorga a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1260/1978. Autoriza venda de bens da municipalidade em hasta pública e outorga a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1261/1978. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e outorga a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1264/1979. Autoriza venda de bens da municipalidade em hasta pública e outorga a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1267/1979. Autoriza venda de bens da municipalidade em hasta pública e outorga a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1268/1979. Autoriza venda de bens da municipalidade em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1269/1979. Autoriza venda de bens da municipalidade em hasta pública e a outorgar a respectiva. escritura.

Lei Ordinária nº 1270/1979. Autoriza venda de bens da municipalidade em hasta pública e outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1271/1979. Autoriza venda de bens da municipalidade em hasta pública e outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1272/1979. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e outorgar a respectiva escritura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1274/1979. Autoriza venda de bens da municipalidade em hasta pública e outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1279/1979. Autoriza venda de bens da municipalidade em hasta pública e outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1285/1979. Autoriza venda de bens da municipalidade em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1286/1979. Autoriza venda de bens da municipalidade em hasta pública e outorgar a respectiva Escritura.

Lei Ordinária nº 1295/1980. Autoriza venda de bens de municipalidade em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1296/1980. Autoriza venda de bens da municipalidade em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1297/1980. Autoriza venda de bens da municipalidade em pública e a outorgar respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1298/1980. Autoriza venda de bens da municipalidade em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1299/1980. Autoriza venda de bens da municipalidade em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1300/1980. Contém autorização para aquisição de imóvel territorial para obras de ampliação do Cemitério municipal.

Lei Ordinária nº 1301/1980. Autoriza venda de bens da municipalidades em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1306/1980. Autoriza fazer doação de terreno da municipalidade e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1307/1980. Autoriza doação de terreno vago ao estado de Minas Gerais e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1309/1980. Autoriza venda de bens da municipalidade em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1310/1980. Autoriza venda de bens da municipalidade em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1311/1980. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1312/1980. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1313/1980. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1314/1980. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1315/1980. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1316/1980. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1317/1980. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1318/1980. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1319/1980. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1321/1980. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1328/1980. Revoga a Lei nº 1246, de 06 de julho de 1978, que autorização a fazer doação de terreno de municipalidade e a outorgar a respectiva escritura a Cooperativa Mista Agropecuária de Dorés do Indaia.

Lei Ordinária nº 1331/1980. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1333/1980. Autoriza venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1339/1981. Contém autorização para venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1340/1981. Contém autorização para venda de bens da municipalidade dorense hasta pública.

Lei Ordinária nº 1341/1981. Contém autorização para venda de bens da municipalidade dorense hasta pública e outorgar escritura.

Lei Ordinária nº 1343/1981. Contém autorização para venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura

Lei Ordinária nº 1344/1981. Contém autorização para venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1345/1981. Contém autorização para venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1352/1981. Contém autorização para venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1353/1981. Contém autorização para venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1360/1981. Contém autorização para venda de bens da municipalidade dorense em hasta pública e a outorgar a respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1374/1982. Autoriza doação de terreno da municipalidade dorense.

Lei Ordinária nº 1375/1982. Autoriza doação de terreno da municipalidade dorense.

Lei Ordinária nº 1394/1982. Autoriza doação de terreno da municipalidade dorense.

Lei Ordinária nº 1399/1983. Autoriza alugar prédio para instalação provisória da Delegacia Policial.

Lei Ordinária nº 1400/1983. Autoriza doação de terreno da municipalidade e autoriza a construção da delegacia policial do município.

Lei Ordinária nº 1402/1983. Autoriza a venda de bens da municipalidade, em hasta pública.

Lei Ordinária nº 1410/1983. Autoriza o Executivo a trocar ou vender as máquinas usadas da municipalidade.

Lei Ordinária nº 1429/1983. Autoriza a fazer doação de terreno da municipalidade dorense referente e a outorgar respectiva escritura.

Lei Ordinária nº 1430/1983. Autoriza doação de terreno da municipalidade dorense.

Lei Ordinária nº 1431/1983. Autoriza doação de terreno para construção da Escola Estadual Osório Guimarães.

Lei Ordinária nº 1456/1985. Autoriza ao executivo municipal a permutar terreno municipalidade.

Lei Ordinária nº 1472/1985. Dispõe sobre doação do terreno que compõem o perímetro urbano da cidade de Serra da Saudade e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1492/1987. Autoriza a alienação de parte ideal de imóvel rural pertencente à municipalidade e contém e outras providências.

Lei Ordinária nº 1498/1987. Autoriza o Executivo municipal a adquirir patrimônio da Rede Ferroviária Federal S/A a alienar para do referido patrimônio.

Lei Ordinária nº 1522/1988. Autoriza a venda de imóvel da municipalidade dorense.

Lei Ordinária nº 1524/1988. Autoriza o prefeito municipal a alienar o imóvel que menciona e contém outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1529/1988. Autoriza o perfeito municipal a permutar o imóvel que menciona, doá-lo para a creche Menino Jesus e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1546/1989. Autoriza a aquisição de veículo para a municipalidade.

Lei Ordinária nº 1550/1989. Autoriza o Prefeito Municipal a permutar imóveis.

Lei Ordinária nº 1562/1989. Contém autorização legislativa para extinção de condomínio, doação parcial e alienação de imóveis rural em parte ideal e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1571/1989. Autoriza assinatura de Contrato, doação de imóveis, construção de benfeitores, doação em dinheiro e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1575/1989. Autoriza a Prefeitura Municipal a adquirir imóvel para o uso do CEPROM.

Lei Ordinária nº 1589/1990. Autoriza reforma de veículo da polícia civil do Município.

Lei Ordinária nº 1603/1990. Dispõe sobre aquisição de uma retro-escavadeira MF-Maxion mod. 750.

Lei Ordinária nº 1615/1990. Contém autorização para fornecimento de casa de moradia, através de locação a terceiro, para o juiz de direito da comarca.

Lei Ordinária nº 1618/1990. Dispõe sobre aquisição de 01(um) caminhão basculante Diesel marca Mercedes Bens - Mod. 1.990.

Lei Ordinária nº 1623/1991. Contém autorização para que o Executivo Municipal, através de escritura pública, faça doação dos lotes integrantes do bairro São Geraldo, aos seus respectivos ocupantes e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1637/1991. Contém autorização legislativa para que o Chefe de Executivo Municipal receba a reversão de imóvel, por escritura, e faça doação dos lotes a famílias de baixa renda.

Lei Ordinária nº 1645/1991. Autoriza o Executivo Municipal a doar rede de distribuição de energia elétrica à Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

Lei Ordinária nº 1653/1991. Dispõe sobre permuta de terreno urbano.

Lei Ordinária nº 1669/1992. Contém autorização para doação de bens à paróquia de N.S. das Dores e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1683/1992. Autoriza alienar em hasta pública a área de terreno urbano, onde se acha instalação o Posto Pedrinho.

Lei Ordinária nº 1708/1992. Contém modificação do traçado urbanístico na cidade com desafetação de área de bens de uso público e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 1717/1993. Contém autorização para pagamento de aluguel para casa de moradia para promotor de justiça, através de locação a terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1719/1993. Autorização doação de terreno.

Lei Ordinária nº 1720/1993. Autoriza pagamento de aluguel para sediar o destacamento militar de comarca de Dorés do Indaia.

Lei Ordinária nº 1768/1994. Autoriza doação de terreno para edificação de dependência da Polícia Militar de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1777/1995. Autoriza o Prefeito Municipal a fazer doação de imóvel, conforme especifica.

Lei Ordinária nº 1779/1995. Contém autorização para doação.

Lei Ordinária nº 1800/1995. Contem autorização para doação.

Lei Ordinária nº 1804/1995. Revoga a Lei Municipal nº 1.562 de 21 de setembro de 1989, que contém autorização legislativa para extinção de condomínio, doação de imóveis rural em parte ideal e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1812/1996. Contém restrições de uso das máquinas e veículos do patrimônio público municipal fora dos horários de expedientes normais e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1814/1996. Autoriza o Sr. Prefeito Municipal a firmar contrato de comodato ou de concessão de uso não remunerado de imóvel pertencente ao município à entidade que menciona, mediante as condições impostas.

Lei Ordinária nº 1816/1996. Autoriza doação de imóvel conforme especifica.

Lei Ordinária nº 1817/1996. Autoriza o prefeito municipal a doar área abaixo especificada.

Lei Ordinária nº 1818/1996. Autoriza o executivo municipal a alienar ações.

Lei Ordinária nº 1824/1996. Autoriza o prefeito municipal a doar área abaixo especificada.

Lei Ordinária nº 1853/1997. Contém autorização legislativa para alienação de bem Imóvel localizada no meio rural e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 1866/1997. Contém autorização para que o Chefe do Executivo Municipal faça a doação de lotes no prolongamento do bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 1869/1997. Contém autorização para que o Chefe do Executivo Municipal faça doação de lotes no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 1876/1997. Contém autorização para doação de terreno urbano para implantação de indústria.

Lei Ordinária nº 1880/1997. Contém autorização para doação de lote urbano para Congregação Cristã do Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1882/1997. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 1889/1997. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lotes no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 1890/1997. Contém autorização para doação de terreno urbano para instalação de fábrica.

Lei Ordinária nº 1891/1997. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 1897/1997. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 1898/1997. Contém autorização para que o chefe do executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 1903/1997. Dispõe sobre autorização para utilização do produto da alienação do imóvel denominado gameleira autorizado pela Lei Municipal nº 1853/97.

Lei Ordinária nº 1905/1998. Contém autorização para que o chefe do executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 1913/1998. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 1919/1998. Autoriza a cessão em comodato a Telemig Celular S/A, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1923/1998. Contém autorização para o Chefe do Executivo ceder em comodato ao consórcio intermunicipal de Saúde do alto do São Francisco - CISAF, o prédio denominado "Ginásio Cornélio Caetano".

Lei Ordinária nº 1941/1999. Autoriza ao prefeito municipal adquirir e a doar a Secretaria de Segurança Pública através da DEPOL de Dorés do Indaiá, os componentes de informática que menciona.

Lei Ordinária nº 1958/1999. Contém autorização legislativa para o prefeito municipal doar e outorgar escritura de doação ao Club dos Cavaleiros de Dorés do Indaiá, do imóvel que menciona.

Lei Ordinária nº 1990/2000. Contém autorização para que o chefe do executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 1991/2000. Contém autorização para que o chefe do executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 1992/2000. Contém autorização para que o chefe do executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1993/2000. Contém autorização para que o chefe do executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 1994/2000. Contém autorização para que o chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 1995/2000. Concede empréstimo gratuito - COMODATO - das salas e imóveis que menciona para a entidade denominada Centro Educacional Dorés do Indaiá S/C Ltda, para fins educacionais.

Lei Ordinária nº 1998/2001. Autoriza a doação de terreno urbano para instalação de planta industrial.

Lei Ordinária nº 2000/2001. Autoriza a doação de terreno urbano para instalação de planta industrial.

Lei Ordinária nº 2014/2001. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação no Bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2020/2001. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2023/2001. Contém autorização para o Poder Executivo ceder em comodato ou termo de cessão de uso ao INDALABOR - Indaiá Laboratório Farmacêutico Ltda o prédio denominado "Ginásio Cornélio Caetano"

Lei Ordinária nº 2030/2001. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de terreno urbano no bairro Osvaldo De Araújo e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2031/2001. Autoriza aquisição de imóvel urbano para construção da sede do Poder Legislativo Municipal Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2059/2002. Autoriza o Poder a alugar um galpão industrial a firma Promibe Industria e Comercio Ltda. e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2062/2002. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lotes no bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 2063/2002. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2070/2003. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no Bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2076/2003. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2085/2003. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de terreno urbano no Bairro Osvaldo Soares Costa e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2086/2003. Autoriza o Poder Executivo a alugar um galpão industrial a firma individual José Maia Teodoro e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2089/2003. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 2092/2003. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de terreno urbano no bairro Vale do Sol e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2098/2004. Autoriza o Poder Executivo a alugar um galpão industrial para a firma OP Industrial e Comércio Ltda e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2099/2004. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de terreno urbano e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2100/2004. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de terreno urbano e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2102/2004. Contém autorização par que o Chefe do Executivo faça doação de terreno urbano no bairro Vale do Sol e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2103/2004. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de terreno urbano no bairro Vale do Sol e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2105/2004. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2109/2004. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2111/2004. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de terreno urbano no bairro Vale do Sol e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2112/2004. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2114/2004. Autoriza o Executivo a desmembrar e desafetar do uso público o imóvel abaixo identificado, e a fazer doação do mesmo e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2115/2004. Autoriza o Executivo a desmembrar e desafetar do uso público o imóvel abaixo identificado, e fazer doação do mesmo e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2120/2004. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2122/2004. Autoriza a permuta de áreas entre o município de Dorés do Indaiá e o Sr. José Caetano da Cruz Franco, autoriza doação e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2124/2004. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro Funcinários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Débora Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2129/2005. Contem liberação de cláusulas restritivas para as escrituras de doação de lotes, residências no Bairro das Indústrias, alterando a redação do § 4º do Art. 1º da Lei 1.976/2000, e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 2137/2005. Contém autorização para doação de terreno para implantação de indústria e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 2142/2005. Autoriza doação de lote urbano em posse do donatário e já com construção residencial própria.

Lei Ordinária nº 2150/2005. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2152/2005. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação do imóvel que menciona para a Empresa FIRST LINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.

Lei Ordinária nº 2153/2005. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2161/2005. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2162/2005. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2165/2005. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2166/2005. Contém autorização legislativa para doação de imóvel para implantação de indústria frigorífica no município de Dolores do Indaia, MG, e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 2187/2006. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2198/2006. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2199/2006. Contém autorização para que o Prefeito Municipal celebre convenção com a unidade de Defensoria Pública da Comarca e faça pagamento parcial de aluguel de uma loja para funcionamento do Escritório da Defensoria na cidade de Dolores do Indaia.

Lei Ordinária nº 2202/2006. Contém autorização legislativa ao Poder Executivo Municipal para pagamento de aluguel de imóvel industrial a ser cedido à Empresa BALBINA CARDOSO e CIA LTDA, com incentivo na manutenção das atividades de promoção industrial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2204/2006. Dispõe sobre a criação do Fundo da Casa Popular (FUNCAP), disciplina e alienação e financiamento relativas aos programas habitacionais de interesse social.

Lei Ordinária nº 2211/2006. Contém autorização ao Prefeito Municipal de Dorés do Indaiá/MG para celebrar convênio de parceria com o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, através do Juiz Eleitoral da 104ª Zona Eleitoral e com as demais prefeituras municipais da Comarca para o fim de prover os pagamentos do aluguel da loja para funcionamento do Cartório Eleitoral da referida Zona Eleitoral.

Lei Ordinária nº 2212/2006. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2220/2006. Autoriza ao Chefe do Executivo Municipal a proceder à doação de imóvel localizado no bairro Osvaldo Soares Costa nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2227/2006. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2228/2006. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2229/2006. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2230/2006. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2236/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2237/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2238/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2242/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2243/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2244/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2245/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2246/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2248/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2250/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2255/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2260/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2261/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2262/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no Bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2263/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação do imóvel que menciona para a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DORES DO INDAIÁ - APAE.

Lei Ordinária nº 2265/2007. Autoriza ao Chefe do Executivo Municipal de Dorés do Indaia, MG, a alterar o convênio celebrado com a Empresa VIA VIP CALÇADOS LTDA, CNPJ nº 01.119.204/0001-09 que foi autorizado pela Lei Municipal nº 2.219/2006, para incorporar ao Convênio uma ampliação de locação e concessão do uso para a referida empresa.

Lei Ordinária nº 2267/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo revogue a Lei nº 2162/2005 que autoriza doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2268/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2269/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2270/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2271/2007. Contém autorização Legislativa ao Poder Executivo do Município de Dorés do Indaia - MG, para alterar valor de pagamento de aluguel do imóvel industrial cedido a empresa BALBINA CARDOSO & CIA LTDA, no projeto de incentivo na manutenção das atividades de promoção industrial nos termos da Lei 2.202/2006 de 19 de junho de 2006.

Lei Ordinária nº 2274/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2275/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Débora Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2276/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2277/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2278/2007. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2280/2007. Autoriza cessão em comodato de um imóvel urbano, de domínio do Município de Dolores do Indaia, para a entidade de interesse público que especifica.

Lei Ordinária nº 2295/2008. Contém autorização para que o Chefe do Executivo revogue a Lei nº 2274/2007 que autorizou doação de Lote no Bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2296/2008. Dispõe sobre a autorização ao Executivo Municipal a ceder em comodato um imóvel rural para a Associação dos Agricultores Familiares do São Bento e Vizinhança - AAFASBEV.

Lei Ordinária nº 2310/2009. Contém autorização para doação de terreno para implantação de indústria, comércio e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 2317/2009. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2318/2009. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2321/2009. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 2325/2009. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 2332/2009. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no Bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2339/2009. Contém a autorização para o Poder Público Municipal contratar com a Cooperativa Regional Agropecuária e Agroindustrial do Centro-Oeste de Minas Gerais LTDA - COOPCARDI na espécie de comodato a área localizada na região do Matadouro Municipal.

Lei Ordinária nº 2340/2009. Contém autorização para o Poder Público Municipal contratar com a Auto Peças Vale do Sol Ltda. na espécie de comodato a área localizada na região do Matadouro Municipal.

Lei Ordinária nº 2341/2009. Contém autorização para o Poder Público Municipal contratar com o Sr. Marcelo José de Sousa na espécie de comodato a área localizada na região do Matadouro Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2342/2009. Contém autorização para o Poder Público Municipal contratar com a Cerâmica RS Ltda na espécie de comodato a área localizada na região do Matadouro Municipal.

Lei Ordinária nº 2343/2009. Contém autorização para o Poder Público Municipal fazer doação de imóvel urbano.

Lei Ordinária nº 2344/2009. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2348/2009. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2356/2010. Dispõe sobre a autorização ao Poder Público Municipal faça doação do imóvel denominado "Residencial Santa Cruz, com matrícula nº 7.208.

Lei Ordinária nº 2364/2010. Dispõe sobre autorização para que o Poder Público Municipal pague aluguel do imóvel comercial utilizado pela empresa CRISTINA GONÇALVES DE ARAÚJO ".

Lei Ordinária nº 2365/2010. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 2366/2010. Dispõe quanto a autorização para que o Poder Público efetue pagamento de aluguel do imóvel industrial a ser cedido à empresa CIMONE APARECIDA CARDOSO, como incentivo na Manutenção das Atividades de Promoção Industrial.

Lei Ordinária nº 2381/2010. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 2387/2010. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2388/2010. Dispõe sobre autorização para que o Poder Público Municipal pague o aluguel do imóvel comercial utilizado pela empresa Cristina Gonçalves de Araújo.

Lei Ordinária nº 2390/2010. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2391/2010. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2392/2010. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro São Geraldo.

Lei Ordinária nº 2408/2010. Contém autorização para que o Poder Público Municipal faça doação de área localizada na região do Matadouro Municipal para a Cooperativa Regional Agropecuária e Agroindustrial do Centro-Oeste de Minas Gerais Ltda - COOPCARDI.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2409/2010. Altera o art. 4º da Lei nº 2.114, de 3 de Junho de 2004, que dispõe de autorização para doação de imóvel para implantação de empresa de prestação de serviços.

Lei Ordinária nº 2433/2011. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de terreno urbano de Bairro Vale do Sol.

Lei Ordinária nº 2435/2011. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no Bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 2454/2012. Dispõe sobre autorização para que o Poder Público Municipal pague o aluguel do imóvel comercial utilizado pela empresa CRISTINA GONÇALVES DE ARAÚJO-ME.

Lei Ordinária nº 2456/2012. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de terreno urbano de Bairro Vale do Sol.

Lei Ordinária nº 2468/2012. Autoriza o Poder Executivo a desafetar e permutar o imóvel urbano público, na forma que especifica.

Lei Ordinária nº 2489/2013. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de lote no bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 2501/2013. Autoriza doação de imóvel que especifica.

Lei Ordinária nº 2504/2013. Autoriza o Município de Dorés do Indaiá fazer doação de imóvel que especifica.

Lei Ordinária nº 2530/2013. Dispõe sobre autorização para que o Poder Público Municipal pague o aluguel do imóvel residencial para o senhor MARCOS ANTONIO DE MOURA.

Lei Ordinária nº 2531/2013. Autoriza o Município de Dorés do Indaiá fazer doação de imóvel que especifica.

Lei Ordinária nº 2543/2014. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2563/2014. Autoriza o Município a pagar aluguel para o IMA.

Lei Ordinária nº 2567/2014. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de pedras poliédricas à população.

Lei Ordinária nº 2569/2014. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de areia, brita e cimento para construção de meio fio calçada e sarjeta.

Lei Ordinária nº 2574/2014. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça doação de areia, brita e cimento para a COOPCARDI.

Lei Ordinária nº 2581/2014. Dispõe sobre autorização para que o Poder Público Municipal pague o aluguel do imóvel residencial para o senhor Pedro Marques.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2589/2014. Autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar permissão de uso de imóvel de propriedade do Município.

Lei Ordinária nº 2590/2014. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2591/2014. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2592/2014. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2593/2014. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2595/2014. Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar terreno, sob condições, para construção de Estabelecimento Industrial, a título de incentivo ao desenvolvimento industrial e comercial.

Lei Ordinária nº 2599/2014. Autoriza fazer cessão de uso para a COPASA.

Lei Ordinária nº 2600/2014. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2601/2014. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2611/2014. Dispõe sobre autorização para que o Poder Público Municipal pague o aluguel do imóvel residencial para o senhor MARCOS ANTÔNIO DE MOURA.

Lei Ordinária nº 2614/2014. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2615/2014. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2618/2014. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2622/2015. Dispõe sobre a concessão de uso de espaços públicos para instalação, manutenção, conservação e exploração publicitária e demais espaços destinados à publicidade no município.

Lei Ordinária nº 2625/2015. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2637/2015. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2638/2015. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2641/2015. Dispõe sobre autorização para que o Poder Público Municipal pague aluguel de imóvel residencial à pessoa que especifica.

Lei Ordinária nº 2646/2015. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2654/2015. Autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar permissão de uso de imóvel de propriedade do Município.

Lei Ordinária nº 2665/2015. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2666/2015. Autoriza o Município a assinar Termo de Cessão de Uso.

Lei Ordinária nº 2668/2015. Autoriza a doação e cessão de imóvel do município e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2671/2015. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2676/2015. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2678/2015. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2679/2015. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2680/2015. Autoriza o Município a fazer doação de lotes nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2681/2015. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2682/2015. Dispõe sobre a doação de imóveis de propriedade do município à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB MINAS na forma e condições que especifica.

Lei Ordinária nº 2683/2015. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2685/2015. Dispõe sobre autorização para que o Poder Público Municipal pague aluguel e faça doação à pessoa que especifica.

Lei Ordinária nº 2688/2015. Dispõe sobre autorização para que o Poder Público Municipal pague aluguel de imóvel residencial à pessoa que especifica.

Lei Ordinária nº 2690/2015. Autoriza o Município a fazer doação de lotes nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2691/2015. Autoriza o Município a fazer doação de lotes nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2698/2016. Autoriza o Município a fazer doação de lotes nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2705/2016. Autoriza o Poder Executivo a desafetar e permutar o imóvel urbano público, na forma que especifica.

Lei Ordinária nº 2726/2017. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2730/2017. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2733/2017. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2734/2017. Dispõe sobre a doação de lotes para fins industriais e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2736/2017. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2744/2017. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2745/2017. Autoriza a doação e cessão de imóvel do Município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2748/2017. Autoriza a doação e cessão de imóvel do Município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2750/2017. Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar terreno, sob condições, para construção de Estabelecimento Industrial, a título de incentivo ao desenvolvimento industrial e comercial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2752/2017. Autoriza o Poder Executivo a alienar bem imóvel que especifica.

Lei Ordinária nº 2753/2017. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2755/2017. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2756/2017. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2759/2017. Procede à transferência de gravame e desafetação de imóvel do Município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2769/2017. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2773/2017. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2774/2017. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2786/2018. Dispõe sobre autorização de cessão de bens do município a título gratuito e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2789/2018. Autoriza o município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2790/2018. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2795/2018. Dispõe sobre a autorização para que o Poder Público Municipal pague aluguel de imóvel à pessoas que especifica.

Lei Ordinária nº 2796/2018. Autoriza o município a fazer doação de imóvel rural à Associação dos Produtores de Antas dos Coelhos.

Lei Ordinária nº 2800/2018. Autoriza o município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2815/2018. Dispõe sobre autorização de cessão de bem do município a título gratuito e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2823/2018. Autoriza o município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2825/2018. Autoriza o Poder Executivo a desafetar e permutar o imóvel urbano público, na forma que especifica.

Lei Ordinária nº 2829/2018. Procede á desafetação do imóvel do Município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2830/2019. Dispõe sobre a concessão de uso de bens públicos em favor da Associação Clube Atlético Vilanovense e Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2834/2019. Dispõe sobre autorização de cessão do uso de bens do Município, a título gratuito, de espaço público de uso comum de todos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2838/2019. Autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel urbano público, na forma que especifica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2847/2019. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2848/2019. Autoriza a colocação de busto em Logradouro Público.

Lei Ordinária nº 2851/2019. Autoriza a colocação de dormitórios comedouros e bebedouros para animais de rua no município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2858/2019. Autoriza o município a fazer doação de lote nesta cidade

Lei Ordinária nº 2859/2019. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2864/2019. Autoriza o município a fazer doação de imóvel à Comissão dos Congadeiros do bairro São Sebastião desta cidade.

Lei Ordinária nº 2865/2019. Autoriza o município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2868/2019. Autoriza o Poder Executivo a alienar bens imóveis que especifica.

Lei Ordinária nº 2874/2019. Autoriza o município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2883/2019. Contém autorização para que o município faça doação de bens materiais à pessoa de José Osvaldete de Sousa e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2884/2019. Autoriza o município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2885/2019. Autoriza o município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2887/2019. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2891/2019. Autoriza o município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2892/2019. Autoriza a doação de terreno urbano mediante concorrência e da outras providências.

Lei Ordinária nº 2897/2019. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2900/2019. Autoriza o Município a fazer doação de lotes nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2932/2021. Ratifica protocolo de intenções firmado entre os municípios brasileiros com a finalidade de adquirir vacinas para combater à Pandemia do Coronavírus; medicamentos, insumos, equipamentos na área de saúde.

Lei Ordinária nº 2949/2021. Autoriza o executivo municipal a indenizar o cidadão Aivaldo Marcos Gonçalves por danos materiais sofridos em veículo de sua propriedade , em razão da responsabilidade civil objetiva do município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2950/2021. Autoriza o município de Dorés do Indaiá a receber em doação bem móvel que especifica, de propriedade de Vicente Martins da Cruz, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2951/2021. Autoriza o município de Dorés do Indaiá a receber em doação, bem móvel que especifica, adquirido pela Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Dorés do Indaiá Ltda - SICOOB COOPCREDI e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2992/2022. Autoriza o Executivo Municipal a indenizar o cidadão José Maria Bispo por danos materiais causados em veículo de sua propriedade, em razão da responsabilidade civil objetiva do município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2993/2022. Autoriza o município de Dorés do Indaiá a receber em doação, material de consumo que especifica, adquirido pela Indalabor Indaiá Laboratório Farmacêutico Ltda. E dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3001/2022. Desafeta área de 2.678,86 m² para fins de desmembramento para construção de quadra poliesportiva e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3003/2022. Autoriza o Poder Executivo a instituir campanha de incentivo à transferência de veículos automotores no município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais.

Lei Ordinária nº 3022/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar permissão de uso de imóvel público que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3030/2022. Autoriza o Executivo Municipal a indenizar o cidadão Wanderli Messias por danos materiais sofridos em veículo de sua propriedade, em razão da responsabilidade, em razão da responsabilidade civil objetiva do município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3031/2022. Autoriza o executivo municipal a indenizar a Cooperativa dos Produtores Rurais de Abaeté e Região Ltda. por danos materiais sofridos em veículo de sua propriedade, em razão da responsabilidade civil objetiva do município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3043/2022. Dispõe sobre os bens móveis de pequeno, médio e grande porte, maquinários e veículos abandonados em espaço público no âmbito do município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3047/2022. Concede incentivo para pagamento de aluguel a empresa que descreve, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3048/2022. Autoriza o município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais a doar ao estado de Minas Gerais, através da Secretaria do Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP bem móvel que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3055/2022. Altera a redação do parágrafo único do art. 2º da Lei Municipal nº. 3.001/2022 de 20 de abril de 2.022, que desafeta área de 2.678,86 m² para fins de desmembramento para construção de quadra poliesportiva e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3058/2022. Desafeta área de 1.550,00 m² para fins de desmembramento para abertura de vias públicas e dá outras providências

Lei Ordinária nº 3071/2023. Autoriza o município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais a doar ao estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP bem móvel que especifica e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Débora Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 3075/2023. Autoriza o poder executivo a instruir campanha de incentivo à transferência de veículos automotores no município de Dolores do Indaiá - Minas Gerais.

Lei Ordinária nº 3100/2023. Altera a redação o artigos 1º, da Lei Municipal nº 3.047, de 14 de setembro de 2022, que concede incentivo para pagamento de aluguel a empresa que descreve, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3102/2023. "Autoriza o executivo municipal a indenizar o cidadão Odilon Pinto da Cunha por danos materiais sofridos em veículo de sua propriedade, em razão da responsabilidade civil objetiva do município e dá outras providências."

Lei Ordinária nº 3124/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3132/2023. Altera a Lei nº 3.124/2023 que concede benefício através de doação de área de propriedade do município Dolores do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3133/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3134/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3135/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3137/2023. Autoriza a doação de terreno urbano do município de Dolores do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3138/2023. Autoriza a doação de terreno urbano do município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3142/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3143/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3144/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Débora Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 3145/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimentos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3146/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3147/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3148/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3149/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3150/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá - estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3151/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores de Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3152/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá - Estado de Minas Gerais que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3153/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3154/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3155/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3156/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 3157/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dorés do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3159/2023. Concede benefício através de doação de área de propriedade do município de Dorés do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3161/2024. Altera a redação do artigo 2º, da Lei Municipal nº 3.047, de 14 de setembro de 2022, que concede incentivo para pagamento de aluguel a empresa que descreve, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3162/2024. Autoriza o Poder Executivo a instituir campanha de incentivo à transferência de veículos automóveis do município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais.

Lei Ordinária nº 3163/2024. Desafeta área de 1.575,00 M² para fins de desmembramento para construção de creche infantil e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3167/2024. Autoriza o executivo municipal a indenizar o cidadão Jaimes Nata da Silva por danos materiais sofridos em veículos de sua propriedade, em razão da responsabilidade civil objetiva do município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3176/2024. Autoriza a doação de imóveis aos munícipes afetados pelo decreto nº 021/2022 após a conclusão do procedimento junto a COMPDEC e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3177/2024. Autoriza o Executivo Municipal a indenizar os cidadãos Lilian Kristina Coêlho, Caroline Silva Claudino, dioni William Palhares por danos materiais em seus veículos decorrentes da responsabilidade civil objetiva do município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3179/2024. Autoriza o Executivo Municipal a indenizar a cidadã Patrícia Daniela Ribeiro de Sousa por danos materiais em seu veículo decorrentes da responsabilidade civil objetiva do município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3185/2024. Autoriza o Executivo Municipal a indenizar os cidadãos Osmar Eudes da Silva e Wanderson Gonçalves por danos materiais em seus veículos decorrentes da responsabilidade civil objetiva do município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3206/2025. "Autoriza o Poder Executivo a instruir campanha de incentivo a transferências de veículos autômatos no município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais."

Lei Ordinária nº 3212/2025. "Autoriza o executivo municipal a indenizar a cidadã Valda Helena dos Santos por danos materiais em seu veículo decorrentes da responsabilidade civil objetiva do município e dá outras providências."



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 3213/2025. "Autoriza o executivo municipal a indenizar a cidadã Brenda Rafaela Mendonça Mendes por danos materiais em seu veículo decorrentes da responsabilidade civil objetiva do município e dá outras providências."

Lei Ordinária nº 3220/2025. Desafeta área de 15.441,96m² para fins de desmembramento para doação de lotes vinculados ao Programa Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3226/2025. Autoriza o Executivo Municipal a indenizar a cidadã Alexandra Mendes Vilaça por danos materiais em seu veículo decorrentes da responsabilidade civil objetiva do município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3241/2026. Autoriza o Poder Executivo a desafetar áreas públicas, bem como realizar afetação de áreas públicas para fins de compensação de área desafetada de forma que especifique, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3243/2026. "Autoriza o Poder Executivo a instituir campanha de incentivo de transferência de veículos automotores no município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais."

Lei Ordinária nº 3252/2026. Autoriza o Poder Executivo a alienar mediante licitação, imóveis de propriedade do município, no forma específica, bem como confere outras providências.

Resoluções (1)

Resolução nº 6/2025. Dispõe sobre a cessão de uso de equipamentos eletrônicos aos vereadores da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

10. Urbanismo, obras e posturas

São as regras de convivência na cidade: loteamentos, perímetro urbano, construções, calçamento, trânsito, comércio em via pública e o funcionamento dos espaços urbanos. O Código de Posturas, em lei complementar, é a referência central de polícia administrativa do Município.

O tema reúne 165 normas, editadas entre 1951 e 2025. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Leis complementares (1)

Lei Complementar nº 43/2014. Institui o Código de Posturas do Município de Dorés do Indaiá.

Leis ordinárias (163)



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 192/1951. Dispõe sobre construção de prédio para escola rural.

Lei Ordinária nº 193/1951. Autoriza a construção de pontes, bueiros e atêrros.

Lei Ordinária nº 202/1951. Autoriza a construção de uma estrada de automóvel.

Lei Ordinária nº 245/1951. Autoriza a construção da Estação Rodoviária.

Lei Ordinária nº 267/1952. Autoriza a construção de escola rural.

Lei Ordinária nº 338/1953. Autoriza o estudo de construção de rede de esgoto nesta cidade.

Lei Ordinária nº 343/1953. Autoriza o estudo para construção de um prédio para saúde desta prefeitura.

Lei Ordinária nº 358/1953. Dispõe sobre construção e conservação de ruas, praças e jardins.

Lei Ordinária nº 375/1953. Concede um auxílio para construção de uma balsa sobre o Rio Indaiá.

Lei Ordinária nº 408/1954. Regula o fechamento do comércio.

Lei Ordinária nº 987/1969. Contém denominação de praça nesta cidade.

Lei Ordinária nº 1014/1971. Autoriza venda de ações Petobrás.

Lei Ordinária nº 1115/1974. Contém denominação de praça em nossa cidade.

Lei Ordinária nº 1123/1974. A Câmara Municipal de Dorés do Indaiá decreta: Fica o Prefeito Municipal autorizado a executar serviços de calçamento poliédrico em ruas, Praças e Avenidas de nossa cidade, até o limite de 50.000 metros quadrados.

Lei Ordinária nº 1168/1976. Contém denominação de Praça na nossa cidade.

Lei Ordinária nº 1176/1976. Autoriza calçamento com bloquetes em vias públicas em nossa cidade.

Lei Ordinária nº 1178/1976. Contém denominação de praça em nossa cidade.

Lei Ordinária nº 1183/1976. Contém denominação de via pública em nossa cidade.

Lei Ordinária nº 1200/1977. Autoriza o executivo a celebrar convênio com o MOBREAL.

Lei Ordinária nº 1202/1977. Contém denominação de Praça em nossa cidade.

Lei Ordinária nº 1203/1977. Fixa horário de funcionamento do comércio.

Lei Ordinária nº 1204/1977. Institui o serviço de táxi e autoriza abertura de convênio.

Lei Ordinária nº 1212/1977. Autoriza ligação de via pública.

Lei Ordinária nº 1213/1977. Autoriza prosseguimento via pública e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1237/1977. Autoriza pagamento a Firiug Empreiteira de Terraplanagem e pavimentação Ltda. (EMTEP), e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1240/1978. Autoriza compra de um aparelho telefônico e suas ações e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1265/1979. Aprova planta de loteamento denominado vale do sol neste município.

Lei Ordinária nº 1338/1981. Aprova planta de loteamento denominado "Bairro Osvaldo Araújo".

Lei Ordinária nº 1342/1981. Contém autorização para calçamento poliédrico em vias públicas de nossa cidade.

Lei Ordinária nº 1355/1981. Aprova planta de loteamento de terreno vago pertencente à "Associação protetora da maternidade e infância" de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1361/1981. Dispõe sobre reajuste de preço de concessão por metro de terreno no cemitério municipal desta cidade.

Lei Ordinária nº 1368/1982. Autoriza a construção de uma rede de abastecimento d'água no bairro São José e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1370/1982. Contém denominação de Praça de Esportes em nossa cidade.

Lei Ordinária nº 1383/1982. Dá nova denominação à Praça de Esportes do Município de Dorés do Indaiá - MG.

Lei Ordinária nº 1388/1982. Dá nova denominação a via pública.

Lei Ordinária nº 1389/1982. Dá nova denominação a via pública.

Lei Ordinária nº 1409/1983. Nova denominação a via pública.

Lei Ordinária nº 1412/1983. Contém denominação ao cemitério municipal de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1413/1983. Nova denominação a via pública.

Lei Ordinária nº 1414/1983. Autoriza o Executivo Municipal a negociar com a Centrais Elétricas de Minas Gerais S/A (Cemig) para a execução de obras de eletrificação no Município e dá, outras providências.

Lei Ordinária nº 1418/1983. Contém denominação de praça.

Lei Ordinária nº 1431/1984. Aprova planta de prolongamento de loteamento denominado "Bairro Osvaldo de Araújo".

Lei Ordinária nº 1439/1984. Contém autorização para cobrança de calçamento poliédrico em via pública de nossa cidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Débora Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1443/1984. Autoriza o Executivo Municipal a negociar com a centrais elétricas de Minas Gerais S/A (Cemig) para a execução de Obras de Eletrificação no município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1461/1985. Autoriza o executivo municipal a exigir a construção de passeios vias públicas.

Lei Ordinária nº 1463/1985. Autoriza o executivo municipal a negociar com a companhia energética de Minas Gerais (CEMIG) para a execução de obras de eletrificação no município e, dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1464/1985. Autoriza o executivo município a cobrar preços para obras de calçamento de vias públicas.

Lei Ordinária nº 1468/1985. Dá ao atual campo de pouso de Dolores do Indaiá a denominação de Aeroporto Presidente Tancredo Neves.

Lei Ordinária nº 1477/1985. Contém denominação de praça.

Lei Ordinária nº 1488/1986. Autoriza o Executivo Municipal a negociar a negociar com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG a execução de obras de melhoramentos da iluminação pública no município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1507/1987. Dispõe sobre doação de um lote de terreno ao Estado de Minas Gerais para construção de um centro de saúde, nesta cidade e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1520/1988. Autoriza o Executivo municipal a negociar com a Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - a execução de obras de eletrificação no município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1523/1988. Dá denominação de Praça Dr. Joaquim Jorge de Carvalho a atual Praça Arthur Bernades nesta cidade.

Lei Ordinária nº 1531/1988. Autoriza o executivo municipal a negociar com a Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig a execução de obras de eletrificação no município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1533/1988. Dá denominação do nome do terminal rodoviário de passageiros, nesta cidade.

Lei Ordinária nº 1554/1989. Amplia Zona Urbana da cidade.

Lei Ordinária nº 1563/1989. Autoriza o Executivo Municipal a contratar com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, o fornecimento de energia elétrica.

Lei Ordinária nº 1568/1989. Autoriza a prefeitura municipal de Dolores do Indaiá a celebrar convênio com a Secretaria de Estado de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1577/1989. Contém aprovação do loteamento denominado "Osvaldo Soares Costa" requerido pela associação comunitária dos bairros Juiz de Fora, Rosário e Triângulo de Dorés do Indaiá, com área de 143.797, 80m²

Lei Ordinária nº 1585/1990. Aprova o loteamento denominado Walter Ude.

Lei Ordinária nº 1617/1990. Autoriza gastos para implantação do Sistema Informativo (Sistema On-line) de trânsito e identificação civil nesta cidade e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1635/1991. Altera denominação de Rua. Contém modificação de denominação de via pública.

Lei Ordinária nº 1638/1991. Contém obrigatoriedade de construção de passeios e fechamento de imóveis em divisas com as vias públicas e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1640/1991. Contém obrigatoriamente de conservação das Praças Públicas Municipais de dois em dois anos e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1646/1991. Dispõe sobre autorização para pavimentação asfáltica de via pública.

Lei Ordinária nº 1650/1991. Dispõe sobre indenização de Terreno usado para construção de obras da "COPASA - MG".

Lei Ordinária nº 1656/1991. Dispõe sobre construção de instalação de um sanitário público no Centro de Saúde.

Lei Ordinária nº 1678/1992. Autoriza despesas para execução de obras na E.E. Dr. Zacarias.

Lei Ordinária nº 1691/1992. Dá denominação à via pública no bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 1692/1992. Dá denominação à via pública no bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 1699/1992. Dá denominação à via pública no bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 1701/1992. Autoriza promover e executar reforma do prédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Lei Ordinária nº 1710/1993. Autoriza melhoramento e construção de benfeitorias e assinaturas de convênio privadas.

Lei Ordinária nº 1712/1993. Dispõe sobre requisitos para execução de calçamento nas vias públicas e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 1738/1993. Dá denominação à via pública do bairro Osvaldo Soares.

Lei Ordinária nº 1739/1993. Dá denominação à via pública do bairro Osvaldo Soares Costa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Débora Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1740/1993. Dá denominação à via pública no bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 1741/1993. Dá denominação à via pública no bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 1742/1993. Dá denominação à via pública no bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 1743/1993. Dá denominação à via pública no bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 1744/1993. Dá denominação à via pública no bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 1745/1993. Dá denominação à via pública no bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 1746/1993. Dá denominação à via pública no bairro Osvaldo Soares Costa, prestando homenagem póstuma ao ex-vereador José Lopes Cançado.

Lei Ordinária nº 1755/1994. Acrescenta parágrafo ao artigo 13º de regulamento do serviço de Táxi da Cidade de Dolores do Indaiá aprovada pela Lei nº 1.204, de 28 de maio de 1977.

Lei Ordinária nº 1773/1994. Dá nova denominação à via pública.

Lei Ordinária nº 1815/1996. Dá denominação a via pública, no bairro Vale do Sol.

Lei Ordinária nº 1852/1997. Contém "aprovação de loteamento urbano denominado "Loteamento Irmã Guimarães".

Lei Ordinária nº 1868/1997. Contém aprovação de Loteamento urbano na área e localização que menciona e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1892/1997. Contém autorização para o Chefe do Executivo promover execução de obras e serviços de recuperação de estradas intermunicipais comuns aos municipais de Dolores do Indaiá, e de Serra da Saudade, através de Consórcio entre dois município e dá disposições.

Lei Ordinária nº 1904/1998. Dá a denominação de Travessa Custódio Chaves a via pública que menciona.

Lei Ordinária nº 1916/1998. Dá denominação a via pública.

Lei Ordinária nº 1917/1998. Dá denominação de Praça Alexandre Lacerda Filho a Praça São Geraldo, na cidade de Dolores do Indaiá/MG.

Lei Ordinária nº 1931/1998. Dá a denominação de Rua Francisco José dos Santos - Gude - a via pública que menciona.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1932/1998. Dá a denominação de Rua Ayrton Sena, a via pública que menciona.

Lei Ordinária nº 1933/1998. Dá denominação de rua Dr. Aristóteles Correia Brandão, a via pública que menciona.

Lei Ordinária nº 1943/1999. Dá denominação de Travessa Everilda Alves Lopes, a via pública que menciona.

Lei Ordinária nº 1948/1999. Altera a denominação de via pública voltando a antiga denominação de Avenida Santa Cruz a atual Avenida Presidente Tancredo Neves.

Lei Ordinária nº 1954/1999. Dá a denominação de Rua Ayrton Sena a via pública que menciona.

Lei Ordinária nº 1955/1999. Dá denominação de Rua Dr. Aristóteles Correta Brandão a via pública que menciona.

Lei Ordinária nº 1957/1999. Dá atual praça situada em frente a "Capela São Geraldo" no bairro Osvaldo Soares Costa a denominação de "Praça Padre Luiz Bueno dos Santos" e determina outras providências.

Lei Ordinária nº 1960/1999. Autoriza ao Poder Executivo a conceder auxílio ou passagens para empregadas domésticas para coletivo no perímetro urbano.

Lei Ordinária nº 1968/1999. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 1976/2000. Dispõe sobre autorização do projeto de loteamento denominado "Bairros das Indústrias" e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1982/2000. Dá a denominação de Rua Dr. Darci Dias de Moura Oliveira a via Pública que menciona.

Lei Ordinária nº 2010/2001. Contém denominação de Quadra coberta de Dolores do Indaia/MG.

Lei Ordinária nº 2012/2001. Contém denominação para a popular Praça do Santuário.

Lei Ordinária nº 2069/2002. Dispõe sobre a Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2073/2003. Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder em regime de concessão os serviços de transporte Coletivo Urbano e Rural de Passageiros do Município de Dolores do Indaia e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2079/2003. Altera a Lei 2069/2002, que dispõe sobre a Contribuição para custeio dos serviços de Iluminação Pública, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2091/2003. Dá à atual Praça do Triângulo denominação de Praça MIGUEL MORAIS e determina outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2097/2003. Dispõe sobre a criação do Programa "Adote uma Praça" e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2106/2004. Autoriza o Poder Executivo Municipal a negociar com a Companhia Enegrética de Minas Gerais - CEMIG a execução de obras de eletrificação rural ou urbana, para atendimento a proprietário rurais ou urbanos, de baixa renda, no município.

Lei Ordinária nº 2139/2005. Dá nova denominação à atual Praça do Santuário, que passa a denominar-se PRAÇA PREFEITO MÁRIO CARNEIRO.

Lei Ordinária nº 2146/2005. Autoriza o Poder Executivo Municipal a regulamentar defronte a todas as escolas do município estacionamento destinado às peruas escolares.

Lei Ordinária nº 2200/2006. Dá denominação à Praça no município de Dores do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2223/2006. Dá denominação à Praça no Município de Dores do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2384/2010. Contém autorização para que o Poder Público Municipal faça doação da área 03 localizada na região do Matadouro Municipal.

Lei Ordinária nº 2385/2010. Contém autorização para que o Poder Público Municipal faça doação da área 04 na região do Matadouro Municipal.

Lei Ordinária nº 2386/2010. Contém autorização para que o Poder Público Municipal faça doação da área 02 na região do Matadouro Municipal.

Lei Ordinária nº 2407/2010. Contém autorização para que o Poder Público Municipal faça doação da área 05 localizada na região do Matadouro Municipal.

Lei Ordinária nº 2413/2011. Altera o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 1.976, de 11 de abril de 2000, que dispõe sobre autorização do projeto de loteamento denominado "Bairro das Indústrias".

Lei Ordinária nº 2441/2011. Contém autorização para que o Poder Público Municipal faça doação da área 01 localizada na região do Matadouro Municipal.

Lei Ordinária nº 2475/2012. Dá denominação à Praça no município de Dores do Indaiá

Lei Ordinária nº 2503/2013. Dá nova denominação à Praça no Município de Dores do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2541/2014. Dispõe sobre a expansão do perímetro urbano de Dores do Indaiá-MG.

Lei Ordinária nº 2546/2014. Dispõe sobre denominação de via pública urbana no Bairro Residencial Santa Cruz.

Lei Ordinária nº 2547/2014. Dispõe sobre denominação de via pública urbana no Bairro Residencial Santa Cruz.

Lei Ordinária nº 2548/2014. Dispõe sobre denominação de via pública urbana no bairro Residencial Santa Cruz.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2549/2014. Dispõe sobre denominação de via pública urbana no bairro Residencial Santa Cruz.

Lei Ordinária nº 2550/2014. Dispõe sobre denominação de via pública urbana no bairro Residencial Santa Cruz.

Lei Ordinária nº 2551/2014. Dispõe sobre denominação de via pública urbana no bairro Residencial Santa Cruz.

Lei Ordinária nº 2552/2014. Dispõe sobre denominação de via pública urbana no bairro Residencial Santa Cruz.

Lei Ordinária nº 2565/2014. Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais mototaxistas, motoboy e motofrete.

Lei Ordinária nº 2634/2015. Dispõe sobre denominação de Praça Pública.

Lei Ordinária nº 2686/2015. Institui a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP.

Lei Ordinária nº 2732/2017. Autorize pagamento de multas de trânsito aplicadas em veículos de propriedade do município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2754/2017. Torna obrigatória aos estabelecimentos bancários ou as instituições financeiras a utilização, em suas agências com caixas ou terminais eletrônicos de auto-atendimento, de película fumê ou de adesivo perfurado em portas e paredes de vidro voltadas para via pública, estacionamento ou outro local, assim com a instalarem geradores de neblina e portas ou grades de aço nas fechadas internas e/ou externas.

Lei Ordinária nº 2808/2018. Denomina Praça desta cidade de Dorés do Indaiá - MG

Lei Ordinária nº 2811/2018. Denomina Praça nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2855/2019. Estabelece possibilidade do agendamento de consultas á pacientes idosos e às pessoas portadoras de necessidades especiais já cadastradas nas unidades de saúde do Município de Dorés do Indaiá, por telefone e ou/ através das Agentes Comunitárias de Saúde.

Lei Ordinária nº 2860/2019. Regulamenta o Cemitério Municipal e dá outra providências.

Lei Ordinária nº 2870/2019. Dispõe sobre a aprovação de loteamento urbano que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2889/2019. Denomina-se Praça no município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2894/2019. Autoriza firmar termo de Parceria/Cooperação com a empresa Legaliza Brasil Regularização Fundiária LTDA e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2922/2020. Denomina Praça Pública

Lei Ordinária nº 2924/2020. Dispõe sobre denominação de Praça Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 3007/2022. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a OSEL - Obras Sociais e Educacionais de Luz, nos termos que especifica, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3041/2022. Autoriza o Poder Executivo a executivo a delegar, mediante licitação, concessão para exploração de serviço público de transporte coletivo de passageiros no município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3092/2023. "DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE AS OBRAS EM ANDAMENTO OU COM PRAZO DE EXECUÇÃO SUSPENSO NO MUNICÍPIO."

Lei Ordinária nº 3098/2023. "Denomina Praça de Futebol & Lazer Flávio Caboclo e dá outras providências."

Lei Ordinária nº 3119/2023. Proíbe a inauguração de obra pública não iniciada ou não concluída, institui o "Habite-se Especial" e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3121/2023. Dispõe sobre os critérios de denominação de ruas praças, monumentos, obras e edificações públicas no município de Dorés de Indaiá/MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3123/2023. Institui o Programa Minha Casa Melhor e autoriza a doação de materiais de construção do Município de Dorés do Indaiá do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3131/2023. Altera a Lei nº 2.2860/2019 que regulamenta o Cemitério Municipal e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3164/2024. Dasafeta área de 5.600 M² para construção de escola e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3170/2024. Denomina Praça de Skate Izabel Maria de Jesus (Izabel Abóbora).

Lei Ordinária nº 3172/2024. Regulamenta a propaganda volante e o uso de atividades sonoras no município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3173/2024. Altera a redação do parágrafo único do art. 2º do Regulamento de Serviço de Taxi de Dorés do Indaiá da Lei nº1.204, de 19 de agosto de 1.977 (que institui o serviço de Taxi e autoriza assinatura de Convênio).

Lei Ordinária nº 3189/2024. Denomina logradouro público como Rua Santos Dumont a atual Rua "A" localizada no bairro Aeroporto.

Lei Ordinária nº 3209/2025. Dá a denominação de Rua Deraldino Jorge da Silva a via pública que menciona.

Lei Ordinária nº 3210/2025. Altera a Lei Municipal nº 2860, de 1º de janeiro de 2019 que regulamenta o Cemitério Municipal e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 3223/2025. Dispõe sobre a proibição de estacionamento, durante as festividades da procissão da Festa da Congado e no desfile cívico-militar do município de Dorés do Indaiá, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3225/2025. Institui a obrigatoriedade de ações de conscientização sobre segurança no trânsito durante a realização de eventos municipais, com ênfase na prevenção da associação entre consumo de bebidas alcoólicas entre consumo de bebidas alcoólicas e direção, e dá outras providências.

Resoluções (1)

Resolução nº 4/2023. Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto na forma eletrônica para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá/MG.

11. Meio ambiente e saneamento

Reúne a legislação de proteção ambiental, saneamento básico, resíduos, abastecimento de água, arborização e bem-estar animal. Inclui as normas que dialogam com a COPASA e com o sistema municipal de meio ambiente.

O tema reúne 23 normas, editadas entre 1952 e 2021. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Leis ordinárias (23)

Lei Ordinária nº 266/1952. Autoriza a instalação de serviço de abastecimento de água na vila Comendador Viana.

Lei Ordinária nº 1470/1985. Contém posturas sobre o abate de animais para abastecimento de carnes.

Lei Ordinária nº 1558/1989. Autoriza a concessão dos serviços de abastecimento de água à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1593/1990. Que altera a Lei nº 1.558 de 28/08/89, e autoriza a concessão dos serviços de abastecimento de água à companhia de saneamento de Minas Gerais - COPASA-MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1639/1991. Proibi matança Clandestina de Animais para o fornecimento de carne "in natura" do Comércio.

Lei Ordinária nº 1885/1997. Autoriza a concessão de serviços urbanos de esgoto sanitário a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG e dá outras disposições.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1997/2001. Altera nomes da Secretarias Municipais de Saúde e Saneamento e da Secretaria Municipal do Comércio, Indústria e Eventos.

Lei Ordinária nº 2016/2001. Dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formação e aplicação e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2021/2001. Altera nomes das Secretarias Municipais de Saúde e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Saneamento e Sanitarismo, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2074/2003. Cria e regulamenta a Biblioteca Ambiental do Município de Dorés do Indaiá, denominada Sala Verde Onça, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2132/2005. Dispõe sobre autorização ao Senhor Prefeito para celebrar com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, termo de encontro de contas, parcelamento e reconhecimento de débitos e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 2157/2005. Contém autorização para o Chefe do Executivo promove junto a COPASA-MG, a incorporação do imóvel mencionada nesta Lei ao acervo que compõem o atual sistema municipal de esgoto junto a COPASA e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 2170/2005. Cria a área de proteção ambiental - APA - do Município de Dorés do Indaiá, regulamenta o uso e ocupação e o exercício de atividades pelo setor público e privado.

Lei Ordinária nº 2240/2007. Altera a Lei nº 2.137, de 1º de abril de 2005, modificando os seus arts. 2º e 5º quanto ao prazo para construir, implantar e funcionar Indústria de Ração Animal e Produtos Agrícolas.

Lei Ordinária nº 2249/2007. Contém a criação oficial do Programa "Jovens Protetores do Meio Ambiente" do Município de Dorés do Indaiá, autoriza o Chefe do Executivo a aplicar recursos destinados ao programa para pagamento de bolsas em ajuda de custeio a jovens participantes de constantes presenças no Programa, na forma que menciona esta Lei, e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 2363/2010. Dispõe sobre autorização para que o Poder Público Municipal realiza convênio com a CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais e COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais, no Centro Habitacional denominado "Residencial Santa Cruz"

Lei Ordinária nº 2502/2013. Ratifica acordos firmados pelo Município de Dorés do Indaiá com a COPASA.

Lei Ordinária nº 2658/2015. Dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Municipal e os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimento que produzam produtos de origem animal no Município de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2667/2015. Institui a Política Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2711/2016. Dispõe sobre as penalidades pela prática de maus tratos contra animais no Município.

Lei Ordinária nº 2824/2018. Autoriza o município a fazer doação de lixo reciclável.

Lei Ordinária nº 2895/2019. Dispõe sobre a política do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2936/2021. Institui o Programa Banco de Ração, Medicamentos e Utensílios para Animais, no município de Dores do Indaiá e dá outras providências.

12. Saúde

Normas sobre o sistema municipal de saúde: a relação com a Santa Casa de Misericórdia e com consórcios intermunicipais como o CIMINAS, campanhas, vigilância sanitária e as medidas adotadas em situações como a pandemia de coronavírus.

O tema reúne 38 normas, editadas entre 1979 e 2025. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Leis complementares (2)

Lei Complementar nº 46/2014. Acresce vagas de Agente Comunitário de Saúde na Lei Complementar nº 001 de 10 de abril de 2007.

Lei Complementar nº 106/2020. Cria vagas temporárias para atender às demandas excepcionais de saúde em decorrência do enfrentamento da COVID-19 enquanto perdurar a situação de emergências em saúde pública.

Leis ordinárias (36)

Lei Ordinária nº 1276/1979. Institui a vacinação obrigatória contra a febre aftosa e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1384/1982. Cria o órgão Municipal de Saúde.

Lei Ordinária nº 1483/1986. Autoriza o Prefeito Municipal a celebrar convênios, em geral, com repartições públicas e autarquias federais, estaduais ou municipais, relativos exclusivamente ao plano das AIS (Ações Integradas de Saúde).

Lei Ordinária nº 1494/1987. Autoriza o poder executivo municipal a assinar convênio com a Secretaria de Estado da Saúde.

Lei Ordinária nº 1503/1987. Autoriza a assinatura de convênio com o Estado de Minas Gerais, através da secretaria de Estado da Saúde.

Lei Ordinária nº 1659/1991. Autoriza assinatura de convênio com a Secretaria de Estado da Saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1686/1992. Autoriza assinatura de Convênio com a Secretaria de Estado da Saúde.

Lei Ordinária nº 1748/1993. Contém normas de Saúde pública e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1770/1994. Autoriza o Chefe do Executivo a firmar convênio com a Santa Casa de Misericórdia Dr. Zacarias, nos termos do artigo 40, XIII, da Lei Orgânica do município.

Lei Ordinária nº 1775/1995. Autoriza o Poder Executivo Municipal à participar do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto São Francisco e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2158/2005. Contém autorização legislativa para o Sr. Prefeito Municipal celebrar com a Santa Casa de Misericórdia "Dr. Zacarias" um convênio para atendimento médico-hospitalar em plantão.

Lei Ordinária nº 2184/2006. Cria o Programa de Saúde da Família - PSF no âmbito do município de Dorés do Indaiá - MG.

Lei Ordinária nº 2282/2007. Determina as Unidades de Saúde do Município de Dorés do Indaiá afixar lista dos medicamentos fornecidos gratuitamente através do SUS.

Lei Ordinária nº 2283/2007. Determina as Unidades de Saúde do Município de Dorés do Indaiá afixar lista dos medicamentos fornecidos gratuitamente através do SUS.

Lei Ordinária nº 2376/2010. Determina a Secretaria Municipal de Saúde de Dorés do Indaiá, MG, criar o serviço de Protocolo de todos os procedimentos a ela solicitados.

Lei Ordinária nº 2401/2010. Dispõe sobre alterações na Lei Municipal 2362/2010, corrigindo artigos com definições de setores que compõem a Secretaria Municipal de Saúde.

Lei Ordinária nº 2403/2010. Ratifica o protocolo de intenções firmado entre os municípios de Luz, Moema, Dorés do Indaiá, Arcos, Estrela do Indaiá, Córrego Fundo, Quartel Geral, Martinho Campos, Lagoa da Prata, Japaraíba e Tapiraí, com a finalidade de constituir o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto São Francisco - CISAF, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, visando a promoção de ações de Saúde Pública assistenciais entre outros serviços relacionados à saúde, em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS.

Lei Ordinária nº 2596/2014. Cria a Clínica Municipal de Fisioterapia, Reabilitação Motora e Ultrassonografia.

Lei Ordinária nº 2616/2014. Altera o inciso V da Cláusula Sétima do Protocolo de intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde.

Lei Ordinária nº 2653/2015. Autoriza a transferência de recurso financeiro na forma de contribuições à Santa Casa de Misericórdia Dr. Zacarias e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2715/2016. Dá denominação ao Posto de Saúde do Bairro Juiz de Fora.

Lei Ordinária nº 2792/2018. Denomina clínica municipal de odontologia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2799/2018. Autoriza o município a celebrar convênio com a Santa Casa de Misericórdia Dr. Zacarias e proceder ao repasse de recurso financeiro advindo do Estado.

Lei Ordinária nº 2810/2018. Ratifica a segunda alteração do Protocolo de Intenções consubstanciado em Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Ampliada Oeste para gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência - CIS-URG OESTE e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2829/2019. Dispõe sobre a divulgação da listagem de medicamentos disponíveis e em falta na Rede Municipal de Saúde e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2836/2019. Dispõe sobre a denominação do Posto de Saúde Familiar - PSF, localizado no bairro Triângulo.

Lei Ordinária nº 2854/2019. Dispõe sobre a informação aos idosos e aos portadores de necessidades especiais, gestantes e pessoas acompanhadas de criança de colo ao direito a atendimento preferencial em estabelecimento de saúde.

Lei Ordinária nº 2879/2019. Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula escolar na Creche, Escolas Públicas Municipal e Particulares no município de Dorés do Indaiá-MG.

Lei Ordinária nº 2947/2021. Autoriza o executivo municipal a indenizar o cidadão André Luis de Oliveira por danos materiais sofridos face a aquisição de medicamento e colar cervical, em razão da responsabilidade civil objetiva do município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3042/2022. Ratifica a terceira alteração do protocolo de intenções, consubstanciado em contrato de consórcio público do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Ampliada Oeste para gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência - CIS-URG Oeste e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3053/2022. Autoriza o município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais a conceder auxílio financeiro à estudante doutoranda Amanda Laureano Raso como incentivo ao desenvolvimento de pesquisas na área da Saúde e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3140/2023. Regula o processo administrativo de apuração de infração sanitária e aplicação de penalidades no âmbito da vigilância sanitária do município de Dorés do Indaiá-MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3198/2025. Determina que as unidades de saúde credenciais no Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do município de Dorés do Indaiá/MG, bem como as rede privada, ofereçam leito separado para mães de natimorto e as diagnosticadas com óbito fetal.

Lei Ordinária nº 3211/2025. "Aprova o contrato de Consórcio Público e o Estatuto Social do Consórcio Interfederativo Minas Gerais - CIMINAS, autorizando o ingresso do município de Dorés do Indaiá, Estado De Minas Gerais e da outras providências."



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 3227/2025. Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de filtros de purificação de água nos prédios públicos da área da saúde e da educação do município de Dorés do Indaiá/MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3231/2025. Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir o Programa +Saúde no campo, destinado à oferta de serviços de saúde itinerante e multiprofissional nas comunidades rurais do município, e dá outras providências.

13. Educação

Abrange a rede municipal de ensino, as creches, as caixas escolares, o magistério, o transporte escolar e os programas de apoio ao estudante. É a base normativa do serviço público que mais diretamente alcança as famílias do Município.

O tema reúne 67 normas, editadas entre 1950 e 2026. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Leis complementares (3)

Lei Complementar nº 5/2002. Contém o Estatuto do Pessoal do Magistério Público de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Complementar nº 10/2003. Altera o artigo 55 da Lei Complementar 005/2002 - Estatuto do Magistério - e dá outras providências.

Lei Complementar nº 6/2005. Estabelece o plano decenal de educação de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Leis ordinárias (64)

Lei Ordinária nº 164/1950. Cria o serviço de inspeção das escolas rurais.

Lei Ordinária nº 183/1951. Aumenta para C\$10.000,00 a subvenção anual concedida à Escola Técnica de Comércio São Luiz desta cidade.

Lei Ordinária nº 190/1951. Cria escolas rurais.

Lei Ordinária nº 379/1954. Cria escolas suburbanas.

Lei Ordinária nº 978/1968. Cria código para classificação das professoras rurais.

Lei Ordinária nº 1016/1971. Autoriza aumento de 10 (dez) bolsas escolares.

Lei Ordinária nº 1033/1971. Contém denominação de Escolas Municipais e outros lugares.

Lei Ordinária nº 1208/1977. Autoriza o executivo dorense, a efetuar pagamento a Campanha Nacional da Alimentação Escolar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1251/1978. Autoriza o Executivo municipal a assinar convênio ou ajuste com a Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução dos prédios escolares do Estado - CARPE.

Lei Ordinária nº 1287/1979. Altera denominação de Escola Rural.

Lei Ordinária nº 1420/1983. Fundação da Creche Menino Jesus e declara de utilidade pública municipal.

Lei Ordinária nº 1427/1983. Cria a creche municipal.

Lei Ordinária nº 1438/1984. Autorização de convênio com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais.

Lei Ordinária nº 1465/1985. Cria Escola Municipal Cornélio Caetano e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1467/1985. Autoriza o executivo municipal a assinar termo de compromisso e aplicar recursos da Secretaria de Estado de Educação (Coordenaria do Programa Estadual de Alimentação Escolar).

Lei Ordinária nº 1485/1986. Contém o estatuto do Pessoal do Magistério Municipal da Prefeitura de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1517/1988. Dispõe sobre doação de móveis da municipalidade para a Creche Menino Jesus e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1539/1989. Restabelece a existência da "Creche Menino Jesus" como órgão da administração municipal de Dorés do Indaiá - Minas Gerais e determina sobre a sua administração.

Lei Ordinária nº 1548/1989. Autoriza o Prefeito Municipal aposentar a funcionária Carmelita dos Santos Fiúza por tempo de serviços prestados como professora rural ao município.

Lei Ordinária nº 1559/1989. Dá denominação de "Professor Carvalho" à rua denominada de "Rua nº 1" no bairro da Mangueiras, zona sul desta cidade.

Lei Ordinária nº 1569/1989. Autoriza a prefeitura municipal de Dorés do Indaiá a celebrar convênio com a Secretaria de Estado da Educação do Estado de Minas Gerais.

Lei Ordinária nº 1632/1991. Declara de utilidade pública a Fundação Assistencial e Educacional de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1634/1991. Autoriza a assinatura de convênio com a secretaria de Estado da Educação e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1697/1992. Concede ajuda financeira a turma do 1º ano básico, nº 213, da Escola Estadual Francisco Campos, para excursão de caráter educativo e cultural.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1722/1993. Contém homologação de convênio com o Estado de Minas Gerais por intermédio de sua Secretaria da Educação.

Lei Ordinária nº 1747/1993. Autoriza o Poder Executivo a receber, em transferência a Escola Estadual que menciona.

Lei Ordinária nº 1751/1994. Autoriza a implantação do nível pré-escolar na rede municipal de ensino.

Lei Ordinária nº 1788/1995. Contém homologação de Convênio com o Ministério da Educação e do desporto.

Lei Ordinária nº 1789/1995. Contém homologação de convênio com o Ministério da Educação e do desporto.

Lei Ordinária nº 1791/1995. Extingue a Escola Municipal "Cornélio Caetano" criada pela Lei Municipal nº 1465 de 16 de Junho de 1985, bem com a Escola Municipal "São Luis" sucessora do Colégio Municipal São Luis, conforme Lei Municipal nº 1.663, de 06 de março de 1992, e, em consequência, em substituição a estes dois educandários cria o "Colégio Comercial Municipal Dorense, 1º e 2º graus.

Lei Ordinária nº 1819/1996. Autoriza assinatura de convênio com a Secretaria de Estado da Educação.

Lei Ordinária nº 1845/1997. Contém autorização para o Chefe do Executivo celebrar com a Secretaria de Estado de Educação convênio de municipalização e da manutenção do Ensino pré-escolar na turmas que menciona e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 1855/1997. Contém nova denominação do Colégio Comercial Municipal Dorense de Ensino Fundamental 5a. a 8a. e Ensino Médio de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1858/1997. Contém autorização para o Chefe do Executivo Municipal celebrar com a Secretaria de Estado da Educação convênio de municipalização e de manutenção de ensino escolar de primeiro grau das escolas de primeiro grau das escolas que menciona e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1881/1997. Revoga a Lei Municipal nº 1.817 de 09 de abril de 1996 e autoriza ao Executivo a conceder empréstimo de prédio escolar para funcionamento de Escola Politécnica agrícola.

Lei Ordinária nº 1887/1997. Autoriza assinatura de convênio com o Estado de Minas Gerais por intermédio de sua Secretaria de Estado da Educação e o município de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1900/1997. Contem autorização legislatura para aquisição por compra de imóvel urbano para fins de ampliação de setor de Educação precedida de avaliação e dá outras disposições.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1927/1998. Contém autorização para o executivo construir no meio rural, um prédio escolar na localidade denominada Fazenda Gerais.

Lei Ordinária nº 1939/1998. Contém modificação na forma para as matrículas, transferências e frequências, no ensino básico da rede municipal de ensino.

Lei Ordinária nº 1950/1999. Contém autorização para o Chefe do Executivo conceder ajuda de custos de mensalidades escolares ou bolsa de estudo parcial à alunos de curso de especialização profissionalizante de "auxiliar de enfermagem" ou correlato.

Lei Ordinária nº 1953/1999. Contém o Estatuto o Pessoal do Magistério da Rede Pública Municipal do Município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2008/2001. Institui o programa de garantia de renda mínima associada a ações sócio-educativas, e determina outras providências - bolsa escola.

Lei Ordinária nº 2018/2001. Altera a Lei 2008/2001, a qual instituiu o Programa de Garantia de Renda Mínima associada a ações sócio-educativas, e determinou outras providências - Bolsa Escola.

Lei Ordinária nº 2055/2002. Autoriza o Poder Executivo a assinar Convênio com a Fundação Educacional de Divinópolis - FUNEDI, unidade agregada à Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2087/2003. Institui o Programa Municipal de Orientação aos pais de alunos das escolas da rede pública municipal.

Lei Ordinária nº 2140/2005. Autoriza o Poder Público Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, criar uma Corporação Musical e o Coral em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino e nos CEPROMs.

Lei Ordinária nº 2301/2008. Dispõe sobre a realização de exames oftalmológicos nos alunos da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2378/2010. Regulamenta o uso de aparelhos de comunicação, pelos alunos, nas escolas municipais.

Lei Ordinária nº 2643/2015. Aprova o Plano Decenal Municipal de Educação PDME e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2648/2015. Dispõe sobre a criação e regulamentação da Banda de Música Municipal Professor Luiz Melgaço.

Lei Ordinária nº 2701/2016. Institui o Projeto "Escola Melhor" no Município de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2831/2019. Institui o programa de transporte escolar gratuito - PTEG no âmbito do município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2843/2019. Regulamenta o serviço de transporte escolar privado/particular no Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDALÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Débora Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2909/2020. Dá denominação à Creche Proinfância.

Lei Ordinária nº 2918/2020. Dispõe sobre a criação da ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR ZACARIAS e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2920/2020. Dispõe sobre a criação da ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DR. ZACARIAS e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2953/2021. Institui a semana municipal "Maria da Penha nas escolas" no município de Dolores do Indaiá/MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2990/2022. Autoriza o município de Dolores do Indaiá - Minas Gerais a fornecer transporte escolar para alunos do ensino do ensino superior e do ensino técnico-profissionalizante, público ou particular, fora da sede do município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3165/2024. Altera a Lei nº 2.999/2020 que: dá denominação à Creche Proinfância.

Lei Ordinária nº 3166/2024. Altera a Lei nº 2.920/2020 que: "Dispõe sobre a criação da Escola Municipal de Educação Infantil Dr. Zacarias e dá outras providências."

Lei Ordinária nº 3174/2024. "Altera a Lei nº 2.909/2.020 que: dá denominação à Creche Proinfância."

Lei Ordinária nº 3190/2024. Estabelece critérios que prioridade para ingresso de crianças nos Centros Municipais de Educação Infantil de Dolores do Indaiá/MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3205/2025. Proíbe execução de músicas e videoclipes com letras e coreografias que façam apologia ao crime, ao uso de drogas, ou expressem conteúdo verbais e não verbais de cunho sexual e erótico, nas unidades escolares da Rede de Ensino do município de Dolores de Indaiá-MG.

Lei Ordinária nº 3239/2026. "Altera a Emendas Impositivas destinadas a FAEDI - Fundação Assistencial e Educacional de Dolores do Indaiá constantes na Lei nº 3.232, de 29 de dezembro de 2.025."

14. Assistência social e direitos

São as normas de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade: criança e adolescente, idoso, pessoa com deficiência, mulher, programas de habitação popular e auxílios sociais. Estrutura a rede municipal do SUAS e as entidades parceiras.

O tema reúne 37 normas, editadas entre 1973 e 2026. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Leis complementares (2)



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Complementar nº 29/2013. Altera o Anexo II da Lei Complementar nº 02, de 10 de abril de 2007 e suas alterações posteriores.

Lei Complementar nº 112/2021. Confere status de Lei Complementar à Lei Municipal nº 2.787/2018, de 25 de maio de 2018, que cria e dispõe sobre o serviço de acolhimento institucional na modalidade abrigo institucional crianças e adolescentes no município de Dorés do Indaiá-MG e dá outras providências.

Leis ordinárias (33)

Lei Ordinária nº 1091/1973. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos do Excepcionais - APAE".

Lei Ordinária nº 1092/1973. Concede bolsas de estudos.

Lei Ordinária nº 1622/1991. Dispõe sobre autorização para reforma reconstrução e melhorias em casas residenciais de pessoas comprovadamente carentes e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1624/1991. Contém autorização para o Chefe do Executivo conceder ajuda financeira à Sra. Ana Maria de Jesus, pessoa carente e benfeitora do município.

Lei Ordinária nº 1627/1991. Dispõe sobre concessão de bolsas de estudos para alunos carentes.

Lei Ordinária nº 1670/1992. Dispõe sobre concessão financeira para pagamento de alugueis de moradia para o Dr. Delegado de Polícia da Comarca.

Lei Ordinária nº 1676/1992. Institui o ano de 1992 como Ano Municipal da Mulher, lança a campanha igualdade, cidadania e paz, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1776/1995. Dispõe sobre a organização da Assistência Social do Município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1808/1995. Revoga lei municipal nº 1.622 de 27 março de 1991, que dispõe sobre autorização para reforma, construções e melhorias em casa residenciais de pessoas comprovadamente carentes e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1859/1997. Dispõe sobre a política Municipal de Atendimento dos direitos da criança adolescente e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1908/1998. Autoriza o município proceder repasse de recursos a entidades e organizações de Assistência Social.

Lei Ordinária nº 2251/2007. Contém autorização legislativa ao Chefe do Executivo para conceder bolsas de estudo para ajuda financeira a alunos de PEDAGOGIA matriculados na Universidade Virtual de Minas Gerais - UVMG-DI e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2315/2009. Contém autorização Legislativa para o Poder Executivo conceder uma ajuda financeira ao Dispensário dos Pobres de Dorés do Indaiá-MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉ DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2324/2009. Institui o dia municipal do portador de necessidade especiais.

Lei Ordinária nº 2336/2009. Dispõe sobre o estabelecimento dos novos parâmetros relativos à política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2358/2010. Dispõe sobre autorização para que o Poder Público Municipal faça doação financeira ao Dispensário dos Pobres de Dorés do Indaiá/MG.

Lei Ordinária nº 2361/2010. Dispõe sobre autorização para que o Poder Público Municipal faça doação financeira ao Dispensário dos Pobres de Dorés do Indaiá/MG.

Lei Ordinária nº 2412/2011. Contém autorização para que o Sr. Prefeito Municipal de Dorés do Indaiá/MG faça doação financeira a ACCOM - Associação de Combate ao Câncer do Centro Oeste de Minas - Programa de assistência aos portadores de doenças oncológicas CNPJ 00.580.644/0001-04.

Lei Ordinária nº 2417/2011. Contém autorização para que o Sr. Prefeito Municipal de Dorés do Indaiá/MG faça doação financeira ao Dispensário dos Pobres de Dorés do Indaiá-MG CNPJ 16.742.793/0001-54.

Lei Ordinária nº 2425/2011. Contém autorização legislativa ao Chefe do Executivo para conceder bolsas de estudos para ajuda financeira a alunos de pedagogia matriculados no Universidade Virtual de Minas Gerais - UVMG-DI e outras disposições.

Lei Ordinária nº 2566/2014. Institui o Programa de Prevenção ao Alcoolismo e Desestímulo ao Consumo de Álcool entre os Adolescentes e Jovens.

Lei Ordinária nº 2603/2014. Cria benefícios e autoriza o custeio de suas despesas.

Lei Ordinária nº 2787/2018. Cria e dispõe sobre o serviço de acolhimento institucional na modalidade abrigo institucional crianças e adolescentes no município de Dorés do Indaiá/MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2793/2018. Denomina abrigo institucional para crianças e adolescentes no município de Dorés do Indaiá/MG.

Lei Ordinária nº 2821/2018. Dispõe sobre a disponibilização de brinquedos adaptados para crianças com deficiência em locais públicos e privados de lazer.

Lei Ordinária nº 2893/2019. Autoriza o município a celebrar Termo de Cooperação Mútua com o COGEMAS - MG, Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais.

Lei Ordinária nº 3054/2022. Autoriza o município de Dorés do Indaiá a conceder auxílio moradia emergencial aos proprietários e/ou possuidores de imóveis localizados na Rua Tapajós e na rua Sion, atingidos pelas chuvas ocorridas no estado de calamidade pública



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

que se encontram sob risco de desabamento e com a estrutura comprometida e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3120/2023. Institui o Estatuto Municipal da pessoa com deficiência e com necessidades especiais.

Lei Ordinária nº 3122/2023. Regulamenta a concessão de benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social do Município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3195/2025. Dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social do município de Dorés do Indaiá/MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3204/2025. Institui o Troféu Dona Branca - Mulheres que inspiram, no município de Dorés do Indaiá/MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3222/2025. Revoga integralmente a Lei Municipal nº 1.901, de 11 de dezembro de 1997, que autoriza o Poder Executivo a conceder ajuda financeira à Sra. Maria Barbosa Carneiro, em razão da cessação da situação de vulnerabilidade socioeconômica que justificava a concessão do benefício.

Lei Ordinária nº 3250/2026. Institui ações de prevenção, conscientização e combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes no município de Dorés do Indaiá/MG.

Resoluções (2)

Resolução nº 1/2007. Regulamenta as gravações eletrônicas e registros das reuniões plenárias da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, suas divulgações e dá outras providências.

Resolução nº 6/2007. Regulamenta as gravações eletrônicas e registros das reuniões plenárias da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, suas divulgações e dá outras providências.

15. Cultura, esporte e lazer

Reúne o apoio às manifestações culturais, como os Congados, às festas tradicionais, ao esporte amador e aos espaços de lazer, além do patrimônio histórico e cultural dorense.

O tema reúne 59 normas, editadas entre 1951 e 2026. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Leis ordinárias (59)

Lei Ordinária nº 205/1951. Concede subvenção à Sociedade Rádio Cultura de Dorés do Indaiá Ltda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉ DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1047/1971. Cria a biblioteca pública municipal e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1088/1973. Cria a Fundação de Cultura de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1089/1973. Aprova os estatutos da Fundação Casa de Cultura de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1302/1980. Contém autorização para execução de recuperação no Estádio Brasil, nesta cidade.

Lei Ordinária nº 1398/1983. Autoriza assinatura de convênio com o Estado de Minas Gerais para cessão da cadeia pública para ser instalada "A casa de Cultura de Dorés do Indaiá".

Lei Ordinária nº 1405/1983. Autoriza o Executivo Municipal a Assinar Convênio com a TURMINAS - Turismo Minas Gerais - e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1500/1987. Contém ajuda ao esporte dorense.

Lei Ordinária nº 1545/1989. Cria a casa de cultura do município de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1553/1989. Autoriza o Sr. Prefeito Municipal a conceder subvenções a clubes de futebol do Município.

Lei Ordinária nº 1560/1989. Dá a denominação de "José Ribeiro Machado" à Casa de Cultura de Dorés do Indaiá, criada pela Lei nº 1545 de 02 de março de 1989.

Lei Ordinária nº 1561/1989. Autoriza a Prefeitura Municipal de Dorés do Indaiá - MG a celebrar convênio com a Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1580/1989. Autoriza execução de reparos em muro no Estádio Oswaldo de Araújo.

Lei Ordinária nº 1594/1990. Concede ajuda financeira aos ternos participantes da Festa da Congada.

Lei Ordinária nº 1599/1990. Concede ajuda financeira aos ternos participantes da Festa da Congada.

Lei Ordinária nº 1629/1991. Dá denominação de Rua Tupiniquins a lateral do atual campo de futebol do Vila Nova Futebol Clube.

Lei Ordinária nº 1631/1991. Dá denominação de Rua Carajás a lateral do atual Campo de Futebol do Vila Nova Futebol Clube.

Lei Ordinária nº 1642/1991. Dispõe sobre a concessão de ajuda financeira aos 26 ternos participantes da Festa da Congada e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1643/1991. Autoriza a aquisição de Três Portas de Ferro para o Prédio da Associação da Congada de Nossa Senhora do Rosários e reforma em banheiros do mesmo prédio e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1671/1992. Dispõe sobre concessão de ajuda financeira ao "Dorense Futebol Clube" e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1672/1992. Dispõe sobre ajuda ao Indaiá Clube, para realização do Concurso Glamour Girl.

Lei Ordinária nº 1679/1992. Dispõe sobre a concessão de ajuda financeira aos 28 ternos participantes da Festa da Congada e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1684/1992. Concede ajuda financeira ao Dorense Futebol Clube para aquisição de material esportivo.

Lei Ordinária nº 1709/1992. Dispõe sobre ajuda financeira ao Rotary Club, desta cidade, para repasse ao Interact Club, desta cidade, para realização do festival do sorvete, a se realizar, nesta cidade no dia 06.12.1992, na AABB local.

Lei Ordinária nº 1757/1994. Declara de utilidade pública o Dorense Futebol Clube de Dorés do Indaiá-MG.

Lei Ordinária nº 1759/1994. Contém autorização para contratação de show artístico para realização da XXIV Exposição Agropecuária de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1760/1994. Declara de utilidade pública o Vila Nova Futebol Clube de Dorés do Indaiá/MG.

Lei Ordinária nº 1822/1996. Contem autorização para contratação de show artístico para realização da XXVI exposição agropecuária de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1870/1997. Contém autorização para prestação de ajuda financeira à Associação da Congada (o) de Dorés do Indaiá/MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1915/1998. Considera de utilidade pública Associação Clube Shalon Ronaldo Araújo Eventos Sociais e Culturais.

Lei Ordinária nº 1920/1998. Contém autorização par prestação de ajuda financeira à Associação da Congada de Dorés do Indaiá/MG e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 1944/1999. Contem autorização para o poder executivo conceder auxílio financeiro a Liga Municipal de Esportes.

Lei Ordinária nº 1951/1999. Contém autorização para prestação de ajuda financeira a Associação da Congada(o) de Dorés do Indaiá/MG, e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 1985/2000. Contém autorização para subvenção à associação da congada(o) de Dorés do Indaiá/MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2011/2001. Contém denominação do Ginásio Poliesportivo de Dorés do Indaiá-MG.

Lei Ordinária nº 2037/2002. Declara de utilidade pública municipal a liga municipal de desportos de Dorés do Indaiá e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2113/2004. Contém autorização para que o Chefe do Executivo assine Convênio com a Liga Municipal de Desportos de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2119/2004. Contém autorização para que o Chefe do Executivo assine convênio com o clube Zacarias Futebol Clube em Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2159/2005. Contém autorização legislativa para o Sr. Prefeito Municipal conceder ajuda financeira para a Associação da CONGADA de Dorés do Indaiá, MG.

Lei Ordinária nº 2183/2005. Estabelece a proteção do Patrimônio Cultural de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2213/2006. Contém autorização Legislativa ao Executivo para conceder uma ajuda financeira ao Zacarias Futebol Clube para o mesmo aplicar no pagamento de um treinador esportiva para a escolinha do Clube "Zacarias Futebol Clube".

Lei Ordinária nº 2214/2006. Contém autorização Legislativa para o Poder Executivo conceder uma ajuda financeira ao Sindicato Rural do município de Dorés do Indaiá - MG, para sua promoção da 41ª Exposição Agropecuária de Dorés do Indaiá-MG.

Lei Ordinária nº 2256/2007. Estabelece normas de proteção do patrimônio histórico e cultural do Municipal de Dorés do Indaiá-MG.

Lei Ordinária nº 2300/2008. Contém autorização Legislativa para o Poder Executivo conceder uma ajuda financeira ao Sindicato Rural do município de Dorés do Indaiá - MG, para sua promoção da 43ª Exposição Agropecuária de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2397/2010. Estabelece as normas de proteção do Patrimônio Cultural do Município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2575/2014. Dispõe sobre a implantação do Certificado Amigo do Esporte no Município.

Lei Ordinária nº 2817/2018. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2866/2019. Autoriza o município a fazer Associação dos Congadeiros da Comunidade São Geraldo e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2923/2020. Tomba com Patrimônio Cultural e Histórico do Município de Dorés do Indaiá - MG

Lei Ordinária nº 3008/2022. Dispõe sobre a criação da semana municipal de agricultura, pecuária e sustentabilidade no município de Dorés do Indaiá/MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3040/2022. Cria a Medalha "Flor do Congado" no âmbito do Município de Dorés do Indaiá e regulamenta sua concessão.

Lei Ordinária nº 3050/2022. Altera a redação do art. 2º, art. 5º e seu parágrafo único da Lei nº 3.040/2022 que: cria a medalha Flor do Congado no âmbito do município de Dorés do Indaiá e regulamenta sua concessão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 3187/2024. Altera a redação do art. 2º da Lei nº 3.040/2022, que "Cria medalha Flor do Congado no âmbito do município de Dorés do Indaiá regulamenta sua concessão."

Lei Ordinária nº 3219/2025. Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo conceder apoio financeiro a atletas de rodeio que representem o município em competições oficiais e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3221/2025. Institui e inclui no calendário oficial de eventos o município de Dorés do Indaiá/MG a "Semana Municipal do Esporte" e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3224/2025. Dispõe sobre a disponibilização gratuita de transporte municipal para alunos e atletas que representem Dorés do Indaiá em eventos esportivos e culturais, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3242/2026. "Altera a emendas impositivas consignadas à secretaria municipal de esportes, cultura, lazer, eventos e turismo, destinados ao apoio de competidores de rodeio, constantes na Lei nº 3.232, de 29 de dezembro de 2.025."

Lei Ordinária nº 3244/2026. "Autoriza o Município de Dorés do Indaiá a associar-se à instância de governança regional de turismo lago três marias, revoga a Lei Municipal nº 2.822/2018, e dá outras providências"

Lei Ordinária nº 3247/2026. Altera a Lei Municipal nº 3.040/2022, que "cria a medalha Flor do Congado", para ampliar o número de homenagens, redefinir critérios de indicação da medalha e estabelecer novos procedimentos."

16. Desenvolvimento econômico

Normas de fomento à economia local: programas de emprego e renda, incentivo à instalação de indústrias e empresas e apoio ao produtor rural.

O tema reúne 12 normas, editadas entre 1971 e 2026. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Leis complementares (2)

Lei Complementar nº 20/2013. Institui o estatuto municipal da microempresa, do microempresa, do micro empreendedor individual e da empresa de pequeno porte do Município de Dorés do Indaiá/MG.

Lei Complementar nº 178/2026. Autoriza a doação onerosa de imóvel público municipal à empresa MRX Administração e Negócios LTDA, nos termos do Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico - PRODEDI, e dá outras providências.

Leis ordinárias (10)



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Débora Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1015/1971. Autoriza emprego de máquinas da Prefeitura em serviços públicos ou particulares.

Lei Ordinária nº 1086/1973. Autoriza emprego de máquinas da Prefeitura em Serviços Públicos ou Particulares.

Lei Ordinária nº 1756/1994. Autoriza o executivo municipal a patrocinar a presença de associados da ACIDI - Associação Comercial e Industrial de Dolores do Indaiá na 5ª feira de Artesanato no Minas Centro em Belo Horizonte.

Lei Ordinária nº 2101/2004. Substitui área verde situada no bairro das Indústrias e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2526/2013. Contém autorização para que o Chefe do Executivo faça Doação de até 30 caminhões de Brita à empresa que especifica.

Lei Ordinária nº 2673/2015. Cria incentivos e benefícios de fomento à Indústria e Comércio do Município de Dolores do Indaiá/MG.

Lei Ordinária nº 2935/2021. Dispõe sobre a instituição do Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico de Dolores do Indaiá (PROEDI), cria a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico (CMDE) e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2937/2021. Dispõe sobre o Programa Primeiro Emprego, no âmbito do município de Dolores do Indaiá/MG, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2945/2021. Cria o Programa Mais Emprego e Renda e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3068/2022. Concede benefício através de doação de fração ideal de área de propriedade do município de Dolores do Indaiá - Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

17. Conselhos e fundos municipais

Os conselhos municipais são órgãos de participação da sociedade no controle das políticas públicas, e os fundos são contas específicas que financiam essas políticas. Este eixo reúne as leis que criam e organizam ambos, da saúde à criança e ao adolescente.

O tema reúne 41 normas, editadas entre 1985 e 2023. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Leis ordinárias (41)

Lei Ordinária nº 1479/1985. Cria o conselho municipal de Educação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉ DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1715/1993. Autoriza o poder executivo a contratar parcelamento (ou reparcelamento) de dívida para com o fundo de garantia do tempo de serviço - FGTS e dá outras providências correlatas.

Lei Ordinária nº 1724/1993. Institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1725/1993. Institui o fundo municipal de saúde e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1750/1994. Altera, em parte, a Lei Municipal nº 1.724, de 05 de julho de 1993, que institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1785/1995. Cria o Conselho de Alimentação Escolar e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1786/1995. Cria o Fundo Municipal de Assistência Social e Normaliza o seu funcionamento.

Lei Ordinária nº 1860/1997. Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR - e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1867/1997. Revoga as leis municipais nºs 1724/93 e 1750/94, cria e estabelece normas de funcionamento do Conselho Municipal de Saúde - CMS do município de Dorés do Indaiá/ MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1871/1997. Contém disposição sobre a criação de Conselho Municipal de Acompanhamento e controle Social do Fundo Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e valorização de Magistério.

Lei Ordinária nº 1921/1998. Dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização.

Lei Ordinária nº 1970/1999. Cria o Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1971/1999. Institui o fundo municipal de assistência social e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1974/2000. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação no município de Dorés do Indaiá, MG, e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 1986/2000. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2007/2001. Estabelece proteção ao Patrimônio Cultural do Município de Dorés do Indaiá, autoriza o Poder Executivo instituir o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Dorés do Indaiá e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2017/2001. Altera a Lei nº 1986/2000 passando a denominação de CODEMA (Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental) para COMADI (Conselho Municipal do Desenvolvimento Ambiental de Dorés do Indaiá), e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2068/2002. Cria o Conselho Municipal dos Direitos da mulher e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2136/2005. Reestrutura o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE de Dorés do Indaiá - MG.

Lei Ordinária nº 2155/2005. Contém reestruturação do Conselho Municipal de Saúde do Município de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2169/2005. Reestrutura o Conselho de Alimentação Escolar - CAE no município de Dorés do Indaiá - MG, e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 2221/2006. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.

Lei Ordinária nº 2222/2006. Dispõe sobre a POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO RESPONSÁVEL, o Sistema Municipal de Turismo, o funcionamento das atividades e Empreendimentos Turísticos, o Fundo Municipal de Turismo e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2254/2007. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Conselho do FUNDEB.

Lei Ordinária nº 2308/2008. Reestrutura o Conselho Municipal de Educação de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2328/2009. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Habitação de Dorés do Indaiá - MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2337/2009. Altera a Lei Municipal nº 1.970 de 23 de dezembro de 1.999, que criou o Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2353/2009. Institui o Fundo Municipal de Cultura e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2398/2010. Cria o Conselho Municipal de Esporte e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2483/2013. Cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2555/2014. Fundo Municipal de Saúde - FMS do Município de Dorés do Indaiá - MG.

Lei Ordinária nº 2557/2014. Fica autorizada a criação do Conselho e o Fundo Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável - CONREDES.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2562/2014. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social.

Lei Ordinária nº 2598/2014. Cria o Conselho e o Fundo Municipal de Esporte.

Lei Ordinária nº 2716/2016. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento Básico e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2890/2019. Reestrutura o Conselho de Alimentação Escolar - CAE no município de Dorés do Indaiá - MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2916/2020. Institui o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural - FUMPAC - e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2931/2021. Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação - Conselho do Fundeb, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma de Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2938/2021. Institui o Conselho Municipal do Idoso e o fundo municipal dos direitos da Pessoa Idosa do Município de Dorés do Indaiá-MG.

Lei Ordinária nº 3110/2023. Regulamenta o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS, o Conselho Gestor do FHIS e revoga a lei nº 2328, de 08 de julho de 2009.

Lei Ordinária nº 3114/2023. Altera o art. 2º e inciso V do art. 3º da Lei Municipal nº 2890/2019 que reestrutura o Conselho de Alimentação Escolar - CAE no município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

18. Convênios, parcerias e subvenções

Tratam das parcerias do Município com entidades, associações, consórcios e outros entes: convênios, subvenções sociais, termos de fomento e colaboração. É o eixo que dá base jurídica ao repasse de recursos públicos a organizações da sociedade civil.

O tema reúne 154 normas, editadas entre 1953 e 2025. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Leis ordinárias (153)

Lei Ordinária nº 352/1953. Dispõe sobre distribuição de subvenção ordinária no exercício de 1954.

Lei Ordinária nº 1000/1969. Concede subvenção.

Lei Ordinária nº 1005/1969. Concede autorização para assinar convênio.

Lei Ordinária nº 994/1969. Concede subvenção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 995/1969. Concede subvenção.

Lei Ordinária nº 998/1969. Concede subvenção.

Lei Ordinária nº 999/1969. Concede subvenção.

Lei Ordinária nº 1013/1970. Contém autorização para assinatura de convênio.

Lei Ordinária nº 1026/1971. Autoriza assinatura de convênio entre a secretaria da receita federal e a prefeitura de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1043/1971. Contém aumento de subvenção.

Lei Ordinária nº 1060/1972. Aprova ajuda financeira do Cartório Eleitoral da Comarca.

Lei Ordinária nº 1079/1973. Contém ajuda financeira.

Lei Ordinária nº 1105/1974. Contém ajuda financeira ao Sindicato Rural de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1128/1974. Autoriza concessão de subvenções e auxílios.

Lei Ordinária nº 1132/1975. Contém autorização para assinatura de Convênio entre a prefeitura municipal de Dorés do Indaiá e a Associação de Crédito e Assistência Rural.

Lei Ordinária nº 1151/1975. Autoriza concessão de subvenções e auxílios.

Lei Ordinária nº 1170/1976. Contém autorização para assinatura de convênio.

Lei Ordinária nº 1198/1977. Autoriza o chefe do executivo municipal a assinar convênio com a EMATER.

Lei Ordinária nº 1221/1977. Autoriza assinatura de convênio com o Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1222/1977. Concede auxílio financeiro à primeira comissão municipal de Dorés do Indaiá para implantação da "TV Globo" em Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1234/1977. Autoriza concessão de subvenção e auxílios.

Lei Ordinária nº 1238/1977. Autoriza a assinatura de convênio com o Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1252/1978. Concede auxílio financeiro a primeira Comissão Municipal de Dorés do Indaiá para implantação da "TV Globe" em Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1275/1979. Autoriza assinatura de convênio com o Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1288/1979. Contém auxílio financeiro.

Lei Ordinária nº 1351/1981. Contém autorização para pagamento de subvenção à EMATER.

Lei Ordinária nº 1358/1981. Autoriza a concessão de subvenções e auxílios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1363/1982. Autoriza o executivo municipal a assinar convênio com a Secretaria de Estado do Interior e Justiça e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1378/1982. Autoriza a concessão de subvenção e auxílios.

Lei Ordinária nº 1390/1982. Contém ajuda financeira aos proprietários nos ônibus que fazem a linha suburbana de nossa cidade.

Lei Ordinária nº 1446/1984. Autoriza a participação do município de Dorés do Indaiá na Associação dos municípios da micro região Alto São Francisco e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 1458/1985. Autoriza o executivo municipal a firmar convênio com o IPSEMG para instalação de um posto no município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1475/1985. Autoriza conceder subvenções e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1487/1986. Contém aprovação de convênio.

Lei Ordinária nº 1502/1987. Autoriza o poder executivo a formar convênio com o IPSEMG para instalação de uma agência na cidade e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 1511/1987. Autoriza conceder subvenções e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1515/1988. Autoriza o executivo a firmar convênio com a Secretaria de Assuntos Municipais do Estado de Minas Gerais e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1521/1988. Autoriza a assinatura de convênio com o DER/MG e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1525/1988. Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Secretaria de assuntos municipais do Estado de Minas Gerais e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1543/1989. Autoriza a concessão de subvenção social a Corporação Musical Prof. Luis Melgaço.

Lei Ordinária nº 1564/1989. Autoriza assinatura de Convênio, cessão de imóveis e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1584/1990. Autoriza a prefeitura municipal de Dorés do Indaiá a celebrar convênio com a Secretaria de Estado de Assuntos Municipais do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1586/1990. Autoriza ajuda financeira à Loja Maçônica Luz, amor e vida 44 de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1590/1990. Autoriza ajuda financeira à entidades esportivas.

Lei Ordinária nº 1597/1990. Autoriza assinar convênio.

Lei Ordinária nº 1602/1990. Autoriza a prefeitura Municipal de Dorés do Indaiá a celebrar Convênio com a Secretaria de Estado da Casa Civil do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1616/1990. Dispõe sobre concessão de subvenção social à Sociedade São Vicente de Paulo.

Lei Ordinária nº 1628/1991. Autoriza ajuda financeira a entidade esportivas.

Lei Ordinária nº 1647/1991. Dispõe sobre ajuda financeira a entidades esportiva.

Lei Ordinária nº 1654/1991. Dispõe sobre ajuda financeira.

Lei Ordinária nº 1680/1992. Autoriza ajuda financeira.

Lei Ordinária nº 1681/1992. Autoriza ajuda financeira para festividades de formatura.

Lei Ordinária nº 1682/1992. Autoriza ajuda financeira.

Lei Ordinária nº 1690/1992. Autoriza ajuda financeira.

Lei Ordinária nº 1693/1992. Autoriza ajuda financeira.

Lei Ordinária nº 1694/1992. Autoriza ajuda financeira.

Lei Ordinária nº 1698/1992. Concede ajuda financeira.

Lei Ordinária nº 1704/1992. Autoriza ajuda financeira.

Lei Ordinária nº 1713/1993. Autoriza o poder executivo a celebrar convênio e contrato para implantação e efetivação do programa de mecanização agrícola e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1718/1993. Autoriza o executivo municipal a firmar convênio com a Fundação Rural - Colonização e Desenvolvimento Agrário - Rural Minas, para regularização de terrenos urbanos.

Lei Ordinária nº 1737/1993. Autoriza despesas feitas pelo município, perante convênio firmado com o Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA.

Lei Ordinária nº 1752/1994. Autoriza o Chefe do Executivo a assinar convênio com a EMATER-MG, nos termos da Lei Orgânica do município, artigo 40, XIII.

Lei Ordinária nº 1753/1994. Autoriza o Chefe do Executivo a firmar convênio com Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA, nos termos da Lei Orgânica, artigo 40, XIII.

Lei Ordinária nº 1758/1994. Concede subvenção social.

Lei Ordinária nº 1762/1994. Autoriza o Chefe do Executivo a assinar convênio com a TELEMIG-MG, nos termos da Lei Orgânica do município, artigo 40, XIII.

Lei Ordinária nº 1764/1994. Autoriza o Chefe do Executivo a assinar convênios com a superintendência nacional de abastecimento, SUNAB, nos termos da Lei Orgânica do Município artigo 40, XIII.

Lei Ordinária nº 1780/1995. Concede subvenção social.

Lei Ordinária nº 1782/1995. Autoriza assinatura de convênio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1783/1995. Autoriza assinatura de convênio.

Lei Ordinária nº 1784/1995. Concede subvenção social.

Lei Ordinária nº 1787/1995. Autoriza assinatura de convênio.

Lei Ordinária nº 1794/1995. Autoriza o executivo a contratar com a CEMIG.

Lei Ordinária nº 1798/1995. Autoriza assinatura de Convênio com a Cemig.

Lei Ordinária nº 1813/1996. Autoriza assinatura de convênio com a SEIC.

Lei Ordinária nº 1823/1996. Concede subvenção social.

Lei Ordinária nº 1872/1997. Contém autorização para o Executivo prestar ajuda financeira ao Sindicato Rural de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1874/1997. Contém autorização de ajuda financeira para os times de futebol que menciona e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 1875/1997. Dispõe sobre autorização legislativa para o Poder Executivo Municipal celebrar convênio com o serviço de apoio as micro e pequenas empresas de Minas Gerais - SEBRAE - MG.

Lei Ordinária nº 1883/1997. Autoriza assinatura de convênio com a Setascad para implantação de posto de atendimento do SINE/MG.

Lei Ordinária nº 1884/1997. Contém autorização ao Chefe do Executivo para celebrar convênio da unidade da administração fazendária do Estado de Minas Gerais AF - de Dorés do Indaiá, para informatização parcial.

Lei Ordinária nº 1888/1997. Contém autorização Legislativa para o município filiar à Associação dos Municípios de Microregião do Alto São Francisco - AMASF.

Lei Ordinária nº 1930/1998. Autoriza celebração de convênio com o Estado de Minas Gerais.

Lei Ordinária nº 1937/1998. Contém autorização para o Prefeito Municipal celebrar convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e fazer, através do convênio a doação de 03 (três) impressoras computadores.

Lei Ordinária nº 1940/1998. Autoriza a firmar convênio com a Fundação Rural Mineira, Colonização e Desenvolvimento Agrário - Ruralismo e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1973/1999. Autoriza assinatura de Convênio, cessão de imóveis e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1989/2000. Autoriza a concessão de subvenção social e auxílio financeiro.

Lei Ordinária nº 2024/2001. Concede subvenção social.

Lei Ordinária nº 2033/2002. Autoriza a concessão de subvenção social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2064/2002. Autoriza o Executivo Municipal a assinar convênio com o IPSEMG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2072/2003. Autoriza a assinatura de Convênio com a Secretaria Estadual de Estado da Fazenda, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2083/2003. Autoriza a adotar contribuição adicional, altera a Lei 1973/200 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2121/2004. Autoriza o Poder Executivo a subvencionar a Cooperativas das Costureiras Autônomas de Dorés do Indaiá Ltda. e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2133/2005. Autoriza ao Prefeito Municipal de Dorés do Indaiá a celebrar com a Associação dos Municípios da Micro Região do Alto São Francisco - AMASF, um convênio que objetiva a conjunção de esforços entre as partes e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 2138/2005. Contém autorização ao Prefeito Municipal para conceder ajuda financeira aos estudantes de nível superior e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 2172/2005. Autoriza o município de Dorés do Indaiá a celebrar convênio com o Estado de Minas Gerais, com objetivo de ingressar e participar do Programa Máquinas para o Desenvolvimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2173/2005. Complementa a Lei Municipal nº 2.149 de 30 de maio de 2005 e contém outras disposições em relação ao Convênio celebrado pelo município com a Empresa Industrial FIEST LINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, para implantação de atividades da promoção industrial na cidade.

Lei Ordinária nº 2182/2005. Autoriza concessão de subvenções sociais e auxílios financeiros para o exercício de 2006.

Lei Ordinária nº 2185/2006. Contém autorização legislativa para celebração de convênio para parceria do município com empresa privada no Plano de Expansão Industrial para geração de empregos.

Lei Ordinária nº 2205/2006. Autoriza o Poder Executivo do Município de Dorés do Indaiá a celebrar convênio com Estado de Minas Gerais, com o objetivo de ingressar e participar do Programa Máquinas para o Desenvolvimento e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 2259/2007. Ratifica de intenções firmado pelo município de Dorés do Indaiá com os municípios de Abaeté, Estrela do Indaiá, Luz, Morada Nova de Minas e de Quartel Geral, datado de 07 de maio de 2007, com a finalidade criar o Consórcio Intermunicipal de Serviços de Engenharia e Máquina - CISEM e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2287/2008. Altera os prazos de benefícios fiscais previstos na Lei 2.219/2006 que autoriza Convênio do Município com a empresa Via Vip Calçados Ltda.

Lei Ordinária nº 2334/2009. Autoriza o Executivo Municipal a filiar-se e firmar convênio com a Associação do Circuito Turístico Caminhos do Indaiá e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2335/2009. Ratifica a alteração do Protocolo de Intenções firmado pelo município de Dorés Do Indaiá com os municípios de Abaeté, Estrala do Indaiá, Leandro Ferreira, Luz, Morada Nova de Minas e Quartel Geral datada de 12 agosto de 2009 do Consorcio Intermunicipal de Engenharia e Máquinas - Cisem e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2359/2010. Ratifica a segunda alteração do protocolo de intenções firmado pelo Município de Dorés do Indaiá com os municípios de Abaeté, Estrela do Indaiá, Leandro Ferreira, Luz e Quartel Geral, datada de 05 de Janeiro de 2010, do Consórcio Intermunicipal de Serviços de Engenharia e Máquinas - CISEM e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2380/2010. Autoriza a concessão de auxílio financeiro na forma de contribuição a entidade que especifica.

Lei Ordinária nº 2382/2010. Autoriza concessão de auxílio financeiro na forma de contribuições a entidade que especifica.

Lei Ordinária nº 2383/2010. Autoriza concessão de auxílio financeiro na forma de contribuições a entidade que especifica.

Lei Ordinária nº 2405/2010. Autoriza concessão de subvenções sociais e auxílios financeiros para o exercício de 2011.

Lei Ordinária nº 2450/2011. Autoriza a concessão de subvenções e auxílios financeiros para o exercício de 2012.

Lei Ordinária nº 2455/2012. Contém autorização para que o Poder Público Municipal faça convênio com a Cooperativa Regional Agropecuária e Agroindustrial do Centro-Oeste de Minas Gerais Ltda - COOPCARDI.

Lei Ordinária nº 2469/2012. Altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 2.455 de 12 de março de 2012, que dispõe sobre convênio firmado entre o Poder Público Municipal e a Cooperativa Regional Agropecuária e Agroindustrial do Centro Oeste de Minas Gerais LTDA - COOPCARDI.

Lei Ordinária nº 2477/2012. Altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 2.455, de 12 de março de 2012, que dispõe sobre o convênio firmado entre o Poder Público Municipal e a Cooperativa Regional Agropecuária e Agroindustrial do Centro Oeste de Minas Gerais LTDA - COOPECARDI.

Lei Ordinária nº 2478/2012. Autoriza concessão de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros para o Exercício de 2013.

Lei Ordinária nº 2491/2013. Ratifica a terceira alteração do Protocolo de Intenções firmado pelo município de Dorés do Indaiá com os municípios de Abaeté, Cedro do Abaeté, Estrela do Indaiá, Leandro Ferreira, Luz, Morada Nova de Minas e Quartel Geral, datada de 28 de fevereiro de 2013, do Consórcio Intermunicipal de Serviços de Engenharia e Máquinas - CISEM.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2532/2013. Autoriza concessão de subvenções sociais, contribuições e auxílio financeiros para o exercício de 2014.

Lei Ordinária nº 2535/2014. Ratifica o Protocolo de Intenções firmado pelo município de Dorés do Indaiá com a finalidade de constituir um Consórcio Público, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

Lei Ordinária nº 2564/2014. Autoriza celebrar convênio com a EMATER.

Lei Ordinária nº 2568/2014. Autoriza celebrar convênio com o Instituto Estadual de Florestas - IEF.

Lei Ordinária nº 2578/2014. Ratifica o Protocolo de intenções firmado pelo Município de Dorés do Indaiá-MG com a finalidade de constituir um Consórcio Público.

Lei Ordinária nº 2582/2014. Ratifica a quarta alteração do protocolo de intenções firmado pelo Município de Dorés do Indaiá com Consórcio de Municípios do Alto São Francisco - COMASF.

Lei Ordinária nº 2583/2014. Ratifica a quinta alteração do protocolo de intenções firmado pelo Município de Dorés do Indaiá com o Consórcio Município Alto Francisco - COMASF.

Lei Ordinária nº 2604/2014. Autoriza o Município a celebrar convênio.

Lei Ordinária nº 2613/2014. Autoriza firmar convênio e fornecer combustível à PMMG.

Lei Ordinária nº 2619/2015. Autoriza concessão de subvenções sociais contribuições e auxílios financeiros para o exercício de 2015.

Lei Ordinária nº 2630/2015. Ratifica a sexta alteração do protocolo de intenções firmado pelo Município de Dorés do Indaiá com Consórcio de Município do Alto São Francisco - COMASF.

Lei Ordinária nº 2631/2015. Autoriza a realização de convênio para prestação de serviços por detentos.

Lei Ordinária nº 2692/2016. Autoriza concessão de subvenções sociais contribuições e auxílios financeiros para o exercício de 2016

Lei Ordinária nº 2699/2016. Ratifica a sétima alteração do protocolo de intenções firmado pelo município de Dorés do Indaiá com consórcio de municípios do alto São Francisco - COMASF.

Lei Ordinária nº 2718/2016. Autoriza concessão de subvenções sociais contribuições e auxílios financeiros para o exercício de 2017.

Lei Ordinária nº 2724/2017. Autoriza o município a celebrar convênio.

Lei Ordinária nº 2742/2017. Autoriza o Município a celebrar convênio.

Lei Ordinária nº 2751/2017. Autoriza o Município a celebrar convênio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2758/2017. Autoriza o Município de Dorés do Indaiá - MG a firmar convênio com o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Lei Ordinária nº 2763/2017. Autoriza a saída do Município de Dorés do Indaiá do Consórcio de Municípios do Alto São Francisco - COMASF.

Lei Ordinária nº 2767/2017. Autoriza o Município de Dorés do Indaiá a filiar-se à AMM - Associação Mineira de Municípios.

Lei Ordinária nº 2775/2017. Autoriza concessão de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros para o exercício de 2018.

Lei Ordinária nº 2802/2018. Autoriza o Município a celebrar convênio.

Lei Ordinária nº 2826/2018. Autoriza concessão de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros para o exercício de 2019.

Lei Ordinária nº 2827/2018. Autoriza o município a celebrar convênio.

Lei Ordinária nº 2888/2019. Ratifica a décima alteração do protocolo de intenções firmado pelo município de Dorés do Indaiá com o município de Abaeté; o município de Biquinhas, o município de Bom Despacho, o município de Cedro de Abaeté, o município de Córrego Dantas, o município de Estrela do Indaiá, o município de Japaraíba; o município de Luz, o município de Martinho Campos, o município de Moema, o município Paineiras, o município de Quartel Geral, o município de São José da Varginha, e o município de Serra da Saudade, com o escopo de alterar o protocolo de intenções do Consórcio de Municípios do Alto São Francisco - COMASF.

Lei Ordinária nº 2898/2019. Autoriza concessão de subvenções sociais contribuições e auxílios financeiros para o exercício de 2020.

Lei Ordinária nº 2902/2020. Altera a Lei nº 2.898, de 20 de dezembro de 2019, que autoriza a concessão de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros para o exercício de 2020.

Lei Ordinária nº 2905/2020. Autoriza o Município de Dorés do Indaiá - MG a firmar convênio de cooperação técnica com o Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Lei Ordinária nº 2908/2020. Altera a Lei nº 2.898, de 20 de dezembro de 2019 que autoriza concessão de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros para o exercício de 2020.

Lei Ordinária nº 2910/2020. Altera a Lei nº 2.898, de 20 de dezembro de 2019, que autoriza concessão de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros para o exercício de 2020.

Lei Ordinária nº 2925/2020. Autoriza concessão de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros para o ano de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2943/2021. Dispõe sobre o programa municipal de parcerias público-privadas e concessões do município de Dorés Do Indaiá - Minas Gerais e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3010/2022. Ratifica o Protocolo de Intenções firmado pelo município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais, com outros municípios com a finalidade de constituir consórcio público, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

Lei Ordinária nº 3011/2022. Autoriza o Poder Executivo do município Dorés do Indaiá a firmar contrato de Programa com o Consórcio Intermunicipal do Serviço de Inspeção do Centro Oeste Mineiro - CISICOM com o objetivo de execução do serviço de inspeção municipal de formar associada e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3029/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder subvenção no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) ao Sindicato dos Produtores Rurais de Dorés do Indaiá na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3104/2023. Ratifica o terceiro termo aditivo ao contrato do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Centro Oeste Mineiro - CIAS Centro Oeste.

Lei Ordinária nº 3141/2023. Ratifica a 1ª alteração contratual consolidada do Consórcio Intermunicipal do Serviço de Inspeção do Centro Oeste Mineiro - CISICOM e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3207/2025. "Disciplina a participação do município de Dorés do Indaiá - MG em consórcio público - Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba — ICISMEP e dá outras providências."

Decretos legislativos e decretos (1)

Decreto nº 2/2025. Dispõe sobre a celebração de convênio para Cooperação Técnica e Financeira entre a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e a Câmara Municipal de Dorés do Indaiá/MG, e dá outras providências.

19. Denominações e honrarias

São as leis que dão nome a ruas, praças e prédios públicos e que concedem títulos de cidadania honorária, medalhas e declarações de utilidade pública. Contam, à sua maneira, a história e a memória de Dorés do Indaiá.

O tema reúne 150 normas, editadas entre 1968 e 2026. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Leis ordinárias (141)

Lei Ordinária nº 961/1968. Reconhece de utilidade pública a UMESDI.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Débora Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1008/1970. Reconhece utilidade pública o Dr. Zacarias Foot-Ball Club

Lei Ordinária nº 1009/1970. Dá nova denominação à taxa rodoviária.

Lei Ordinária nº 1034/1971. Concede título de cidadão de Dorense.

Lei Ordinária nº 1035/1971. Concede diploma de honra ao mérito aos dorense.

Lei Ordinária nº 1117/1974. Concede título de Cidadão Honorário.

Lei Ordinária nº 1136/1975. Concede Título de cidadão Honorário.

Lei Ordinária nº 1138/1975. Concede Título de "Cidadão Honorário de Dolores do Indaiá".

Lei Ordinária nº 1144/1975. Contém denominação de Avenida em nossa cidade.

Lei Ordinária nº 1146/1975. Concede título de "Cidadão Honorário" de Dolores do Indaiá, ao Sr. Dr. Ricardo Arnaldo Malheiro Fiúza.

Lei Ordinária nº 1157/1975. Contém denominação de Rua nesta cidade.

Lei Ordinária nº 1158/1975. Contém denominação de Rua nesta cidade.

Lei Ordinária nº 1159/1975. Contém denominação de Rua nesta cidade.

Lei Ordinária nº 1162/1976. Contém denominação de rua na cidade.

Lei Ordinária nº 1165/1976. Concede título de cidadão honorário.

Lei Ordinária nº 1171/1976. Contém denominação de Estrada Municipal.

Lei Ordinária nº 1173/1976. Concede título de cidadão honorário.

Lei Ordinária nº 1175/1976. Concede título de cidadão honorário.

Lei Ordinária nº 1184/1976. Contém denominação de rua em nossa cidade.

Lei Ordinária nº 1185/1976. Contém denominação de rua em nossa cidade.

Lei Ordinária nº 1186/1976. Contém denominação de rua em nossa cidade.

Lei Ordinária nº 1193/1977. Contém denominação de Rua em nossa cidade.

Lei Ordinária nº 1201/1977. Concede título de cidadão honorário.

Lei Ordinária nº 1207/1977. Dá nova denominação em logradouro público.

Lei Ordinária nº 1209/1977. Dá nova denominação em logradouro público.

Lei Ordinária nº 1210/1977. Declara de utilidade pública a associação "Fraternidade Francisca Secular de Dolores do Indaiá".

Lei Ordinária nº 1231/1977. Declara de utilidade pública a "Associação Espírito Jesus Mestre dos Mestres" de Dolores do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1245/1978. Outorga título de cidadão honorário.

Lei Ordinária nº 1263/1979. Outorga título de cidadão dorense.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1266/1979. Outorga título de cidadania.

Lei Ordinária nº 1325/1980. Dá nova denominação a logradouro público.

Lei Ordinária nº 1329/1980. Dá nova denominação à logradouro público da cidade.

Lei Ordinária nº 1346/1981. Concede título de honra ao mérito.

Lei Ordinária nº 1380/1982. Contém denominação de rua nesta cidade.

Lei Ordinária nº 1385/1982. Contém denominação de rua nesta cidade.

Lei Ordinária nº 1393/1982. Dá denominação à nova sala de reuniões da Câmara Municipal.

Lei Ordinária nº 1395/1982. Contém denominação de ruas.

Lei Ordinária nº 1396/1982. Contém denominação de rua em nossa cidade.

Lei Ordinária nº 1408/1983. Considera de utilidade pública a "Casa da Amizade das Senhoras dos Rotarianos de Dorés do Indaiá".

Lei Ordinária nº 1435/1984. Considera de utilidade pública "Circulo de Trabalhadores Cristãos de Dorés do Indaiá".

Lei Ordinária nº 1437/1984. Aprova planta de prolongamento da rua Dr. Zacarias denominado "Bairro das Mangueiras".

Lei Ordinária nº 1447/1984. Considera de utilidade pública " a Sociedade de São Vicente de Paula" de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1460/1985. Dá a atual Av. Santa Cruz a denominação de Av. Presidente Tancredo Neves.

Lei Ordinária nº 1484/1986. Dá a atual rua Sion a denominação de rua Emílio Moura e e determina outras providências.

Lei Ordinária nº 1497/1987. Dá denominação de rua Padre Júlio Maria, a atual Rua sem denominação especial, nesta cidade.

Lei Ordinária nº 1501/1987. Concede título de cidadão honorário.

Lei Ordinária nº 1516/1988. Oficializa denominação do bairro São Geraldo neste município.

Lei Ordinária nº 1526/1988. Oficializa denominação de ruas.

Lei Ordinária nº 1540/1989. Considera de utilidade pública a Associação Comunitária dos bairros Juiz de Fora, Rosários e Triângulo nesta cidade.

Lei Ordinária nº 1547/1989. Declaração de Utilidade Pública.

Lei Ordinária nº 1565/1989. Dá denominação de Rua Xingu à atual rua sem denominação especial nesta cidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1566/1989. Dá denominação de Rua Marajós à atual Rua Beco Guimarães, nesta cidade.

Lei Ordinária nº 1567/1989. Declara de utilidade pública a Loja Maçônica "LUZ AMOR E VIDA".

Lei Ordinária nº 1570/1989. Contém denominação de bairro.

Lei Ordinária nº 1601/1990. Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos bairros Capelinha, São José e São Geraldo de Dorés do Indaiá - MG.

Lei Ordinária nº 1630/1991. Dá denominação de Rua Cataguases a atual confrontante com a Rua Marajós até o Anel Rodoviário.

Lei Ordinária nº 1636/1991. Declara de utilidade pública o Centro Espírita Caridade do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1663/1992. Dá nova denominação ao Colégio Comercial "São Luís", recentemente municipalizado e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1674/1992. Dá denominação às ruas do Bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 1675/1992. Dá denominação à rua do Bairro Osvaldo Soares Costa.

Lei Ordinária nº 1685/1992. Concede título de Cidadão Honorária à deputada estadual Maria Elvira.

Lei Ordinária nº 1695/1992. Declara de utilidade pública a associação comunitária vinte e quatro de novembro de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1733/1993. Retifica nome de rua e, em consequência, altera a redação do art. 1º da Lei Municipal nº 1.395 de 24.12.82.

Lei Ordinária nº 1771/1994. Concede título de cidadão honorário ao jornalista José Nicolau Neto.

Lei Ordinária nº 1772/1994. Concede título de cidadão honorário ao deputado Jaime Martins do Espírito Santo.

Lei Ordinária nº 1774/1994. Dá denominação ao logradouro público.

Lei Ordinária nº 1821/1996. Concede título de cidadão honorário.

Lei Ordinária nº 1825/1996. Dispõe sobre reconhecimento de utilidade pública, entidade que menciona.

Lei Ordinária nº 1861/1997. Declara de utilidade pública o Centro Espírita Cristão Fonte da Vida de Dorés do Indaiá/MG.

Lei Ordinária nº 1896/1997. Declara de utilidade pública municipal a FALP - Fundação Assistencial Lar da Paz.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Débora Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1929/1998. Declara de utilidade pública a Fundação Nossa Senhora das Dolores, com sede no município de Dolores do Indaiá/MG.

Lei Ordinária nº 1956/1999. Declara de utilidade pública a Associação Internacional de Caridade - AIC - Brasil - núcleo Santa Catarina Laboure - Dolores do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1975/2000. Contém autorização para aplicação do resíduo do produto da venda imóvel denominado "Gameleira" na aquisição ou indenização de um galpão localizado na Rua Marechal Deodoro e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 1979/2000. Declara utilidade pública municipal o CONSEG- Conselho Comunitário de Segurança Preventiva de Dolores do Indaiá- MG.

Lei Ordinária nº 2019/2001. Declara de utilidade pública municipal a associação prosperidade de Dolores do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2084/2003. Concede título de cidadão honorário.

Lei Ordinária nº 2141/2005. Dá a atual Rua Padre Júlio Maria a denominação de Rua Juca Lima e determina outras providências.

Lei Ordinária nº 2147/2005. Contém declaração de Utilidade Pública da Associação dos Produtores de Anta dos Coelhos - ASPAC.

Lei Ordinária nº 2188/2006. Altera a denominação de Rua no município de Dolores do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2189/2006. Altera a denominação de Rua no município de Dolores do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2190/2006. Altera a denominação de Rua no município de Dolores do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2191/2006. Dá denominação ao Prédio Público no Município de Dolores do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2192/2006. Altera a denominação de Rua no Município de Dolores do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2193/2006. Altera a denominação de Rua no Município de Dolores do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2194/2006. Altera a denominação de Avenida no município de Dolores do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2195/2006. Altera a denominação de Rua no município de Dolores do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2207/2006. Altera a denominação de Rua no Município de Dolores do Indaiá.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2219/2006. Contém autorização para que o Sr. Prefeito Municipal de Dorés do Indaiá-MG, celebre convênio de parceria com a empresa privada denominada VIA VIP Calçados Ltda. e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2226/2006. Reconhece entidade do município de Dorés do Indaiá como de utilidade pública.

Lei Ordinária nº 2247/2007. Contém autorização legislativa para o Prefeito Municipal efetivar a doação, através de escritura pública, do imóvel de sua propriedade para a Autarquia Federal denominada de Instituto Nacional de do Seguro Social, e autorização para que seja efetivado previamente o desmembramento de lote de terreno urbano com área de 1.171,97 m³, em três (3) lotes, conforme memorial.

Lei Ordinária nº 2253/2007. Reconhece entidade do Município de Dorés do Indaiá com de Utilidade Pública.

Lei Ordinária nº 2285/2007. Declara de utilidade pública a Organização Não Governamental "SOL CRESCENTE" de Dorés do Indaiá-MG.

Lei Ordinária nº 2289/2008. dá denominação a logradouro Público no Município de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2292/2008. Contém autorização para que o Sr. Prefeito Municipal de Dorés do Indaiá/MG celebre ampliação de convênio de parceria com a empresa privada denominada VIA VIP CALÇADOS LTDA. e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2293/2008. Reconhece entidade do Município de Dorés do Indaiá com de Utilidade Pública.

Lei Ordinária nº 2294/2008. Dá denominação a logradouro Público no Município de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2303/2008. Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores da "Tapuia" - ASPTA do Município de Dorés do Indaiá/MG"

Lei Ordinária nº 2309/2008. dá a atual Rua "C" a denominação de Rua Mozart José dos Santos.

Lei Ordinária nº 2312/2009. Contém autorização para que o Sr. Prefeito Municipal de Dorés do Indaiá/MG celebre convênio de parceria com a empresa denominada Cimone Aparecida Cardoso - nome fantasia Cinome confecção e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 2316/2009. altera a denominação de rua e revoga disposições em contrário.

Lei Ordinária nº 2331/2009. Contém declaração de Utilidade Pública da Associação do Circuito Turístico Caminhos do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2333/2009. Dá denominação à Avenida no Município de Dorés Indaiá.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2368/2010. Reconhece entidade do Município de Dorés do Indaiá como utilidade pública.

Lei Ordinária nº 2372/2010. Dá denominação à Prédio Público no Município de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2404/2010. Reconhece entidade do Município de Dorés do Indaiá como de Utilidade Pública.

Lei Ordinária nº 2428/2011. Altera a denominação de Rua no município de Dorés do Indaiá-MG.

Lei Ordinária nº 2471/2012. Altera a denominação de Ruas do Município de Dorés do Indaiá MG.

Lei Ordinária nº 2496/2013. Dispõe sobre a denominação de logradouro público no condomínio Estoril, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2507/2013. Reconhece entidade do Município de Dorés do Indaiá como de utilidade pública.

Lei Ordinária nº 2509/2013. Dispõe sobre a declaração de utilidade pública e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2511/2013. Reconhece entidade do Município de Dorés do Indaiá de utilidade pública.

Lei Ordinária nº 2512/2013. Reconhece entidade do Município de Dorés do Indaiá como de utilidade pública.

Lei Ordinária nº 2542/2014. Reconhece entidade do Município de Dorés do Indaiá como de utilidade pública.

Lei Ordinária nº 2545/2014. Dispõe sobre a denominação de Logradouro Público no Bairro São Sebastião, no Município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais.

Lei Ordinária nº 2553/2014. Denomina Logradouro Público

Lei Ordinária nº 2570/2014. Denomina bairro nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2571/2014. Reconhece entidade do Município de Dorés do Indaiá com de utilidade pública.

Lei Ordinária nº 2576/2014. Dá denominação de Rua no município de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2620/2015. Reconhece entidade do Município de Dorés do Indaiá como de utilidade pública.

Lei Ordinária nº 2621/2015. Reconhece entidade do Município de Dorés do Indaiá com de utilidade pública.

Lei Ordinária nº 2628/2015. Denomina clínica municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2629/2015. Denomina Rua desta cidade.

Lei Ordinária nº 2632/2015. Reconhece entidade do Município de Dorés do Indaiá com de utilidade pública.

Lei Ordinária nº 2649/2015. Denomina Rua desta cidade.

Lei Ordinária nº 2656/2015. Denomina laboratório municipal de análises clínicas

Lei Ordinária nº 2694/2016. Reconhece entidade do Município de Dorés do Indaiá como de utilidade pública.

Lei Ordinária nº 2700/2016. Reconhece entidade do Município de Dorés do Indaiá com de utilidade pública.

Lei Ordinária nº 2740/2017. Reconhece entidade do Município de Dorés do Indaiá como de utilidade pública

Lei Ordinária nº 2785/2018. Denomina Rua desta cidade.

Lei Ordinária nº 2818/2018. Dispõe sobre denominação de Ruas, Avenidas e Alameda do Residencial Belvedere.

Lei Ordinária nº 2819/2018. Denomina ruas do Bairro Residencial Laranjeiras desta cidade.

Lei Ordinária nº 2837/2019. Reconhece entidade do Município de Dorés do Indaiá como de utilidade pública.

Lei Ordinária nº 2873/2019. Altera denominação de logradouro municipal.

Lei Ordinária nº 2919/2020. Reconhece entidade do Município de Dorés do Indaiá como utilidade pública.

Lei Ordinária nº 2926/2020. Denomina Bosque Municipal

Lei Ordinária nº 3186/2024. Reconhece a entidade do município de Dorés do Indaiá como de utilidade pública e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3194/2025. Reconhece entidade do município de Dorés do Indaiá como de utilidade pública.

Lei Ordinária nº 3202/2025. Denomina logradouro público do município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3208/2025. Dispõe sobre a criação do Bairro Campo de Aviação e denomina logradouro público do município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3248/2026. Reconhece entidade do município de Dorés do Indaiá como de utilidade pública.

Lei Ordinária nº 3257/2026. Institui, no âmbito da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá/MG, a Medalha de Honra ao Mérito Conjugal, destinada à homenagem de casais do



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

município por casamentos duradouros e pela valorização da família, e dá outras providências.

Decretos legislativos e decretos (9)

Decreto nº 4/2023. Concede título de cidadão honorário ao Padre Edmilson José da Silva.

Decreto nº 5/2023. Concede título de cidadão honorário ao Senhor Francisco Pinto

Decreto nº 2/2024. Concede título de cidadão honorário ao Sr. José Fernandes Neto.

Decreto nº 3/2024. Concede título de cidadão honorário ao Deputado Estadual Gustavo Cunha Pereira Valadares.

Decreto nº 5/2024. Concede Título de Cidadã Honorária a Dra. RAQUEL GOMES DE CARVALHO PINTO”.

Decreto nº 6/2024. “Concede Título de Cidadão Honorário ao Deputado Estadual BOSCO”.

Decreto nº 6/2025. “Concede título de cidadã honorária do município de Dorés do Indaiá, estado de Minas Gerais, a ilustre cidadã Viviane da Costa e dá outras providências.”

Decreto nº 7/2025. Concede título de cidadão honorário do município de Dorés do Indaiá, estado de Minas Gerais, ao tenente comandante Fabrício Aparecido da Silva e dá outras providências.

Decreto nº 9/2025. Concede título de cidadã honorária do município de Dorés do Indaiá, estado de Minas Gerais, a ilustre ciadã Karla Francisca Vieira Araújo e dá outras providências.

20. Datas comemorativas e feriados

Definem os feriados municipais e instituem dias e semanas comemorativas no calendário oficial do Município.

O tema reúne 12 normas, editadas entre 1977 e 2025. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Leis ordinárias (12)

Lei Ordinária nº 1230/1977. Autoriza oficialização do dia do médico.

Lei Ordinária nº 2481/2013. Institui o Dia do Demolay no dia 18 de março de cada ano.

Lei Ordinária nº 2798/2018. Declara os feriados municipais.

Lei Ordinária nº 2862/2019. Declara os feriados municipais do ano de 2019.

Lei Ordinária nº 2876/2019. Declara os feriados municipais para o ano 2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2917/2020. Declara os Feriados Municipais para o ano de 2021.

Lei Ordinária nº 2963/2021. Estabelece os feriados municipais em Dolores do Indaiá - Minas Gerais, para o ano de 2.022 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3057/2022. Estabelece os feriados municipais em Dolores do Indaiá - Minas Gerais, para o ano de 2.022 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3136/2023. Estabelece os feriados municipais em Dolores do Indaiá - Minas Gerais, para o ano de 2.024 e da outras providências.

Lei Ordinária nº 3188/2024. Estabelece os feriados municipais em Dolores do Indaiá - Minas Gerais, para o ano de 2.025 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3218/2025. Institui a Semana Municipal de Artes Marciais no município de Dolores do Indaiá/MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3228/2025. Estabelece os feriados municipais em Dolores do Indaiá - Minas Gerais, para o ano de 2.026 e dá outras providências.

21. Alterações, revogações e remissões

Reúne as normas cuja única função declarada na ementa é alterar, acrescentar ou revogar dispositivos de outras leis. São importantes para reconstituir o texto vigente de cada norma e constituem o principal insumo de um futuro trabalho de consolidação legislativa.

O tema reúne 230 normas, editadas entre 1951 e 2026. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Emendas à Lei Orgânica (11)

Emenda à Lei Orgânica nº 1/2015. Dá nova redação ao § 13 do art. 27 da Lei Orgânica do Município de Dolores do Indaiá - MG.

Emenda à Lei Orgânica nº 1/2018. Altera a redação do § 13 do art. 27 da Lei Orgânica do Município de Dolores do Indaiá-MG.

Emenda à Lei Orgânica nº 1/2022. Acrescenta os parágrafos 1º a 12º ao art. 142 da Lei Orgânica do município de Dolores do Indaiá.

Emenda à Lei Orgânica nº 2/2022. Altera redação do art. 77, caput, dos incisos IV, XVI, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI, XXXII, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI E XXXVII do art. 78 e do art. 79, ambos da Lei Orgânica do município de Dolores do Indaiá.

Emenda à Lei Orgânica nº 1/2023. Altera a redação do artigo 110 da Lei Orgânica do município de Dolores do Indaiá.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Emenda à Lei Orgânica nº 1/2024. Altera os §§ 1º e 3º do Art. 142 da Lei Orgânica do Município de Dorés do Indaiá.

Emenda à Lei Orgânica nº 2/2024. Acrescenta o § 3º ao Art. 41-E e o inciso V ao Art. 46 da Lei Orgânica do Município de Dorés do Indaiá.

Emenda à Lei Orgânica nº 1/2025. Altera a redação do § 4º do artigo 20 da Lei Orgânica do município de Dorés do Indaiá/MG.

Emenda à Lei Orgânica nº 3/2025. Altera a redação dos artigos 78 e 79 da Lei Orgânica do município de Dorés do Indaiá.

Emenda à Lei Orgânica nº 4/2025. Acrescenta dispositivos ao artigo 43 da Lei Orgânica do município de Dorés do Indaiá, para assegurar o pleno exercício da função fiscalizadora do vereador.

Emenda à Lei Orgânica nº 5/2025. Acrescenta o parágrafo 6º ao artigo 186 da Lei Orgânica do município de Dorés do Indaiá/MG

Leis complementares (48)

Lei Complementar nº 13/2010. Altera a Lei Complementar nº 0011 de 05 novembro de 2010.

Lei Complementar nº 14/2010. Altera a Lei Complementar nº 005/2005.

Lei Complementar nº 15/2010. Altera a Lei Complementar nº 010 de 05 de novembro de 2010.

Lei Complementar nº 22/2013. Altera a Lei Complementar nº 02, de 10 de abril de 2007, com as alterações dadas pela Lei Complementar nº 06, de 17 de dezembro de 2009.

Lei Complementar nº 24/2013. Altera a Lei Complementar nº 03/2007.

Lei Complementar nº 25/2013. Altera a Lei Complementar nº 19, de 08 de fevereiro de 2013.

Lei Complementar nº 28/2013. Altera a Lei Complementar nº 03/2007.

Lei Complementar nº 31/2013. Altera o Lei Complementar nº 16/2012 de 10 de abril de 2012.

Lei Complementar nº 32/2013. Altera a Lei Complementar nº 001/2007.

Lei Complementar nº 33/2013. Altera o art. 215 da Lei Complementar nº 05/2007.

Lei Complementar nº 34/2014. Altera o art. 73 da Lei Complementar nº 05, de 21.05.2007 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 36/2014. Altera o anexo IV da Lei Complementar 017/2012 dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Complementar nº 37/2014. Altera os incisos II e III do artigo 2º da Lei Complementar 002/2008.

Lei Complementar nº 41/2014. Altera a Lei Complementar nº 19, de 08 de fevereiro de 2013.

Lei Complementar nº 44/2014. Acrescentar parágrafo único ao artigo nº 60, da Lei Complementar nº 19, de 08 de fevereiro de 2013 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 54/2015. Altera a Lei Complementar Municipal nº 49/2015 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 57/2015. Altera o parágrafo único do art. 98 e acresce a Subseção IX e respectivo art. 122-B, à Lei Complementar nº 05, 21.05.2007 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 61/2017. Altera a Lei Complementar Municipal nº 49/2014 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 62/2017. Altera a Lei Complementar nº 002 de 10 de abril de 2007 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 63/2017. Altera a Lei Complementar nº 018 de 08 de fevereiro de 2013 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 64/2017. Altera a Lei Complementar nº 60/2017 de 27 de janeiro de 2017 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 66/2017. Altera e acrescenta dispositivos da Lei Complementar de nº 017/2012 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 67/2017. Altera a Lei Complementar nº 18, de 08 de fevereiro de 2013 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 68/2017. Altera a Lei Complementar 65 de 11 de outubro de 2017.

Lei Complementar nº 69/2017. Altera a Lei Complementar 53 de 01 de julho de 2015.

Lei Complementar nº 71/2018. Altera a Lei Complementar nº 70 de 01 de março de 2018.

Lei Complementar nº 72/2018. Altera a Lei Complementar 70, de 01 de março de 2018.

Lei Complementar nº 74/2018. Altera a Lei Complementar nº 70 de 01 de março de 2018.

Lei Complementar nº 75/2019. Acrescenta dispositivos na Lei Complementar de nº 017/2012 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 76/2019. Acrescenta dispositivos na Lei Complementar de nº 017/2012 e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Complementar nº 92/2019. Altera a Lei Complementar nº 91 de 11 de setembro de 2019.

Lei Complementar nº 95/2019. Acrescenta dispositivos na Lei Complementar de nº 017/2012

Lei Complementar nº 97/2019. Revoga a Lei Complementar nº 93/2019.

Lei Complementar nº 102/2020. Acrescenta dispositivos na Lei Complementar de nº 017/2012 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 111/2021. Revoga o art. 6º, § 1º, da Lei Municipal nº 2.764/2017, de 06 de dezembro de 2017, que cria o Programa Mexa-se, e dá outras providências.

Lei Complementar nº 123/2021. Altera redação dos artigos 7º, 8º e 11º da Lei Complementar Municipal nº 117/2021, de 02 de julho de 2021 que, dispõe sobre a transferência da concessão e pagamento dos benefícios temporários ao ente federativo e dá outras providências.

Lei Complementar nº 130/2022. Altera os anexos I, II, III, IV e V, da Lei Complementar nº 79/2019, de 22 de março de 2019, os anexos I, II, III, IV e V, da Lei Complementar nº 80/2019, de 12 de março de 2019 e os anexos I, II, III, IV e V, da Lei Complementar nº 81/2019, de 22 de março de 2019 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 141/2023. Altera a redação do inciso XI do art. 179 da Lei Complementar nº 78 de 22 de março de 2019

Lei Complementar nº 142/2023. Altera a Lei Complementar nº 79 de 22 de março e dá outras providências.

Lei Complementar nº 144/2023. Acrescenta parágrafo único ao artigo 179 da Lei Complementar nº 17, de 06 de junho de 2012 - Código tributário do município de Dores do Indaia.

Lei Complementar nº 145/2023. Altera a Lei Complementar nº 81, de 22 de março de 2019 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 154/2024. Altera a Lei Complementar nº 80, de 12 de março de 2019 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 155/2024. Altera a Lei Complementar nº 81, de 22 de março de 2019 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 157/2024. Altera a Lei Complementar nº 81, de 22 de março de 2019 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 158/2024. Altera a redação da Lei Complementar nº 148/2023 de 11 de dezembro de 2023 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 159/2024. Altera a redação da Lei Complementar nº 149/2023 de 11 de dezembro de 2023 e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Complementar nº 160/2024. Altera a Lei Complementar nº 81, de 22 de março de 2019 e dá outras providências.

Lei Complementar nº 179/2026. Altera a Lei Complementar nº 79, de 22 de março de 2019 e dá outras providências.

Leis ordinárias (166)

Lei Ordinária nº 246/1951. Dá nova redação ao art. 1ª da Lei nº 76, de 24/10/1949.

Lei Ordinária nº 262/1952. Revoga a lei nº 237 de 25 outubro de 1951.

Lei Ordinária nº 387/1954. Revoga lei.

Lei Ordinária nº 1032/1971. Altera o artigo 1ª da Lei nº 914 de 15 de dezembro de 1966.

Lei Ordinária nº 1045/1971. Contém alteração 1ª da lei nº 920 de 09 de janeiro de 1967.

Lei Ordinária nº 1064/1972. Revoga a lei nº 1.030 de 23 de agosto de 1971.

Lei Ordinária nº 1100/1973. Contém alteração do art. 2º da Lei nº 1086.

Lei Ordinária nº 1135/1975. Contém alteração do 1ª artigo de Lei 1.100.

Lei Ordinária nº 1161/1976. Contém alteração no parágrafo de Lei Municipal nº 1.123 de 14 outubro de 1974

Lei Ordinária nº 1322/1980. Revoga a Lei Municipal de nº 1.306 de 05 de agosto de 1980.

Lei Ordinária nº 1348/1981. Modifica o artigo 1º da Lei Municipal nº 1.280 de 28 de agosto de 1979.

Lei Ordinária nº 1364/1982. Contém alteração do art. 1º da Lei nº 1.255.

Lei Ordinária nº 1366/1982. Contém alteração de art. 1º da Lei nº 1.330, de 09 de dezembro de 1980.

Lei Ordinária nº 1369/1982. Contém alteração do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.363, de 15 fevereiro de 1982.

Lei Ordinária nº 1387/1982. Contém revogação da Lei nº 1.102.

Lei Ordinária nº 1397/1983. Revoga a Lei Municipal nº 1.387.

Lei Ordinária nº 1403/1983. Revoga a Lei Municipal nº 1.390.

Lei Ordinária nº 1404/1983. Contém alteração no artigo 2º da Lei Municipal nº 1.203 de 19/08/77

Lei Ordinária nº 1407/1983. Revoga a Lei Municipal nº 1203 e 1404.

Lei Ordinária nº 1415/1983. Contém alteração na Lei Municipal nº 1411.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1419/1983. Contém alteração na Lei Municipal nº 1406 do anexo XII dos itens 1, 2, 1.3 e 1.6.

Lei Ordinária nº 1457/1985. Revogação da cláusula de terreno inalienável do Projeto de Lei nº 1.430/83.

Lei Ordinária nº 1459/1985. Contém revogação da Lei Municipal nº 1.383 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1505/1987. Modifica o percentual do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.489 de 26/11/1986.

Lei Ordinária nº 1514/1988. Modifica o dispositivo da Lei Municipal de nº 1.507 de 26/11/1987.

Lei Ordinária nº 1527/1988. Revoga a Lei Municipal nº 1.427.

Lei Ordinária nº 1528/1988. Revoga o dispositivo da Lei Municipal nº 1420.

Lei Ordinária nº 1530/1988. Ratifica atos do prefeito municipal para aquisição de imóveis e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1657/1991. Acrescenta parágrafo único ao artigo 2ª da Lei nº 1.619, de 31 de Janeiro 1.991 e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 1716/1993. Ratifica e atualiza valores e índice da Lei Municipal nº 1.470.

Lei Ordinária nº 1727/1993. Revoga § único do artigo 3º da Lei Municipal nº 1719 de 15.07.1993.

Lei Ordinária nº 1728/1993. Altera o artigo 3ª da Lei Municipal nº 3557/89 de 24.08.89

Lei Ordinária nº 1732/1993. Altera a redação do parágrafo único, do artigo quinto da Lei Municipal nº 1.730, de 28 de Setembro de 1993.

Lei Ordinária nº 1763/1994. Altera artigo da Lei Municipal nº 1717 de 04 de maio de 1993.

Lei Ordinária nº 1778/1995. Altera o art. 3º da Lei 1.775/95.

Lei Ordinária nº 1799/1995. Altera o art. 3º da Lei 1.775/95.

Lei Ordinária nº 1807/1995. Revoga o art. 4º da Lei Municipal 1.637/1991 e a Lei Municipal de nº 1.711/1993.

Lei Ordinária nº 1810/1996. Insere artigo 19 na Lei Municipal nº 1.776/95.

Lei Ordinária nº 1833/1996. Revoga a Lei Municipal nº 1.436 de 20 de março de 1.984.

Lei Ordinária nº 1850/1997. Contém revogação de artigos da Lei nº 1.637, de 17 de maio de 1991, autoriza liberação de clausula de gravante ou ônus em escritura de imóveis doados e dá outras disposições.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1877/1997. Altera e acrescenta dispositivos na Lei Municipal nº 1.846 de 14 março de 1997, que dispõe sobre a Estruturação Administrativa.

Lei Ordinária nº 1963/1999. Altera dispositivos da Lei 1.847 de 14 de março de 1997, em seu II, e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 1972/1999. Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 1965 de 16 de dezembro de 1999.

Lei Ordinária nº 1999/2001. Altera os artigos 2º, 3º e 4º da Lei nº 1973/200 e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 2009/2001. Altera os artigos 4º e 5º da Lei 2003/2001, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2048/2002. Altera o artigo 17 da Lei 1.973/2000 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2067/2002. Altera a Lei 1860/97 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2080/2003. Altera a Lei Municipal 2075/2003, que cria o CEPROM - Centro Profissionalizante Municipal, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2082/2003. Introduz o parágrafo 2º no artigo 2ª da Lei 2081/2003 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2096/2003. Altera o artigo 4º da Lei Municipal 1986/200 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2110/2004. Altera a redação da Lei 2101/2004, que substitui área verde situada no bairro Osvaldo Soares Costa e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2118/2004. Altera a redação da Lei 2115/2004 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2148/2005. Dá nova redação ao art. nº 2.144, de 04 de maio de 2005.

Lei Ordinária nº 2156/2005. Dá nova redação ao art. 1º da Lei Municipal nº 2.137/2005 e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 2216/2006. Modifica dispositivo da Lei Municipal nº 1.885/97, de 30 de setembro de 1997.

Lei Ordinária nº 2217/2006. Modifica dispositivo da Lei Municipal nº 1.593/90, de 18 de junho de 1.990.

Lei Ordinária nº 2225/2006. Altera a redação da letra "B" do art. 4º da Lei 2.219 de 20 de setembro de 2006 e dá outras disposições.

Lei Ordinária nº 2286/2008. Altera a Lei Municipal nº 2.240 de 28 de março de 2007 modificando os artigos 1º a 5º.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2305/2008. Retifica dados da localização do imóvel constante da Lei Municipal nº 2.245/2007 de 10 de maio de 2007.

Lei Ordinária nº 2307/2008. Retifica dados de localização de imóvel constante da Lei Municipal nº 2.305/2008 de 02 de Outubro de 2008.

Lei Ordinária nº 2323/2009. Altera os arts 2º e 3º da Lei nº 2.314, de 20 de fevereiro de 2009, que dispõe benefícios fiscais.

Lei Ordinária nº 2371/2010. Revoga as Leis Municipais 2.340/2.009; 2.341/2.009 e 2.342/2.009 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2373/2010. Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.981/2000 e contém outras disposições.

Lei Ordinária nº 2379/2010. Altera a ementa e artigos 1º e 3º da Lei Municipal nº 2.357/2010.

Lei Ordinária nº 2393/2010. Altera a Lei Municipal nº 2.383 de 26 de Agosto de 2.010.

Lei Ordinária nº 2420/2011. Altera a Lei Municipal nº 2.405, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2424/2011. Altera a Lei Municipal nº 2.405, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2426/2011. Altera Lei Municipal nº 2.357 de 17 de fevereiro de 2010 e Lei Municipal nº 2.369 de 07 de maio de 2010.

Lei Ordinária nº 2427/2011. Modifica artigo da Lei 2423/2011 de 18 de maio de 2011 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2429/2011. Altera a Lei Municipal de 2.424 de 18 de maio de 2011 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2439/2011. Altera os artigos 1º e 2º da Lei 2.365/2010 de 31 de março de 2010.

Lei Ordinária nº 2440/2011. Altera os artigos 5º e 6º da Lei nº 2.434, de 19 de setembro de 2011, que dispõe sobre a exploração de água subterrânea, pela Associação Atlética Banco do Brasil, do poço artesiano localizado na região Vale do Sol.

Lei Ordinária nº 2452/2012. Altera Lei Municipal nº 2.336 de 29 de outubro de 2009

Lei Ordinária nº 2458/2012. Altera a Lei Municipal nº 2.450, de 30 de dezembro de 2011 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2459/2012. Altera a Lei Municipal nº 2.254 de 20 de Junho de 2007.

Lei Ordinária nº 2460/2012. Altera o artigo 2º da Lei Municipal nº 2.454 de 02 de março de 2012.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2463/2012. Altera a Lei Municipal nº 2.178 de 09 de dezembro de 2005.

Lei Ordinária nº 2465/2012. Altera a Lei Municipal nº 2.458, de 10 de Abril de 2012 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2474/2012. Altera a Lei nº 2459.2012 de 10 de Abril de 2012.

Lei Ordinária nº 2490/2013. Altera a Lei nº 2.478, de 20 de dezembro de 2012.

Lei Ordinária nº 2497/2013. Altera e Lei Municipal nº 2.478, de 20 de dezembro de 2012.

Lei Ordinária nº 2498/2013. Altera o inciso I do art. 45 da Lei Municipal nº 2.464, de 18 de Junho de 2012.

Lei Ordinária nº 2505/2013. Altera a Lei nº 2.478, de 20 de dezembro de 2012.

Lei Ordinária nº 2506/2013. Altera a Lei nº 2.356/2010.

Lei Ordinária nº 2513/2013. Altera o nome do departamento que especifica da Lei Municipal nº 2.479, de 20 de dezembro de 2012.

Lei Ordinária nº 2515/2013. Altera o art. da Lei 2504.2013

Lei Ordinária nº 2519/2013. Revoga a Lei nº 615, de 27 de junho de 1959.

Lei Ordinária nº 2522/2013. Altera a Lei nº 2.486 de 05 de junho de 2013.

Lei Ordinária nº 2534/2014. Altera a Lei nº 2.396/2010.

Lei Ordinária nº 2579/2014. Altera a Lei 2532.2013.

Lei Ordinária nº 2584/2014. Altera a Lei nº 2.532.2013

Lei Ordinária nº 2586/2014. Altera a Lei nº 2.532/2013.

Lei Ordinária nº 2607/2014. Altera a Lei nº 2.155, de 01 de julho de 2005.

Lei Ordinária nº 2609/2014. Altera os anexos da lei 2.528 de 12/12/2013, que dispõe sobre o PPA para o quadriênio 2014 a 2017.

Lei Ordinária nº 2610/2014. Revoga a Lei nº 2595/2014.

Lei Ordinária nº 2612/2014. Altera a Lei nº 2.558/2014.

Lei Ordinária nº 2617/2014. Altera o dispositivo da Lei Municipal nº 1.981/2000.

Lei Ordinária nº 2626/2015. Altera a Lei nº 2.619.2015.

Lei Ordinária nº 2639/2015. Altera a lei 2.614/2014.

Lei Ordinária nº 2640/2015. Altera a lei 2.137/2005.

Lei Ordinária nº 2645/2015. Altera a Lei nº 2.619/2015.

Lei Ordinária nº 2647/2015. Altera a lei 2.336/2009.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2651/2015. Altera a Lei nº 1.968 de 28 de dezembro de 1999.

Lei Ordinária nº 2659/2015. Revoga a Lei nº 2385/2010.

Lei Ordinária nº 2660/2015. Revoga a Lei nº 2407/2010.

Lei Ordinária nº 2661/2015. Revoga a Lei nº 2441/2011.

Lei Ordinária nº 2662/2015. Revoga a Lei nº 2386/2010.

Lei Ordinária nº 2663/2015. Altera a lei 2.562/2014.

Lei Ordinária nº 2664/2015. Altera a Lei 2.593/2014.

Lei Ordinária nº 2669/2015. Altera os anexos da Lei 2.528 de 12/12/2013, que dispõe sobre o PPA para o quadriênio 2014 a 2017.

Lei Ordinária nº 2672/2015. Altera a lei 1.860 de 27 de maio de 1997.

Lei Ordinária nº 2693/2016. Altera a Lei nº 2.692/2016.

Lei Ordinária nº 2703/2016. Altera a Lei nº 2.698/2016.

Lei Ordinária nº 2712/2016. Altera os anexos da Lei 2.528 de 12/12/2013, que dispõe sobre o PPA para o quadriênio 2014 a 2017.

Lei Ordinária nº 2720/2017. Altera a Lei 2.555/2014.

Lei Ordinária nº 2721/2017. Altera a Lei 2.685 de 17 de dezembro de 2015.

Lei Ordinária nº 2725/2017. Altera a Lei 2.671 de 16 de novembro de 2015.

Lei Ordinária nº 2727/2017. Altera a Lei 2.685 de 17 de dezembro de 2015.

Lei Ordinária nº 2729/2017. Altera a Lei nº 2.718/2016.

Lei Ordinária nº 2731/2017. Altera a Lei 2.320 de 02 de abril de 2009.

Lei Ordinária nº 2739/2017. Altera a Lei nº 2.718.2016.

Lei Ordinária nº 2741/2017. Altera a Lei 2.336 de 29 de outubro de 2009.

Lei Ordinária nº 2747/2017. Altera a Lei nº 2.718/2016.

Lei Ordinária nº 2770/2017. Altera a Lei nº 2.718/2016.

Lei Ordinária nº 2777/2018. Altera a Lei 2.622 de 25 de fevereiro de 2015 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2778/2018. Altera a Lei nº 2.775/2017.

Lei Ordinária nº 2781/2018. Altera a Lei nº 2.775/2017.

Lei Ordinária nº 2788/2018. Altera a Lei 2.736/2017.

Lei Ordinária nº 2791/2018. Altera o art. 1º da Lei nº 2.100/2004 e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2794/2018. Altera a Lei nº 2.775/2017.

Lei Ordinária nº 2797/2018. Altera a Lei nº 2.775/2017.

Lei Ordinária nº 2803/2018. Altera a Lei 2.336/2009.

Lei Ordinária nº 2806/2018. Altera a Lei nº 2.775/2017 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2807/2018. Altera a Lei nº 2.775/2017

Lei Ordinária nº 2813/2018. Altera a Lei nº 2.775/2017.

Lei Ordinária nº 2816/2018. Altera a Lei nº 2.775/2017.

Lei Ordinária nº 2828/2018. Altera a Lei 2.611/2014

Lei Ordinária nº 2832/2019. Altera a redação do §3º, Art. 1º da Lei Municipal nº 2.680, de 17 de dezembro de 2015 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2835/2019. Altera a Lei nº 2.826, de 21 de dezembro de 2018.

Lei Ordinária nº 2839/2019. Altera a Lei nº 2.826 de 21 de dezembro de 2018.

Lei Ordinária nº 2840/2019. Altera a Lei nº 2.826 de 21 de dezembro de 2018.

Lei Ordinária nº 2846/2019. Altera a Lei Municipal nº 2.611/2014.

Lei Ordinária nº 2849/2019. Altera a Lei nº 2.826/2018.

Lei Ordinária nº 2852/2019. Altera a Lei nº 2.826/2018.

Lei Ordinária nº 2853/2019. Altera a Lei nº 1.976, de 11 de abril de 2000 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2856/2019. Altera o inciso VI do Art 1º da Lei nº 2.826, de 21 de dezembro de 2018.

Lei Ordinária nº 2857/2019. Altera a Lei 2.598 de 14 de novembro de 2014 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2869/2019. Altera a Lei Municipal nº 2.868, de 3 de outubro de 2019.

Lei Ordinária nº 2871/2019. Altera a redação do Art. 1º e inclui o Art. 3º à Lei Municipal nº 2.277, de 12 de novembro de 2007 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2872/2019. Altera a Lei Municipal nº 1.968, de 28 de dezembro de 1.999.

Lei Ordinária nº 2880/2019. Altera os anexos da Lei Municipal nº 2.761, de 06 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o PPA para o quadriênio 2018 a 2021.

Lei Ordinária nº 2899/2019. Altera a Lei Municipal nº 2.611/2014.

Lei Ordinária nº 2904/2020. Altera a Lei Municipal nº 2.896, de 20 de dezembro de 2019, que autoriza o Executivo Municipal a proceder a desapropriação amigável ou judicial da área que específica e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2929/2021. Revoga o art. 6º, § 1º, da Lei Municipal nº 2.764/2017, de 06 dezembro de 2017, que cria o Programa Mexa-se, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2998/2022. Altera a redação do art. 2º, caput e acrescenta inciso VIII ao art. 9º, ambos da Lei Municipal nº 2.946/2021, que dispõe sobre a concessão de benefícios eventuais no município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2999/2022. Altera a redação do art. 7º e inciso III do art. 8º da Lei nº 2.946 de 30 de setembro de 2021 que dispõe sobre a concessão de benefícios eventuais no município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3000/2022. Altera a redação da Ementa e artigo 1º da Lei Municipal nº 1979/2000 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3097/2023. Altera a redação do inciso I do artigo 1º e acrescenta o inciso X ao artigo 3º da Lei Municipal nº 3.068, de 14 de dezembro de 2022 que concede benefício através de doação de fração ideal de área de propriedade do município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3105/2023. Revoga o inciso I do art. 4º da Lei Municipal nº 3.075/2023 que: autoriza o Poder Executivo a instituir campanha de incentivo a transferência de veículos automotores no município de Dorés do Indaiá-MG.

Lei Ordinária nº 3109/2023. Altera o inciso V do art. 5º a Lei 2935/2021, de 17 de maio de 2021 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3168/2024. Altera a Lei nº 3.145/2023 que concede benefício através de doação de propriedade do município de Dorés do Indaiá - Estado de Minas Gerais à empresa que descreve, para instalação de empreendimento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3178/2024. Altera a Lei nº 2.561, de 06 de maio de 2014, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de listagens de pacientes que aguardam por consultas com especialistas, exames e cirurgias e reda pública.

Lei Ordinária nº 3197/2025. Altera a Lei 3.129/2023 que cria o Programa Social de Formação Profissional Qualificadores e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3235/2026. Altera a Emenda Impositiva nº 001 constantes na Lei nº 3.232, de 29 de dezembro de 2026.

Lei Ordinária nº 3240/2026. Altera a Emendas Impositivas destinadas ao Conselho Comunitário de Segurança Pública de Dorés do Indaiá - CONSEP constantes na Lei 3.232, de 29 de dezembro de 2025.

Lei Ordinária nº 3255/2026. Altera o Programa de Formação Profissional Qualificadores e dá outras providências.

Resoluções (4)



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Resolução nº 5/2010. Altera a Resolução nº 03, de 02/09/2010.

Resolução nº 5/2012. Modifica os Anexos I e II da Resolução nº 01, de 14 de janeiro de 2010.

Resolução nº 4/2015. Revoga a alínea q do inciso do I do § 1º do Art. 26 da Resolução nº 02, de 24 de junho de 2014.

Resolução nº 5/2025. Altera o § 2º do artigo 143 da Resolução nº 02 de 24 de junho de 2014.

Decretos legislativos e decretos (1)

Decreto nº 1/2026. Altera o Decreto Legislativo nº 04 de 19 de março de 2025.

22. Atos diversos e administração geral

Eixo residual que agrupa as normas cujas ementas não permitem enquadramento seguro em nenhum dos demais temas, como autorizações genéricas e atos administrativos variados, principalmente das décadas mais antigas, quando as ementas eram redigidas de forma sucinta.

O tema reúne 247 normas, editadas entre 1950 e 2026. A relação a seguir é integral, organizada por tipo de norma e, dentro de cada tipo, em ordem cronológica.

Lei Orgânica Municipal (1)

Lei Orgânica Municipal nº 1/1990. Lei Orgânica do Município de Dorés do Indaiá.

Emendas à Lei Orgânica (2)

Emenda à Lei Orgânica nº 1/2014. Extingue o voto secreto nas deliberações da Câmara Municipal, mediante alteração do § 90 do art. 27, alínea "a" do inc. VI do art. 41 e dos §§ 1º e 4º do art. 55, da Lei Orgânica do Município de Dorés do Indaiá-MG.

Emenda à Lei Orgânica nº 2/2025. "Altera a redação do artigo 120 da Lei Orgânica do município de Dorés do Indaiá".

Leis complementares (7)

Lei Complementar nº 16/2012. Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 005 de 21 de maio de 2007.

Lei Complementar nº 51/2015. Acresce os artigos 25A e 29A, a alínea "d" ao inciso "I" do artigo 28, altera os artigos 32, 36 e 37 os anexos I, II, III, IV e V, revoga os artigos 33, 34 e 35, ambos da Lei Complementar Municipal nº 18 de 08.02.2013 e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Complementar nº 86/2019. Cria e regulamenta a Advocacia Geral do Município de Dorés do Indaiá - MG e dá outras providências.

Lei Complementar nº 109/2021. Dispõe sobre a contratação de pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

Lei Complementar nº 118/2021. Regulamenta o funcionamento de escritórios virtuais no município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Complementar nº 146/2023. Cria a função gratificada de agente de contratação e dá outras providências.

Lei Complementar nº 171/2025. Dispõe sobre a delimitação altimétrica de áreas no município de Dorés do Indaiá, estabelece normas para a ocupação e utilização do solo nessas regiões visando a preservação da paisagem urbana e dos mirantes naturais, e dá outras providências.

Leis ordinárias (197)

Lei Ordinária nº 165/1950. Concede auxílio de CR\$5.000,00 ao Patrono Jesus, Maria, José.

Lei Ordinária nº 168/1950. Autoriza a Prefeitura conservar a estrada de automóvel.

Lei Ordinária nº 203/1951. Dispõe sobre construção e conservação de estradas e pontes.

Lei Ordinária nº 208/1951. Aprova nova tarifa da Companhia Força e Luz de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 211/1951. Autoriza o concerto do motor do serviço d'água.

Lei Ordinária nº 217/1951. Autoriza a colaboração com o Estado contra a peste suína.

Lei Ordinária nº 226/1951. Dispõe sobre construção e conservação de próprios municipais.

Lei Ordinária nº 227/1951. Dispõe sobre construção e conservação de estradas e postes.

Lei Ordinária nº 228/1951. Dispõe sobre aquisição de material para o serviço de próprios municipais.

Lei Ordinária nº 229/1951. Dispõe sobre aquisição de material permanente.

Lei Ordinária nº 235/1951. Dispõe sobre aquisição de material permanente.

Lei Ordinária nº 242/1951. Autoriza acordo.

Lei Ordinária nº 244/1951. Concede privilégio.

Lei Ordinária nº 247/1951. Abre crédito municipal.

Lei Ordinária nº 255/1952. Revela lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 256/1952. Transfere Estação Rodoviária.

Lei Ordinária nº 257/1952. Autoriza entendimento com o Prefeito de Estrela do Indaia.

Lei Ordinária nº 280/1952. Concede auxílio.

Lei Ordinária nº 345/1953. Autoriza doação.

Lei Ordinária nº 349/1953. Autoriza a liquidação de um débito.

Lei Ordinária nº 353/1953. Dispõe sobre construção e conservação de próprios municipais.

Lei Ordinária nº 354/1953. Dispõe sobre aquisição de material para os serviços de próprios municipais.

Lei Ordinária nº 355/1953. Dispõe sobre aquisição de maquinismos.

Lei Ordinária nº 356/1953. Dispõe sobre aquisição de semoventes.

Lei Ordinária nº 357/1953. Dispõe sobre construção e conservação de estradas e pontes.

Lei Ordinária nº 359/1953. Dispõe sobre aquisição de material para o serviço de água.

Lei Ordinária nº 368/1953. Institui registro de marcas de gado.

Lei Ordinária nº 369/1953. Autoriza a compra de instrumento e peças musicais.

Lei Ordinária nº 374/1953. Aumenta a taxa d'água.

Lei Ordinária nº 380/1954. Aprova tabela de passagens de ônibus da cidade.

Lei Ordinária nº 381/1954. Autoriza doação.

Lei Ordinária nº 402/1954. Concede prorrogação de prazo de concessão.

Lei Ordinária nº 404/1954. Concede privilégio.

Lei Ordinária nº 409/1954. Determina o local da estação rodoviária.

Lei Ordinária nº 411/1955. Autoriza desapropriação de terrenos.

Lei Ordinária nº 415/1955. Autoriza celebração de contrato.

Lei Ordinária nº 959/1968. Contém autorização para assinatura de contrato.

Lei Ordinária nº 962/1968. Pede autorização para venda de motor.

Lei Ordinária nº 974/1968. Contém autorização para vendas de trilhos de ferro.

Lei Ordinária nº 976/1968. Aumenta a taxa d'água.

Lei Ordinária nº 979/1968. Cria o guarda-mirim neste município.

Lei Ordinária nº 1006/1970. Contém autorização para desapropriação de imóvel, nesta cidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1017/1971. Concede ajuda de custo ao Prefeitura Municipal.

Lei Ordinária nº 1076/1973. Cria Departamento de Águas.

Lei Ordinária nº 1080/1973. Estabelece prazo para construção em lotes da Municipalidade.

Lei Ordinária nº 1085/1973. Transforma estrada particular em Estrada Municipal.

Lei Ordinária nº 1087/1973. Contém autorização para venda de um motor e Gerador.

Lei Ordinária nº 1098/1973. Contém autorização para assinatura de contrato.

Lei Ordinária nº 1114/1974. Autoriza o Executivo Municipal a contratar e serviços de comunicação de interesse para o município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1116/1974. Aprova o mapa do plano rodoviário municipal.

Lei Ordinária nº 1121/1974. Contém autorização para assinar contrato.

Lei Ordinária nº 1134/1975. Transforma estrada particular em Estrada Municipal.

Lei Ordinária nº 1139/1975. Concede T´itulo de "Menção Honrosa".

Lei Ordinária nº 1143/1975. Aprova o mapa do plano rodoviário municipal.

Lei Ordinária nº 1179/1976. Concede título de mérito municipal.

Lei Ordinária nº 1180/1976. Aprova o mapa do plano rodoviário municipal.

Lei Ordinária nº 1192/1977. Orça a receita e a defesa para o exercício de 1977.

Lei Ordinária nº 1194/1977. Converte estrada particular em estradas municipais.

Lei Ordinária nº 1197/1977. Contém plano de aplicação da CNAE para 1977.

Lei Ordinária nº 1206/1977. Autoriza contrato de uma normalista.

Lei Ordinária nº 1214/1977. Autoriza execução de sentença e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1217/1977. Autoriza contrato de maestro.

Lei Ordinária nº 1241/1978. Cria conta bancária e autoriza o executivo municipal a movimentá-la.

Lei Ordinária nº 1277/1979. Cria a comissão de utilização da Estação Municipal e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1320/1980. Dispõe sobre reajuste da tarifa d'água.

Lei Ordinária nº 1337/1981. Contém autorização para compra de propriedade rural e receber escritura definitiva.

Lei Ordinária nº 1350/1981. Contém modificação no artigo 2º da Lei nº 1.339 de 09 de abril de 1.981.

Lei Ordinária nº 1354/1981. Dispõe sobre reajuste da tarifa d'água.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1382/1982. Contém autorização do artigo 1ª da lei nº 1.330, de 09 dezembro de 1980.

Lei Ordinária nº 1401/1983. Autoriza o executivo municipal a comprar 2(dois) caminhões.

Lei Ordinária nº 1428/1983. Dispõe sobre reajuste da tarifa d'água.

Lei Ordinária nº 1432/1984. Contém reajuste da Comissão de utilização da estação rodoviária municipal e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1436/1984. Cria nova bandeira para o município de Dolores do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1441/1984. Autoriza a legalização de terrenos ocupados na municipalidade dolorense conferências religiosas.

Lei Ordinária nº 1445/1984. Municipaliza todas as estradas do município.

Lei Ordinária nº 1466/1985. Contém exigência de construção de muro ou equivalente em lotes vagos.

Lei Ordinária nº 1471/1985. Aprova letr e música do centenário de Dolores do Indaiá.

Lei Ordinária nº 1478/1985. Dispõe sobre reajuste da tarifa de água.

Lei Ordinária nº 1480/1986. Cria Casa de Carne Municipal.

Lei Ordinária nº 1481/1986. Autoriza ao Executivo Municipal de Dolores do Indaiá a receber escritura de compra de terreno urbano, já incorporado ao Parque Municipal "O Trabalhador".

Lei Ordinária nº 1482/1986. Autoriza o Executivo a caucionar parcelas do FPM e/ou ICM e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1495/1987. Contém autorização.

Lei Ordinária nº 1496/1987. Reajusta tarifa d'água.

Lei Ordinária nº 1499/1987. Contém autorização.

Lei Ordinária nº 1504/1987. Dispõe sobre o aumento da tarifa d'água e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1519/1988. Autoriza a aquisição de 02 caminhões com básculas e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1532/1988. Cria centro profissionalizante municipal.

Lei Ordinária nº 1551/1989. Autoriza a participação do Município de Dolores do Indaiá - MG na Associação dos Municípios da Microregião do Alto São Francisco e contém outras providências.

Lei Ordinária nº 1555/1989. Reajusta tarifa d'água.

Lei Ordinária nº 1578/1989. Reajusta tarifa d'água.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 1579/1989. Autoriza a aplicação de recursos disponíveis em mercado de capital.

Lei Ordinária nº 1581/1990. Autoriza aquisição de 02(dois) caminhões para uso da prefeitura.

Lei Ordinária nº 1596/1990. Dispõe sobre a reajuste da tarifa d'água.

Lei Ordinária nº 1598/1990. Autoriza reajuste da tarifa d'água.

Lei Ordinária nº 1606/1990. Autoriza quitação de débitos.

Lei Ordinária nº 1625/1991. Reajusta tarifa d'água.

Lei Ordinária nº 1626/1991. Contém criação de galeria de fotos das autoridades legislativas e executivas.

Lei Ordinária nº 1633/1991. Dispõe sobre a aquisição de uma camionete Toyota Bandeirante mod. 1.991/91.

Lei Ordinária nº 1662/1992. Autoriza encampação do Colégio Comercial São Luis e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1673/1992. Autoriza o Poder Executivo a firmar acordo de parcelamento de dívida para com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1677/1992. Institui no Município de Dorés do Indaiá o dia da Juventude e lança a campanha "o mundo é nosso".

Lei Ordinária nº 1726/1993. Autoriza funcionamento de posto de atendimento bancário - PAB, na sede da Prefeitura Municipal.

Lei Ordinária nº 1749/1993. Autoriza o município de Dorés do Indaiá, a assinar contrato de cessão gratuita de uso de imóvel no Ministério do Trabalho.

Lei Ordinária nº 1790/1995. Contém autorização.

Lei Ordinária nº 1809/1996. Autoriza doação.

Lei Ordinária nº 1863/1997. Autoriza o município de Dorés do Indaiá/MG, a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 1907/1998. Autoriza o município de Dorés do Indaiá/MG a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2006/2001. Dispõe sobre alteração do artigo 4º § 1º da Lei Municipal nº 1976/2000 de 11 de abril de 2000 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2022/2001. Institui a Lei de Sanitarismo do Município de Dorés do Indaiá.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2035/2002. Autoriza adesão ao Programa de desenvolvimento sustentável do Centro Oeste Mineiro - PRODESCOM, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2043/2002. Retorna a bandeira criada pela Lei 1436/84 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2061/2002. Estabelece que as receitas emitidas pelos médicos da rede pública municipal sejam impressas mecânica, eletronicamente ou em letra de forma.

Lei Ordinária nº 2066/2002. Contém autorização para que o Chefe do Executivo aliene parte de terreno urbano no Centro da Cidade de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2075/2003. Cria o CEPROM - Centro de Profissionalizante Municipal, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2088/2003. Cria no município de Dorés do Indaiá o Programa de Aproveitamento de Terrenos Baldios.

Lei Ordinária nº 2090/2003. Acresce dispositivos na Lei Orgânica do Município de Dorés do Indaiá - MG.

Lei Ordinária nº 2094/2003. Estabelece no município de Dorés do Indaiá o Dia da Comunidade Evangélica.

Lei Ordinária nº 2167/2005. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública no município de Dorés do Indaiá- MG, para possibilitar a aplicação do devido processo legal nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal.

Lei Ordinária nº 2175/2005. Estabelece a estrutura administração da Prefeitura Municipal de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2201/2006. Contém autorização legislativa para o Prefeito Municipal conceder ajuda de custo para as festividades de formatura dos alunos do curso de pedagogia a ser realizada na data de 04/08/2006.

Lei Ordinária nº 2203/2006. Autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações e aporte de contrapartida municipal para implementar o Programa Carta de Crédito - Recursos FGTS na modalidade produção de unidades habitacionais, operações coletivas, regulamentado pela Resolução do Conselho Curador do FGTS, número 291/98 com as alterações da Resolução nº 460/2004, de 14 DEZ 04, publicada no D.O.U em 20 DEZ 04 e Instruções normativas do Ministério das Cidades e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2208/2006. Contém autorização legislativa para o Prefeito Municipal conceder ajuda de custo para as festividades de formatura dos alunos do curso Normal Superior a ser realizada na data de 04 e 05/05/2006.

Lei Ordinária nº 2224/2006. Contém autorização para o Prefeito Municipal conceder ajuda de custo para as festividades de formatura dos alunos do Curso Pedagogia a ser realizada na data de 22 e 23 de dezembro de 2006.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉS DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2232/2006. Dispõe sobre reestruturação administrativa do município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2239/2007. Reajusta valor constante na Lei Municipal nº 1.901/97.

Lei Ordinária nº 2258/2007. Contém autorização Legislativa para a expansão da Via Vip Calçados Ltda. e dá outras disposições mediante acréscimo da letra "d" ao artigo 4º da Lei 2.219/2006 de 20 setembro de 2006.

Lei Ordinária nº 2266/2007. Dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Executivo Municipal manter sítio na rede mundial de computadores Internet contendo os dados exigidos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2297/2008. Regulamenta a Instalação e Funcionamento de Bancas de Jornais e Revistas no Município de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2302/2008. Cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) do Município de Dorés do Indaiá - MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2311/2009. Estabelece normas para concessão, aplicação e comprovação de adiantamentos necessários à manutenção das atividades administrativas de competência do Poder Executivo Municipal.

Lei Ordinária nº 2319/2009. Reajusta valor constante na Lei Municipal nº 2.239/2.007.

Lei Ordinária nº 2346/2009. Declara com assentamento de interesse social o conjunto habitacional "Santa Cruz".

Lei Ordinária nº 2352/2009. Autoriza o município de Dorés do Indaiá-MG a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG, Operações de Crédito com outorga de garantia e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2369/2010. Autoriza o município de Dorés do Indaiá a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2370/2010. Reajusta valor constante na Lei Municipal nº 2.319/2009.

Lei Ordinária nº 2394/2010. Institui o regime de diárias para o prefeito municipal e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2411/2011. Dispõe sobre a criação da unidade gestora única municipal de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2416/2011. Concede ajuda de custo para as pessoas que especifica.

Lei Ordinária nº 2422/2011. Autoriza concessão de benefício para as pessoas que especifica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2434/2011. Autoriza o Município de Dorés do Indaiá a contratar com a Associação Atlética Banco do Brasil a exploração de água subterrânea mediante a utilização do poço artesiano localizado na região Vale do Sol.

Lei Ordinária nº 2436/2011. Autoriza o município de Dorés do Indaiá-Mg a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG, operações de Crédito com outorga de garantia e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2482/2013. Institui no Município de Dorés do Indaiá, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o regime de adiantamento.

Lei Ordinária nº 2486/2013. Dispõe sobre a instalação de painel opaco entre os caixas e o espaço reservado para a fila de espera em agências bancárias localizadas no Município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2488/2013. Institui o Campeonato Municipal de Futebol Amador de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2492/2013. Autoriza o Município de Dorés do Indaiá/ MG a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG, operações de crédito com outorga de garantia.

Lei Ordinária nº 2493/2013. Autoriza o Município de Dorés do Indaiá/MG a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG, operações de crédito com outorga de garantia.

Lei Ordinária nº 2495/2013. Cria o Centro de Recepção e Distribuição de Doações - CERDID.

Lei Ordinária nº 2510/2013. Institui no calendário municipal e oficial de eventos do Município de Dorés do Indaiá o Encontro Gospel.

Lei Ordinária nº 2524/2013. Institui a semana da família.

Lei Ordinária nº 2529/2013. Dispõe sobre os serviços de coleta de entulho no Município de Dorés do Indaiá.

Lei Ordinária nº 2560/2014. Dispõe sobre o acesso público das informações sobre documentos que especifica.

Lei Ordinária nº 2561/2014. Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de listagens de pacientes que aguardam por consultas com especialistas, exame e cirurgias na rede pública.

Lei Ordinária nº 2577/2014. Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de bebedouro e sanitários em estabelecimentos bancários.

Lei Ordinária nº 2580/2014. Autoriza a transferência da sede Administrativa.

Lei Ordinária nº 2624/2015. Concede reajuste geral aos Agentes Políticos do Legislativo do município de Dorés do Indaiá.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2633/2015. Autoriza fornecer combustível ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

Lei Ordinária nº 2655/2015. Institui no Município de Dorés do Indaiá a "Semana da Juventude".

Lei Ordinária nº 2689/2015. Dispõe sobre alteração da Lei 2.611/2014.

Lei Ordinária nº 2696/2016. Dispõe sobre criação de Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC, no âmbito da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá - MG, disciplina sua competência, atividade e funcionamento e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2719/2016. Dispõe sobre alteração da Lei 2.611/2014.

Lei Ordinária nº 2737/2017. Regulamenta doações no Residencial Santa Cruz e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2738/2017. Contém autorização para o Município firmar com a ACCCOM.

Lei Ordinária nº 2764/2017. Cria o programa mexa-se.

Lei Ordinária nº 2768/2017. Autoriza o Município de Dorés do Indaiá a ser incluído no roteiro Picada de Goyaz/ Caminho Real do Sertão.

Lei Ordinária nº 2771/2017. Procede à transferência de gravame de imóvel do Município e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2783/2018. Dispõe sobre obrigatoriedade de fixação de quadro informativo com nome, registro, especialidade e horário de atendimento de profissional médico nos lugares em que especifica.

Lei Ordinária nº 2784/2018. Autoriza o Município a fazer doação de lote nesta cidade.

Lei Ordinária nº 2812/2018. Dispõe sobre circo itinerante instalado no município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2822/2018. Autoriza o município de Dorés do Indaiá a associar-se à Associação Circuito Verde - Trilha dos Bandeirantes.

Lei Ordinária nº 2842/2019. Institui o programa de incentivo à correção do solo para pequenos produtos rurais no âmbito do município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2844/2019. Dispõe sobre a instalação de equipamentos eliminadores/bloqueador de ar nas tubulações do sistema de água e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2850/2019. Cria programa de incentivo e premiação para alunos da Rede Pública Municipal e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 2861/2019. Autoriza o município de Dorés do Indaiá a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2877/2019. Dispõe sobre autorização de cessão do uso de bens Município, a título gratuito, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2896/2019. Autoriza o executivo Municipal a proceder à desapropriação amigável ou judicial da área que especifica, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2901/2020. Dispõe sobre a proibição de fornecimento de canudos confeccionados em material plástico, nos locais que especifica, e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2906/2020. Regulamenta o uso e o funcionamento de Velório Municipal de Dorés do Indaiá - MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2927/2021. Dispõe sobre a contratação de pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2939/2021. Dispõe sobre as diretrizes para as ações de promoção da dignidade menstrual e o fornecimento gratuito de absorventes higiênicos no município de Dorés do Indaiá e dá providências correlatas.

Lei Ordinária nº 2944/2021. "DISPÕE SOBRE OBRIGATORIEDADE DO CONSERTO DE BURACOS VALAS ABERTOS NAS VIAS PUBLICAS NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE DORES DO INDAIA DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Lei Ordinária nº 2946/2021. Dispõe sobre a concessão de benefícios eventuais no município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 2948/2021. Regulamenta a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3009/2022. Institui no município de Dorés do Indaiá/Programa Municipal de Assistência Técnica em habitação de interesse social.

Lei Ordinária nº 3063/2022. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir suplementar no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), por excesso de arrecadação, na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3093/2023. Institui os "Prêmios Policial Destaque" ou "Prêmio Força de Segurança" no âmbito do município de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3101/2023. Dispõe sobre a criação da brigada municipal de Dorés do Indaiá/Mg e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3108/2023. "Dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis, materiais de consumo e serviços pela administração pública direta, autárquica e fundacional o município de Dorés do Indaiá - Minas Gerais e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORÉ DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Lei Ordinária nº 3111/2023. Dispõe sobre o procedimento para a instalação de infraestrutura de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, nos termos da legislação federal vigente e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3127/2023. Dispõe sobre a divulgação dos dados dos Conselhos Municipais na página oficial da Prefeitura e Câmara Municipal na internet, e da outras providências.

Lei Ordinária nº 3129/2023. Cria o Programa Social de Formação Profissional QualificaDores e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3130/2023. Autoriza a doação de material reciclável proveniente da coleta seletiva do município de Dorés do Indaiá à Comunidade Terapeutica Francisco de Assis e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3169/2024. Dispõe sobre o tempo máximo de espera em fila de agências bancárias de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3181/2024. Autoriza a criação do Programa Municipal de incentivo à coleta de pneus inservíveis, no município de Dorés do Indaiá/MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3200/2025. Dispõe sobre a criação, diretrizes e funcionamento do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC, no âmbito da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá - MG, disciplina sua competência e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3230/2025. Institui a política municipal de prevenção e combate aos crimes de furto e receptação de cabos e fios metálicos no municípios de Dorés do Indaiá/MG e dá outras providências.

Lei Ordinária nº 3238/2026. "Altera a Emendas Impositivas destinadas à Associação Sol Crescente constantes na Lei nº 3.232, de 29 dezembro de 2.025."

Lei Ordinária nº 3246/2026. Reconhece e regula, no âmbito do município de Dorés do Indaiá/MG, a figura do cão comunitário e estabelece diretrizes para sua proteção e bem-estar e dá outras providências.

Resoluções (33)

Resolução nº 4/2000. Contém realização de Reunião Solene no Colégio Municipal " São Luis" para a instalação da Legislatura 2001/2004, e posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores de Dorés do Indaiá/MG.

Resolução nº 3/2002. Concede título de MÉRITO LEGISLATIVO aos vereadores do Período de 120 anos da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, e dá outras providências.

Resolução nº 4/2002. Transfere a Sede da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá/MG para Reunião Solene



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Resolução nº 5/2002. A Câmara Municipal de Dorés do Indaiá/MG por seus representantes legais promulga a presente Resolução.

Resolução nº 6/2002. Autoriza lavratura de ata por sistema de digitação.

Resolução nº 7/2002. Concede Moção Honrosa.

Resolução nº 1/2003. Concede moção honrosa.

Resolução nº 2/2003. Concede moção honrosa.

Resolução nº 5/2003. Concede Moção Honrosa.

Resolução nº 6/2003. Transfere a Sede da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá/MG para a Reunião Solene.

Resolução nº 2/2005. A Câmara Municipal de Dorés do Indaiá/MG por seus representantes legais promulga a presente RESOLUÇÃO.

Resolução nº 5/2005. Cria no âmbito do Município de Dorés do Indaiá/MG a Câmara Municipal Mirim.

Resolução nº 1/2006. Cria o "PRÊMIO DE EFICIÊNCIA" a ser outorgado pelo Poder Legislativo de Dorés do Indaiá.

Resolução nº 4/2007. Nomeia Tesoureiro.

Resolução nº 1/2008. Nomeia Tesoureiro.

Resolução nº 3/2008. Contém realização de Reunião Especial no Colégio Municipal São Luis para instalação de legislatura 2009/2012 e posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores de Dorés do Indaiá-MG.

Resolução nº 4/2009. Transfere provisoriamente a sede do Poder Legislativo de Dorés do Indaiá.

Resolução nº 7/2009. Autoriza filiação da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá à Associação das Câmaras Municipais do Centro-Oeste de Minas - ACCOM e dá outras providências.

Resolução nº 8/2009. Autoriza ao presidente da Câmara Municipal devolver verba ao Poder Executivo de Dorés do Indaiá.

Resolução nº 9/2009. Reestrutura a Câmara Municipal de Dorés do Indaiá, instituída pela Resolução 05/2005.

Resolução nº 10/2012. Nomeia Comissão Especial para proceder à revisão da Lei Orgânica Municipal.

Resolução nº 13/2012. Autoriza ao presidente, da Câmara Municipal devolver verba ao Poder Executivo de Dorés do Indaiá.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Resolução nº 14/2012. Transfere provisoriamente a sede do Poder Legislativo de Dorés do Indaiá.

Resolução nº 15/2012. Dispõe sobre a mudança temporária da Sede da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Resolução nº 2/2013. Cria Comissão Especial para revisão da Lei Orgânica.

Resolução nº 2/2015. Delibera sobre o requerimento nº 006/2015.

Resolução nº 6/2016. Dispõe sobre a mudança temporária da Sede da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Resolução nº 2/2017. Dispõe sobre alteração na Resolução nº 09, de 29 de maio de 2012.

Resolução nº 2/2021. Dispõe sobre autorização para transmissão por "streaming" ou similares para a rede mundial de computadores, a filmagem e a gravação das sessões realizadas pela Câmara Municipal de Dorés do Indaiá e dá outras providências.

Resolução nº 5/2023. Regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Dorés do Indaiá/MG, a dispensa de licitação, na forma física, nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Resolução nº 2/2025. "Inclui o art 35-A a Resolução nº 07 de dezembro de 2023 e dá outras providências.

Resolução nº 3/2025. Institui o Banco de Ideias Legislativas, no município de Dorés do Indaiá, e dá outras providências.

Resolução nº 1/2026. Dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação no âmbito do Poder Legislativo de Dorés do Indaiá/MG

Decretos legislativos e decretos (7)

Decreto nº 1/2021. Autoriza o Chefe do Poder Legislativo a devolver numerário e dá outras providências.

Decreto nº 4/2024. "Autoriza o chefe do Poder Legislativo a devolver parte do duodécimo ao Poder Executivo Municipal e dá outras providências".

Decreto nº 1/2025. Dispõe sobre a devolução de bens à prefeitura municipal de Dorés do Indaiá/MG.

Decreto nº 10/2025. Dispõe sobre a devolução de bens à prefeitura municipal de Dorés do Indaiá/MG.

Decreto nº 11/2025. Dispõe sobre a devolução de bens à prefeitura municipal de Dorés do Indaiá/MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais • CNPJ: 18.301.010/0001-22
Praça do Rosário, nº 268, Bairro Rosário • CEP: 35610-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Controladora: Déborah Jemima Moreira

Decreto nº 3/2025. Autoriza o chefe do Poder Legislativo a devolver numerário e dá outras providências.

Decreto nº 8/2025. Autoriza o chefe do Poder Legislativo a devolver numerário e dá outras providências.

23. Onde encontrar o acervo completo

A planilha `Indice_Legislacao_Dores_do_Indaia.xlsx`, que acompanha este guia, contém o índice integral das 2.802 normas com filtros por tipo, número, ano e tema, e vínculo direto para a ficha de cada norma e para o texto integral em PDF. O banco oficial de normas da Câmara Municipal está disponível em sapl.doresdoindaia.mg.leg.br, e o acervo consolidado e atualizado da Prefeitura, incluindo decretos e portarias do Executivo, em leismunicipais.com.br. Em caso de divergência entre versões eletrônicas, prevalece sempre o texto original publicado na imprensa oficial.